

coleção  poranduba

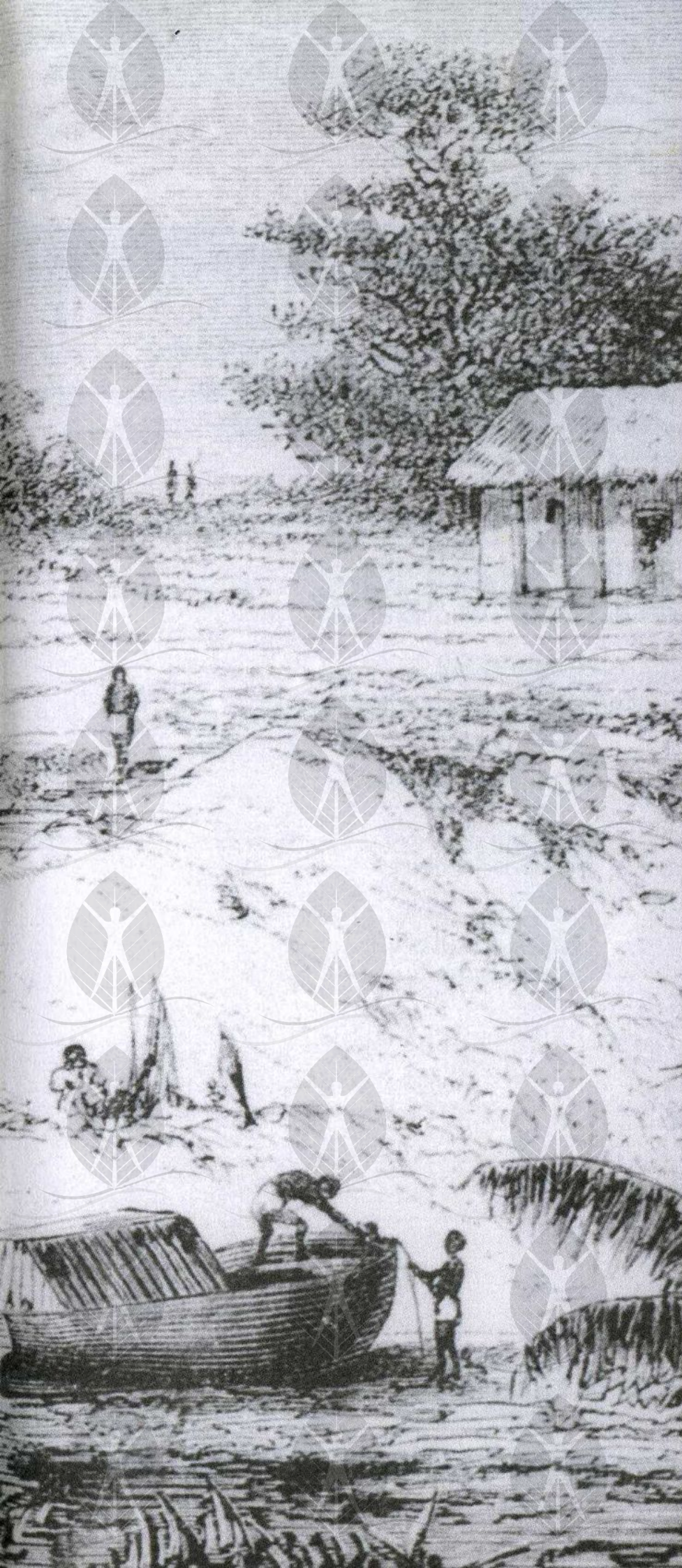
— PLÁCIDO DE CASTRO —

# Apontamentos sobre a Revolução Acreana



Apontamentos sobre a Revolução Acreana





coleção poranduba

APONTAMENTOS SOBRE  
A REVOLUÇÃO  
ACREANA

*Coordenação*  
Tenório Telles

GOVERNO DO



AMAZONAS

Governador do Estado do Amazonas  
*Amazonino Armando Mendes*

Vice-Governador  
*Samuel Assayag Hanan*

**AMAZONAS**  
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO

Secretário de Estado da Cultura e Turismo  
*Robério dos Santos Pereira Braga*

Subsecretária  
*Vânia Maria Cyrino Barbosa*

Coordenador de Edições  
*Antônio Auzier Ramos*

Co-edição  
*Governo do Estado*  
*Editores Valer*

Plácido de Castro

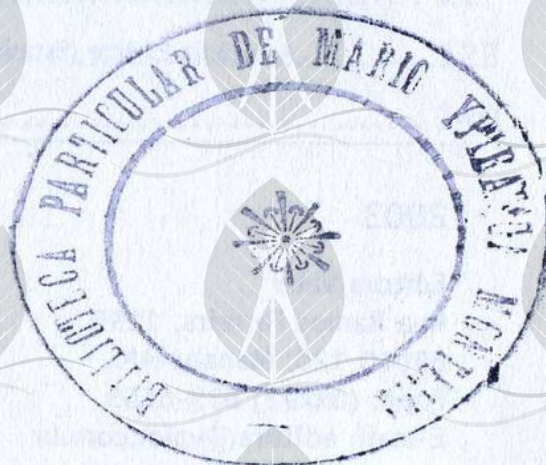
Bt. Mão Ypiranga Monteiro  
Mauaus Amazonas

APONTAMENTOS SOBRE  
A REVOLUÇÃO ACREANA

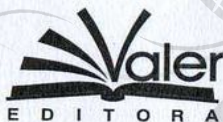
*Apresentação*

Pontes Filho

2.<sup>a</sup> edição revista



AmM  
981.12  
e355a



CULTURA



Edições  
Governo do Estado

Copyright © (desta edição) Editora Valer, 2003

EDITOR  
Isaac Maciel

COORDENAÇÃO EDITORIAL  
Tenório Telles

Capa e Projeto Gráfico  
Marcicley Rego

Editoração  
Heitor Lopes

REVISÃO  
Cynthia Teixeira  
Marcos Sena  
Sergio Luiz Pereira

NORMALIZAÇÃO  
Ycaro Verçosa

**Bt. Mário Ypiranga Monteiro**

**Registro:** 02586

**Folha:**

**Data:**

---

C355a Castro, Plácido de.

Apontamentos sobre a Revolução Acreana. / Plácido de Castro. Organização Tenório Telles e apresentação por Pontes Filho. Manaus: Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2003.

142 p. (Série Poranduba)

ISBN 85-7512-090-5

1. Amazônia 2. Acre (Estado) – História. I. Título

CDU 981.12

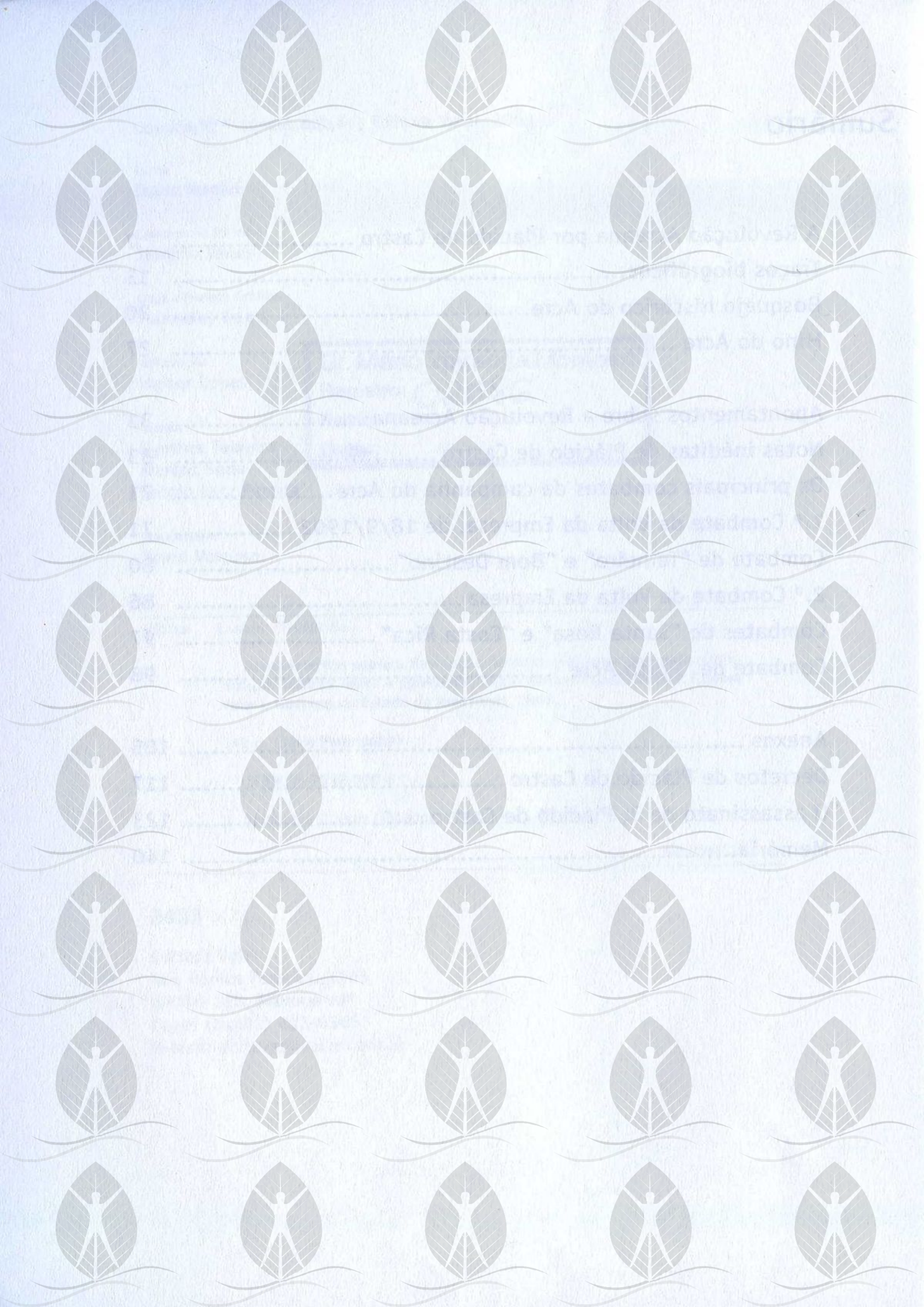
---

2003

Editora Valer  
Rua Ramos Ferreira, 1195  
69010-120, Manaus-AM  
Fone: (0xx92) 633-6565  
E-mail: editora@valer.com.br

## Sumário

A Revolução Acreana por Plácido de Castro .....	7
Traços biográficos.....	13
Bosquejo histórico do Acre.....	20
Hino do Acre .....	27
Apontamentos sobre a Revolução Acreana .....	31
Notas inéditas de Plácido de Castro .....	33
Os principais combates da campanha do Acre.....	71
1.º Combate da Volta da Empresa, de 18/9/1902 .....	71
Combate de “Telheiro” e “Bom Destino” .....	80
2.º Combate da Volta da Empresa .....	86
Combates de “Santa Rosa” e “Costa Rica” .....	97
Combate de “Porto Acre” .....	98
Anexos .....	105
Decretos de Plácido de Castro .....	117
O assassinato de J. Plácido de Castro .....	123
Memória.....	140



# A Revolução Acreana por Plácido de Castro

Pontes Filho\*

Diversas considerações já foram elaboradas sobre a revolução acreana, todavia, nenhuma com a autoridade daquela escrita por quem a suscitou e liderou, daí decorrendo a enorme relevância de *Apontamentos sobre a revolução acreana*, produzido por quem viveu todos os dramas do acontecimento – Plácido de Castro.

Plácido de Castro fez dos *Apontamentos* uma espécie de diário da revolução, em que conta a concepção, o andamento e o desfecho do movimento que acabou resultando na definitiva incorporação do território do atual Estado do Acre ao Brasil.

Trabalhando na demarcação de seringais, tendo em vista sua condição de agrimensor, o gaúcho Plácido de Castro

\* Pontes Filho, cientista social, professor e escritor, autor de *Terceiro Ciclo: promessa ou projeto para o Amazonas*, editado pela Edua, e *Estudos de História do Amazonas*, editado pela Valer editora.



indignou-se com a instalação do Bolivian Syndicate, cujo propósito maior era servir de veículo de entrada para o poderio norte-americano.

Nessa época, por volta de 1900, a economia gomífera estava no auge, sendo o Acre o segundo exportador de látex do país, além da comercialização da castanha e de couros, o que decorreu da intensa imigração para aquelas terras, principalmente de nordestinos, que avançaram ao interior da região, em busca de seringueiras para extrair o látex.

Percebendo a manobra do governo boliviano, possibilitando, com isso, a dominação estrangeira com amplos poderes na região, através do arrendamento do território acreano a uma Companhia americana – *Bolivian Syndicate*, Plácido de Castro tratou de iniciar a articulação da revolução, conforme a leitura que fazia da própria situação:

*Era uma completa espoliação feita aos acreanos. Veio-me à mente a idéia cruel de que a Pátria Brasileira se ia desmembrar, pois, a meu ver, aquilo não era mais do que o caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-nos desde então a lhes franquear à navegação os nossos rios, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprego da força e a nossa desgraça em breve estaria consumada.*

A partir dessa concepção, Castro faz dos *Apontamentos* um relato da evolução dos fatos que marcariam, em sua

opinião, os episódios mais cruciais da revolução acreana, descrevendo situações de firmeza do comando, estratégia militar, crises de liderança, avanços, recuos, perdas e conquistas daquilo que nomeou como revolução acreana:

*Tratamos tão-somente da revolução e, por proposta minha, assentamos em que se formaria uma junta revolucionária, que se comporia dos coronéis Joaquim Victor da Silva, José Galdino de Assis Marinho e Rodrigo de Carvalho.*

*Não consegui, porém, que a revolução rompesse, como eu desejava, no baixo Acre, pelo que assentamos que o movimento romperia no Xapuri.*

*Tendo ficado assentado que seria o comandante-chefe, acordou-se também que, em rompendo as hostilidades, ficaria extinta a junta revolucionária, para que só ficasse em ação uma única autoridade – o comando-chefe – a quem todos se deveriam submeter.*

O interesse do governo do Amazonas pelo território acreano é também aí registrado e, segundo alguns estudiosos, a campanha do Acre foi toda subsidiada pelo Amazonas, o qual reivindicou como suas as terras do território acreano, promovendo até uma ação contra a União, em que o advogado do Estado foi Rui Barbosa. Plácido nos conta assim o apoio material do governo amazonense:

*Achava-se ali o Sr. Gentil Norberto, que havia trazido de Manaus 120 Winchesters, 100 encapados de farinha e 12 cunhetes de balas. Dizia-se encarregado pelo governo do Amazonas de fazer guerra no Acre.*

Defrontando-se com inúmeros obstáculos de percurso, seja por conta da desproporção numérica, das oscilações e conflitos internos do movimento, seja por via da ação adversária, Plácido de Castro narra os principais combates da campanha do Acre e como a revolução logrou tomar toda a região reivindicada, sendo Porto Acre o último a se render, na manhã de 24 de janeiro de 1903.

Dois dias depois, em 26 de janeiro, tem-se o primeiro decreto do Estado Independente do Acre, a Terceira República do Acre proclamada independente, cuja moeda, leis e língua oficial são as mesmas do Brasil, considerando válidos os títulos de propriedade expedidos até ali pela Bolívia e pelo Estado do Amazonas.

Dessa vez, houve apoio do Estado brasileiro através do presidente Rodrigues Alves e de seu ministro do Exterior, Barão do Rio Branco, que ordenou a ocupação do Acre e determinou, sob o comando do general Olímpio da Silveira, um governo militar.

Com isso, enquanto Plácido de Castro governava o Acre Meridional, o setentrional era governado pelo general Olímpio da Silveira, sendo a questão resolvida de modo definitivo somente em 17 de novembro de 1903, por meio do Tratado de Petrópolis, que ratificou o acordo preliminar firmado entre o Brasil e a Bolívia, em 21 de março do mesmo ano.

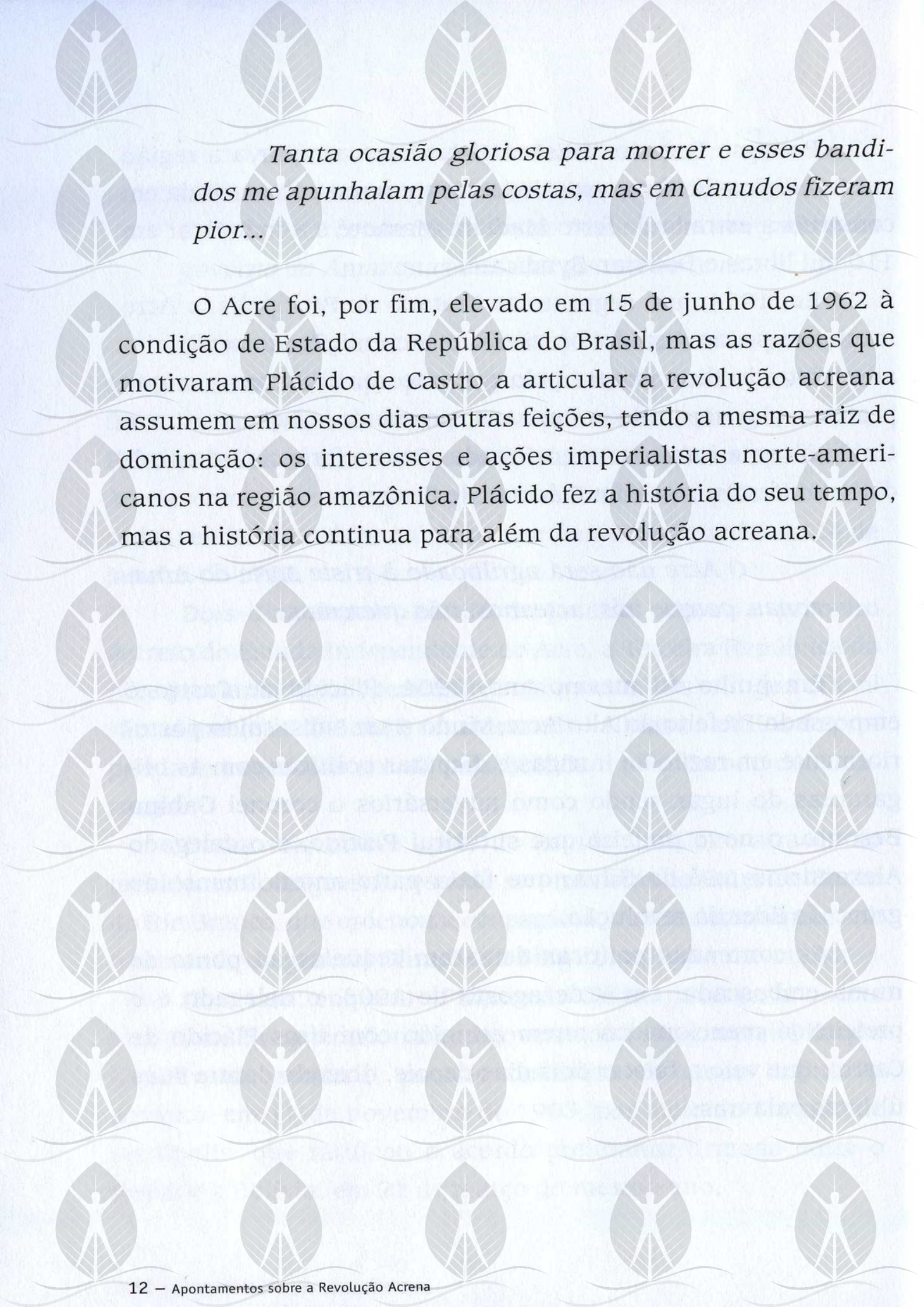
Por esse Tratado, o Estado brasileiro comprava a região por 2 milhões de libras esterlinas, comprometendo-se ainda em construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré e a indenizar em 110 mil libras o Bolivian Syndicate.

Em 1904, ano seguinte ao Tratado de Petrópolis, o Acre incorpora-se ao Estado brasileiro na condição de território, administrado diretamente pelo governo central, contra o que protesta o governo do Amazonas, propondo a ação contra a União já anteriormente mencionada. Com referência ao episódio, manifestou-se assim Plácido de Castro:

*O Acre não será agrilhado à triste sorte do Amazonas, porque nós, acreanos, não queremos.*

Em junho do mesmo ano, 1904, Plácido de Castro é empossado Prefeito do Alto Acre, vindo a ser substituído posteriormente em razão de intrigas e disputas políticas com as oligarquias do lugar, tendo como adversários o coronel Gabino Besouro, o novo prefeito que substituiu Plácido, e o delegado Alexandrino José da Silva, que fazia parte anteriormente do grupo do líder da revolução.

As contendas políticas deixaram seqüelas ao ponto de numa emboscada, em 9 de agosto de 1908, o delegado e o prefeito já mencionados terem atingido com tiros Plácido de Castro, que veio a falecer dois dias depois, dizendo dentre suas últimas palavras:

The background of the page is a repeating pattern of stylized, light-colored leaves. Each leaf contains a white silhouette of a human figure with arms raised in a 'V' shape, standing on a small base. The leaves are arranged in a grid-like fashion, with some overlapping.

*Tanta ocasião gloriosa para morrer e esses bandi-  
dos me apunhalam pelas costas, mas em Canudos fizeram  
pior...*

O Acre foi, por fim, elevado em 15 de junho de 1962 à condição de Estado da República do Brasil, mas as razões que motivaram Plácido de Castro a articular a revolução acreana assumem em nossos dias outras feições, tendo a mesma raiz de dominação: os interesses e ações imperialistas norte-americanos na região amazônica. Plácido fez a história do seu tempo, mas a história continua para além da revolução acreana.

## Traços biográficos\*

**J**osé Plácido de Castro era o primogênito do segundo matrimônio do capitão Prudente da Fonseca Castro com dona Zeferina de Oliveira Castro. Tinha o nome de seu avô paterno, o major José Plácido de Castro, covardemente assassinado em 1830.

Nasceu a 12 de dezembro de 1873 na cidade de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul. Aos 9 anos de idade, por indicação do Sr. Victor Barreto, esteve por mais de um mês tomando conta de uma relojoaria em São Gabriel, enquanto o seu proprietário, Ismael Mayer, se ausentava daquela cidade, a negócios; desempenhou-se perfeitamente do encargo que tomara.

Quando ficou órfão de pai tinha onze anos e estava empregado em uma casa de fazendas em São Gabriel, lugar que deixou para ir aprender o ofício de relojoeiro em Bagé. Iniciava-se apenas nesse ofício, quando o seu instrutor resolveu mudar-se para a

\* Texto de Genesco de Castro. Da obra *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro – excertos históricos*.

República Oriental do Uruguai, o que determinou o seu regresso ao lar materno.

Empregou-se então na casa comercial do Sr. Victor Barreto, e, quando a República foi proclamada, assentou praça no 1.º Regimento de Artilharia de Campanha, como segundo-cadete. Meses depois, matriculou-se na “Escola Tática do Rio Pardo”, cursando-a com o máximo aproveitamento. Voltou ao seu regimento, onde serviu por algum tempo como segundo-sargento.

Ao rebentar a *Revolução* de 1893, era aluno da “Escola Militar de Porto Alegre” e figurava entre os primeiros da sua classe. Quando um grupo de alunos, oficiais e soldados, pediu o fechamento daquela Escola, Plácido não fazia parte dos signatários do pedido e, por isso, ao ser fechada a Escola, foi recolhido preso ao 13.º Batalhão, donde seguiu para o Corpo de Transporte, que foi incorporar-se à “Coluna do Marechal Isidoro Fernandes”. Aí esteve privado do uso de arma de fogo até a véspera do combate do rio Negro.

Na madrugada de 26 de novembro, nomearam-no para rondar os piquetes e armaram-no convenientemente, pois já estavam em contato com as avançadas inimigas. Assim que se viu montado e armado, resolveu bandear-se para os revolucionários, e apressou em realizar o seu intento a fim de libertar um seu amigo Pedro Azevedo que na tarde anterior fora preso por uma força revolucionária, juntamente com um sargento *Antoninho*, que várias vezes dissera a Plácido que pelo seu gosto começariam matando os *maragatos* do Corpo de Transporte.



J. Plácido de Castro, em 1881.



J. Plácido de Castro, em 1893, quando capitão do 'Exército Revolucionário', no Rio Grande do Sul.



Chegando às forças revolucionárias, ao mando do coronel Barcellos, libertou o seu amigo, juntamente com o sargento Antoninho, e voltou para o rio Negro que estava sendo teatro do combate com a gente do marechal Isidoro Fernandes. Chegou à tarde, alistou-se no Batalhão Antônio Vargas e uma hora depois recebia o batismo de fogo, como franco atirador, na várzea do rio Negro.

Já como oficial participou do cerco de Bagé, onde a haste da bandeira que plantou junto à trincheira principal das forças sitiadas foi cortada por um projétil.

Serviu à *Revolução* com extremo devotamento. Partilhou de muitos combates. Quando o Rio Grande do Sul foi pacificado, era major e tinha dirigido temerárias arremetidas no *Caverá* e na várzea do *Vacacaí*, em disputados combates.

Abandonou a carreira militar e o Rio Grande do Sul, transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde se empregou como inspetor de alunos, no Colégio Militar. No ano de 1898, deixou esse lugar para ir ocupar outro nas *Docas de Santos*.

Em 1899, seduzido pela remuneração que a Agrimensura tinha no Amazonas, rumou para aquelas paragens, onde foi demarcar terras, associado a engenheiros e, por último, por conta própria. Logo que começou a trabalhar, contraiu o paludismo e a sua vida na Amazônia foi uma luta constante contra essa moléstia.

Em uma demarcação, tomou água envenenada pela fohagem do açacu, ficando em gravíssimo estado de saúde.

Em uma das suas peregrinações profissionais, a lancha que o conduzia naufragou no baixo Purus e teria arrastado con-

sigo a *alvarenga* com todos os passageiros, se Plácido não tivesse cortado os cabos que ligavam as embarcações.

Estava ele com os companheiros de naufrágio em uma praia aguardando a passagem de alguma embarcação que os tomasse, quando apareceu-lhe o padre Manoel Laurindo, que regressava de sua terceira expedição fracassada, à procura de uns campos que sabia existirem naquelas redondezas. Depois de algum tempo de palestra, o padre lhe mostrou um roteiro indicando a existência dos campos que procurava e lhe propôs sociedade na procura e partilha do objeto em apreço. Plácido aceitou com a condição de ser ele o dirigente da nova expedição. Partiram na manhã seguinte e no segundo dia encontraram a *jóia* procurada. Na partilha, tocaram-lhe 21 quilômetros quadrados de terras, que requereu ao governo amazonense com o nome de *Carioacanga*.

Em meados de 1902, trabalhava no alto Acre, demarcando o seringal *Victoria*, de José Galdino de Assis Marinho, quando interrompeu o serviço para conflagrar o Acre contra a Bolívia e proclamar o “Estado Independente do Acre”.

Nunca se aclimatou àquelas regiões, e durante todo o período em que chefiou a revolução acreana a sua saúde foi bastante precária. Algumas vezes, durante violentos acessos febris, se fez conduzir em rede, para em marcha forçada manter a iniciativa dos combates ou surpreender o inimigo.

A firmeza de resolução e a presteza de execução, unidos à mais alta compreensão das suas responsabilidades, eram traços característicos da sua individualidade e faziam ressaltar a coragem com que arrostava as situações.

\* \* \*

Este livro é a continuação da sua biografia, mas a apoteose da sua vida pública teve lugar em *Riberalta*, em pleno coração da Bolívia e foi feita pelo generoso povo boliviano.

Alguns meses depois de terminada a luta com a Bolívia, Plácido foi a *Riberalta*, a negócio, tratar da legalização das terras de que se havia apossado em território boliviano.

O chefe da “Revolução Acreana” tinha a convicção de que não seria hostilizado pelos seus inimigos da véspera, mas não podia esperar que aquele povo heróico tivesse a grandeza d’alma que revelou e não podia prever que no país que ele tanto prejudicara fosse mais bem acolhido do que pela pátria que ele havida dilatado, enriquecido, à custa do país em que se encontrava.

Plácido foi recebido em *Riberalta* com as maiores demonstrações de carinho que pode um povo externar. E dom Nicolas Suarez, o grande patriota boliviano que organizou e manteve as forças irregulares que defenderam o Orton, cujas propriedades “Santa Rosa” e “Costa Rica” haviam sido transformadas em praças de guerra, e atacadas e incendiadas por Plácido, em violentos combates; e dom Nicolas Suarez, repito, a maior figura de patriota e o maior proprietário da Bolívia, foi quem encarnou todos os grandes pendores da sua nacionalidade para, à frente da sociedade riberaltense, agradecer ao inimigo da véspera, em nome do seu país, a fidalguia com que tratara os seus compatriotas bolivianos prisioneiros de guerra.



J. Plácido de Castro, em 1908.

Dom Nicolas, liderando a manifestação de carinho que o povo de *Riberalta* fez a Plácido, elevou o seu país, a sua pátria, acima do conceito que geralmente o mundo faz das repúblicas sul-americanas – colocou a Bolívia na altura do Japão, que até hoje foi o país que mais se fez notar pela magnanimidade.

### **Bosquejo histórico do Acre**

É fora de dúvida que teoricamente, isto é, baseados em tratados, convenções, etc. só o Peru e a Bolívia têm o direito de pretender ou discutir a soberania do Acre e terras circunjacentes.

O Acre e as terras que o envolvem faziam parte do alto Peru, integrante do vice-reinado de Lima.

Foi em 1782 que o alto Peru se desligou desse vice-reinado e passou a fazer parte do vice-reinado de Buenos Aires, que sob o nome genérico de La Plata compreendia a vasta região que hoje constitui a República Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia.

A Bolívia foi criada por um decreto de Simón Bolívar, datado de 26 de maio de 1825, com nome de “República do Alto Peru” e só a 6 de agosto do mesmo ano constituiu um governo independente com o nome de República de Bolívia, nome dado em homenagem ao seu fundador.

O alto Peru era constituído pela antiga “Presidência de La Plata” ou Chuquisaca; a Intendência de Potosi, a Intendência de La Paz, a Intendência de Santa Cruz; o Governo de Mojos e o Governo de Chiquitos.

As antigas subdivisões territoriais do alto Peru que limitavam com a atual República do Peru, eram as de Apolobamba,

Lauricocha, Umasuyos, Pacajes e Laranjas, da Intendência de La Paz, e as de Lipez e Atacama, da Intendência de Potosi.

O Peru contesta o trabalho de José Maria Dalance, intitulado *Bosquejo Estadístico de Bolivia*, refutando “la demarcación antojadiza y caprichosa”... da fronteira boliviana- peruana estabelecida por aquele publicista.

A fronteira adotada por Dalance é a seguinte: Da confluência do Sararé com o Itenes, que toma sucessivamente os nomes de Mamoré e Madeira, até 7°30' de latitude Sul e desse ponto por uma linha geodésica que vai ter a nascente principal do Javari, que desemboca no Amazonas a 4°42' de latitude Sul e a 4°11' de longitude do meridiano de *Chuquisaca*. Do Javari segue a linha divisória pelo S. O. da boca do *Inambari*, que naquela região se chama *Beniparo*.

A *Relación Historica del Viaje a la America Meridional*, de Jorge Joan e de Antonio Ulloa; a *Ephemeride do anno de 1770*, pelo Dr. Cosme Bueno, e outras obras que se referem à Província de *Capolican* e às Missões de Apolobamba, discordam de Dalance nessa fronteira com o Peru.

Cosme Bueno diz que a Província de *Capolican* começa na latitude de 14°50' estendendo-se 400 quilômetros na direção S. O.–N. E., projetando-se esta linha sobre o meridiano numa extensão de 2°50', fazendo crer que o limite ao norte seja de 12° e não de 7°30' como estabelece Dalance.

Alegam os peruanos que a Província de Apolobamba não se estendia para o N. até transpor o *Madidi*, não podendo, portanto, alcançar o Madre de Dios, que atravessa a Província de *Paucartambo*. Apenam eles para uma exposição histórico-geográfica que

José de Santa Cruz Villavicencio, subdelegado de Capolican e de Missões de Apolobamba, fez ao governador da cidade e da Província de La Paz, em 1798, cumprindo a determinação contida em ofício de 18 de dezembro de 1787, como foi cientificado ao vice-reinado de Buenos Aires em 15 de outubro também de 1787. Os peruanos dão grande valor a esse documento, mas recorrem ainda à obra de A. Humboldt e B. Bompland, intitulada *Viagens às Regiões Equinociais do Novo Continente*, capítulo XXVI, que, ocupando-se dos limites do Peru com o vice-reinado de Buenos Aires, considera como peruano todo o território situado ao E. de Cuzco, atribuindo-lhe, portanto, direitos que se estendem muito ao sul do rio Madeira, até o Mamoré.

Os peruanos evocam ainda o testemunho de uma carta geográfica do vice-reinado de Buenos Aires, datada de 1810, mandada confeccionar pela Metrópole e que estabelece como limite entre o vice-reinado de Buenos Aires e o Peru o rio Tequeje, o que faz supor que a Espanha considerava peruana toda a vasta região compreendida entre o rio Tequeje e a linha da então fronteira do Brasil, sendo que as cartas geográficas e mais documentos que serviram de base ao desenho dessa eram também de origem espanhola e só podiam ser de data anterior àquela, isto é, anteriores à Guerra da Independência.

Foi apoiado no trabalho de Dalance que o ditador boliviano Melgarejo considerou como pertencentes à Bolívia todas as terras disputadas pelo Peru, até a linha geodésica que partindo do Madeira passa pelo Lábrea, no médio Purus, e vai ter a nascente principal do Javari, cedendo ao Brasil uma vasta

região, cuja riqueza seringueira tem sacrificado milhares de vidas (Tratado de 1867).

A Bolívia afirma que a sua fronteira é o Inambari e, recentemente, já avança até Sandia: – considera como limite com o Peru a linha do Inambari, desde a sua origem até o Sina, e do ponto em que o Inambari desemboca no Madre de Dios, uma linha pela cumeada dos Andes, naquela região, até a nascente principal do Javari; isto é, reconhece como limites os das antigas Províncias de Cuzco e de Puno.

O Peru reclama a fronteira estabelecida pelas últimas “cedulas reales de España”, até 1810, data do *uti possidetis*, pelo qual os governos das repúblicas sul-americanas aceitaram aquela demarcação espanhola. E aquelas *cedulas* dão como limites entre o vice-reinado do Peru e o de Buenos Aires, cuja parte setentrional constitui hoje a Bolívia, os rios Tequeje, Iacuma e Mamoré, até a fronteira do Brasil. Em síntese, o Peru disputa a soberania de toda a vasta região ao sul do Madidi.

Das informações de José de Santa Cruz Villavicencio, antigo delegado da Província de Apolobamba, sobre os limites da sua jurisdição, ao vice-rei das Províncias de Buenos Aires; da informação do intendente de Tarma, Urrutia Las Casas, ao vice-rei do Peru, em 1808, e de muitos outros trabalhos mais recentes – ressaltando sobre todos um do intendente de Huamanga, datada de 14 de agosto de 1804; de todos esses documentos, repito, parece fora de dúvida que no terreno da *documentação* os direitos do Peru estão bem amparados e que a Bolívia nunca teve direitos históricos sobre as terras situadas ao N. O. do rio Madidi e que insustentável é a pretensão de esten-



der a sua soberania até a linha estabelecida pelo tratado de S. Ildefonso, de 1777, isto é, até a linha geodésica que partindo da nascente principal do Javari passa pela Lábrea e prolonga-se até encontrar o Madeira. E pelo tratado de 5 de novembro de 1863, a Bolívia se obrigou com o Peru a reconhecer os limites existentes naquela época, que eram os constantes das cartas geográficas espanholas.

\* \* \*

A Audiência de Charcas se desligou do Peru em 1782 para incorporar-se ao vice-reinado de Bueno Aires; logo não parece razoável que a Bolívia depois de constituir-se um país independente venha reclamar para aquela Audiência limites diferentes daqueles que trouxe, por assim dizer, quando entrou a fazer parte do vice-reinado de Buenos Aires. E quando em 1808 se deram os primeiros levantes contra a Metrópole, foram elementos do vice-reinado de Lima que subjugarão as quatro províncias rebeldes, reincorporando aos seus domínios todo o alto Peru.

Vê-se, pois, que o Peru disputa a soberania de toda a vasta região de N. O. da Bolívia compreendida entre os rios Tequeje, Beni, Madeira e a linha a que se refere o Tratado de S. Ildefonso, de 1777, isto é, todo o alto Juruá e o alto Purus, até Lábrea, etc., absorvendo completamente o Acre.

“O Madidi é inteiramente nosso”, dizem os peruanos, e foi na sua confluência com o Beni que os padres encarregados em 1808 das Missões do Beni e do Madre de Dios fundaram o Colégio de Moquegua, e que fundaram, também, Cavina, Missão de Pacaguaras, parte de Isiamas e de Biata, no rio do mesmo nome,

a de Carmen de Toromonas, na margem esquerda do Madre de Dios, Inambari e Tambopata.

\* \* \*

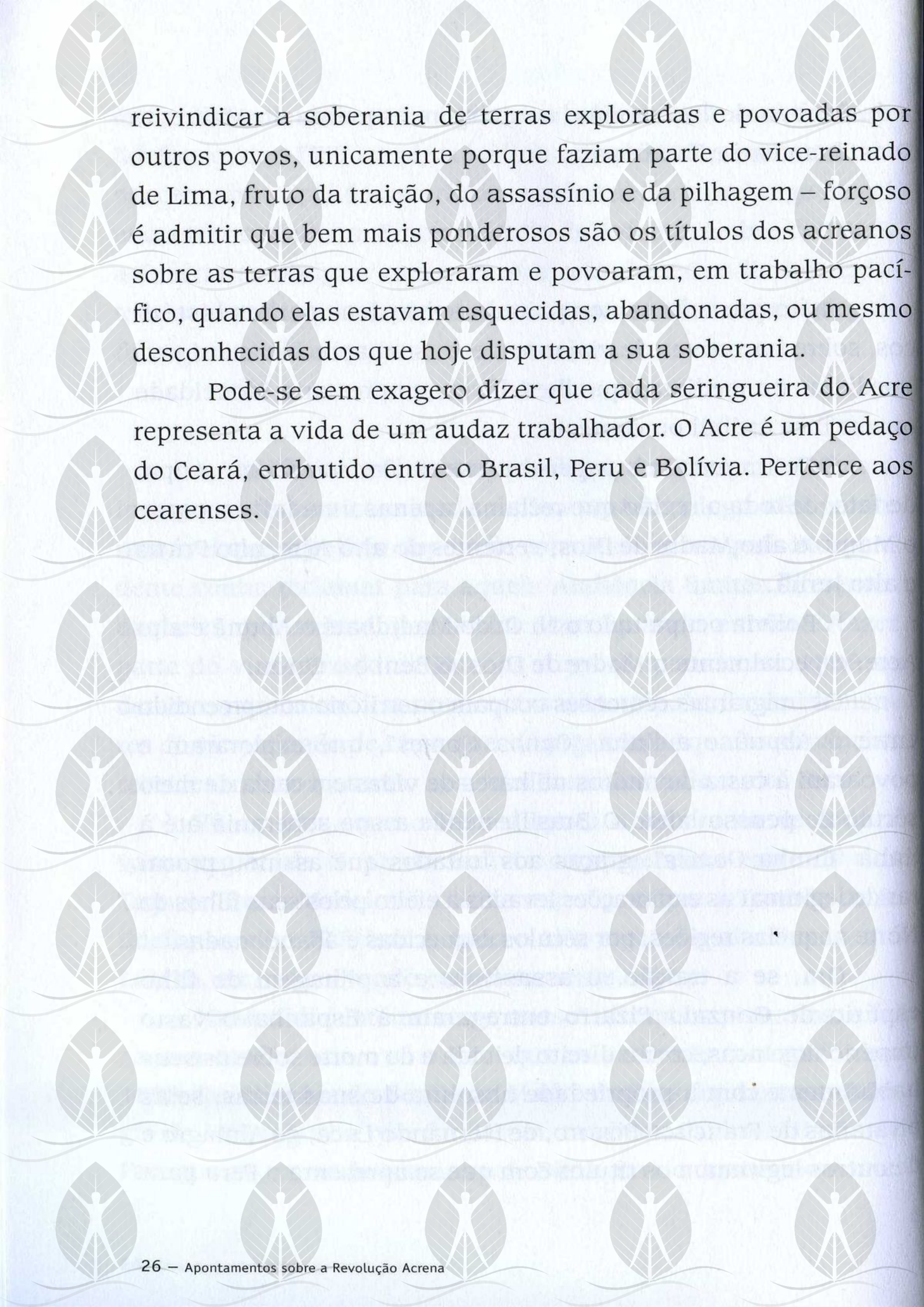
Até o presente temos pairado sobre documentos históricos, sobre narrativas de viajantes, etc., sem apreciar as origens imediatas ou mediatas que lhes devem emprestar a idoneidade que se lhes atribui ou contesta.

O Peru, *que mais papéis apresenta em seu favor*, ocupa, de fato, de toda a região que reclama, apenas uma ínfima parte: o Manu, o alto Madre de Dios, vertentes do alto Acre, alto Purus e alto Juruá.

A Bolívia ocupa todo o N. O. do Madidi até o Abunã e alto Acre; especialmente o Madre de Dios, o Beni e o Orton.

Os imigrantes cearenses ocupam o território compreendido entre o Abunã e a linha “Cunha Gomes”, que exploraram e povoaram à custa de muitos milhares de vidas em cerca de meio século de penoso labor. O Brasil estende a sua soberania até à linha “Cunha Gomes”, graças aos tratados que assinou procurando legitimar as explorações levadas a efeito pelos seus filhos do Norte naquelas regiões, por séculos esquecidas e abandonadas.

Ora, se a traição, o assassínio e a pilhagem do filho espúrio de Gonzalo Pizarro entregaram à Espanha o vasto Império dos Incas, com o direito de vida e de morte sobre os seus habitantes e com a propriedade absoluta de suas terras; se as piratarías de Francisco Pizarro, de Hernando Luca, de Almagro e de outros legitimam os títulos com que se apresenta o Peru para

The background of the page is a repeating pattern of stylized, light-colored leaves. Each leaf contains a white silhouette of a human figure with arms raised in a 'V' shape, standing on a small base. The leaves are arranged in a grid-like fashion, with some overlapping. The overall aesthetic is clean and modern.

reivindicar a soberania de terras exploradas e povoadas por outros povos, unicamente porque faziam parte do vice-reinado de Lima, fruto da traição, do assassinio e da pilhagem – forçoso é admitir que bem mais ponderosos são os títulos dos acreanos sobre as terras que exploraram e povoaram, em trabalho pacífico, quando elas estavam esquecidas, abandonadas, ou mesmo desconhecidas dos que hoje disputam a sua soberania.

Pode-se sem exagero dizer que cada seringueira do Acre representa a vida de um audaz trabalhador. O Acre é um pedaço do Ceará, embutido entre o Brasil, Peru e Bolívia. Pertence aos cearenses.

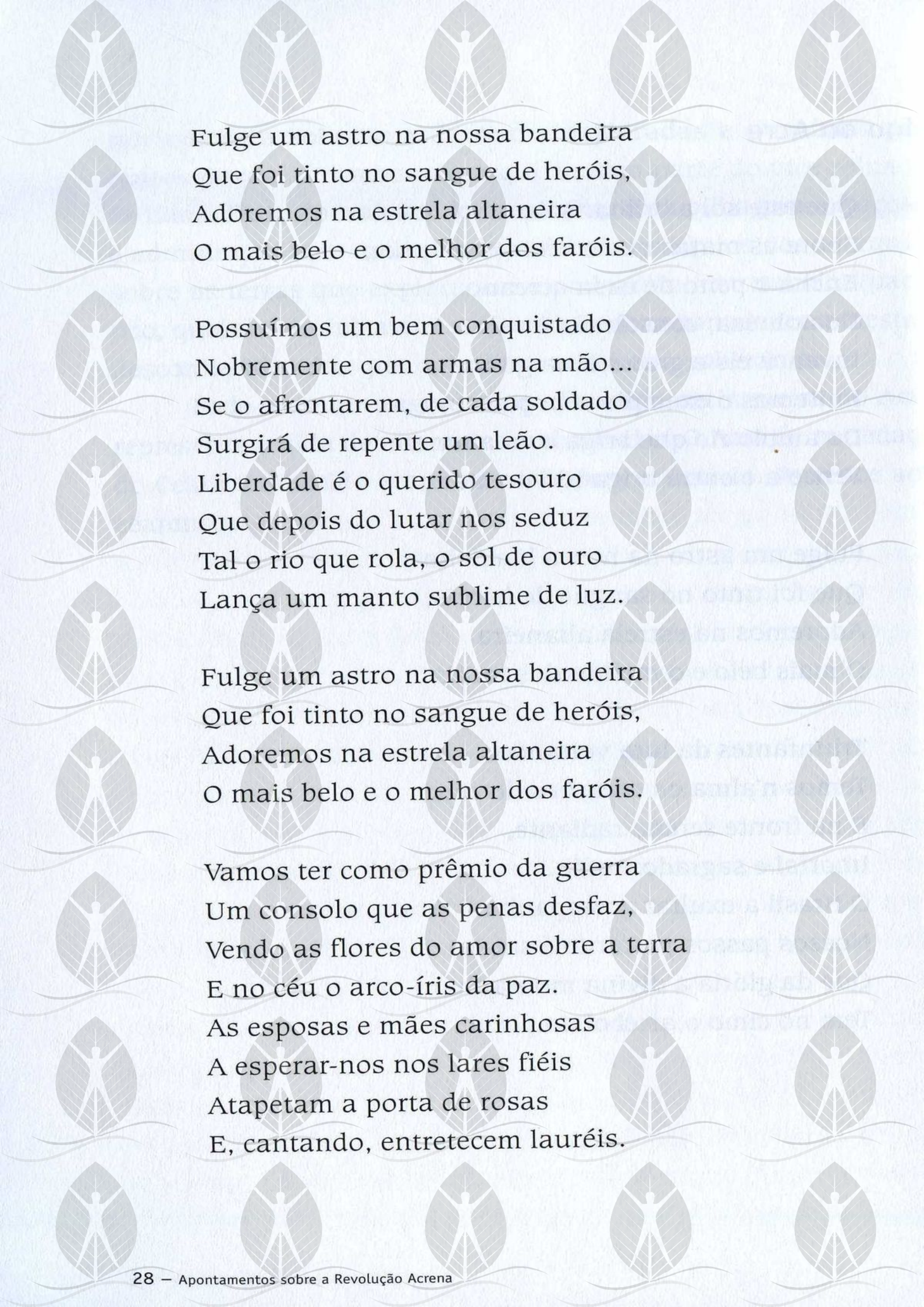
## Hino do Acre

Que este sol a brilhar soberano  
Sobre as matas que o vêem com amor,  
Encha o peito de cada acreano  
De nobreza, constância e valor...  
Invencíveis e grandes na guerra,  
Imitemos o exemplo sem par  
Do amplo rio que briga com a terra,  
Vence-a e entra brigando no mar.

Fulge um astro na nossa bandeira  
Que foi tinto no sangue de heróis,  
Adoremos na estrela altaneira  
O mais belo e o melhor dos faróis.

Triunfantes da luta voltando,  
Temos n'alma os encantos do céu  
E na fronte serena radiante,  
Imortal e sagrado troféu.

O Brasil a exultar acompanha  
Nossos passos portanto é subir,  
Que da glória a divina montanha  
Tem no cimo o arrebol do porvir.



Fulge um astro na nossa bandeira  
Que foi tinto no sangue de heróis,  
Adoremos na estrela altaneira  
O mais belo e o melhor dos faróis.

Possuímos um bem conquistado  
Nobrememente com armas na mão...  
Se o afrontarem, de cada soldado  
Surgirá de repente um leão.  
Liberdade é o querido tesouro  
Que depois do lutar nos seduz  
Tal o rio que rola, o sol de ouro  
Lança um manto sublime de luz.

Fulge um astro na nossa bandeira  
Que foi tinto no sangue de heróis,  
Adoremos na estrela altaneira  
O mais belo e o melhor dos faróis.

Vamos ter como prêmio da guerra  
Um consolo que as penas desfaz,  
Vendo as flores do amor sobre a terra  
E no céu o arco-íris da paz.  
As esposas e mães carinhosas  
A esperar-nos nos lares fiéis  
Atapetam a porta de rosas  
E, cantando, entretecem lauréis.

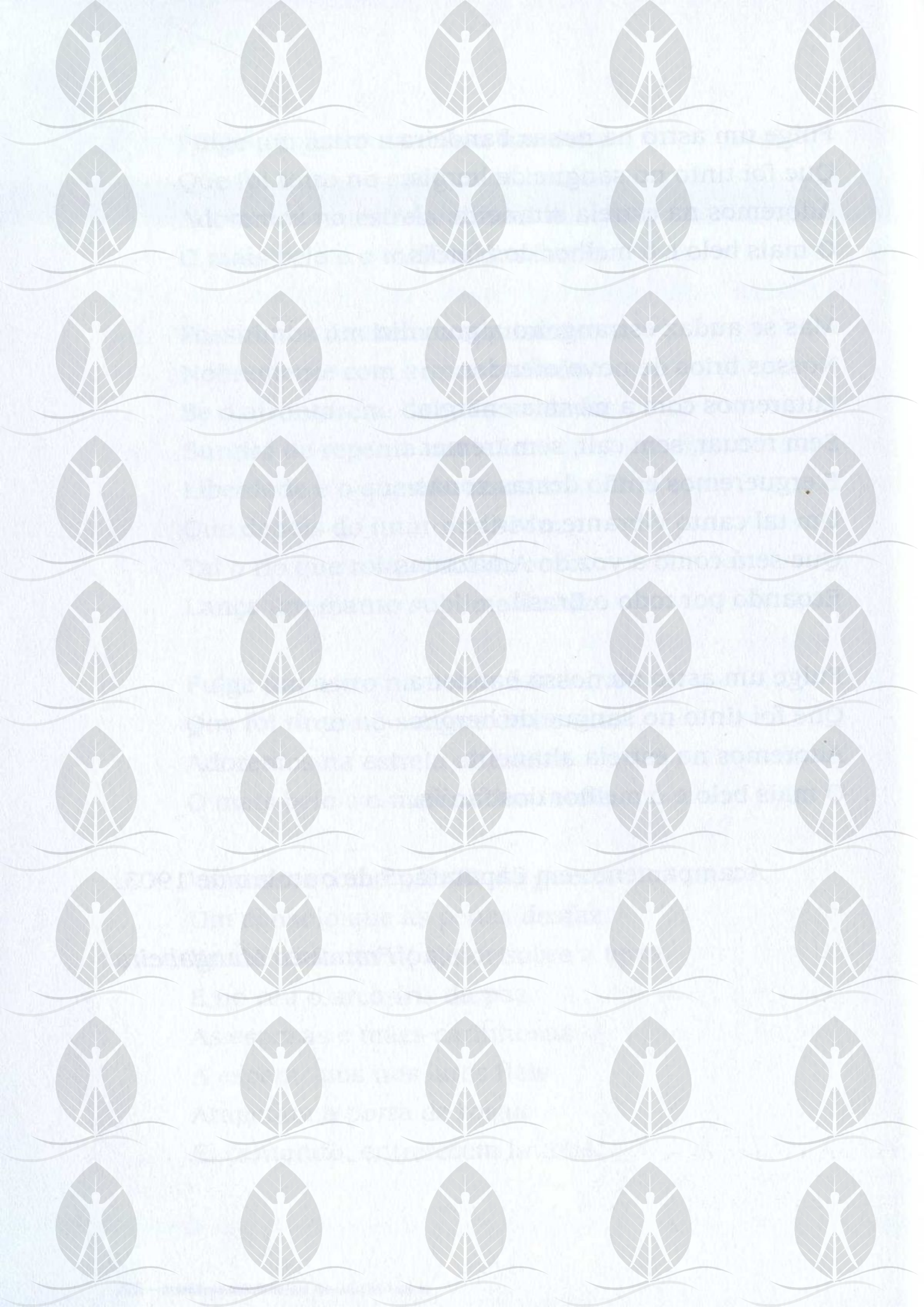
Fulge um astro na nossa bandeira  
Que foi tinto no sangue de heróis,  
Adoremos na estrela altaneira  
O mais belo e o melhor dos faróis.


Mas se audaz estrangeiro algum dia  
Nossos brios de novo ofender,  
Lutaremos com a mesma energia,  
Sem recuar, sem cair, sem tremer...  
E ergueremos então destas zonas  
Um tal canto vibrante e viril  
Que será como a voz do Amazonas  
Ecoando por todo o Brasil.

Fulge um astro na nossa bandeira  
Que foi tinto no sangue de heróis.  
Adoremos na estrela altaneira  
O mais belo e o melhor dos faróis.

Acampamento em Capatará, 5 de outubro de 1903.

(a.) *Francisco Mangabeira*



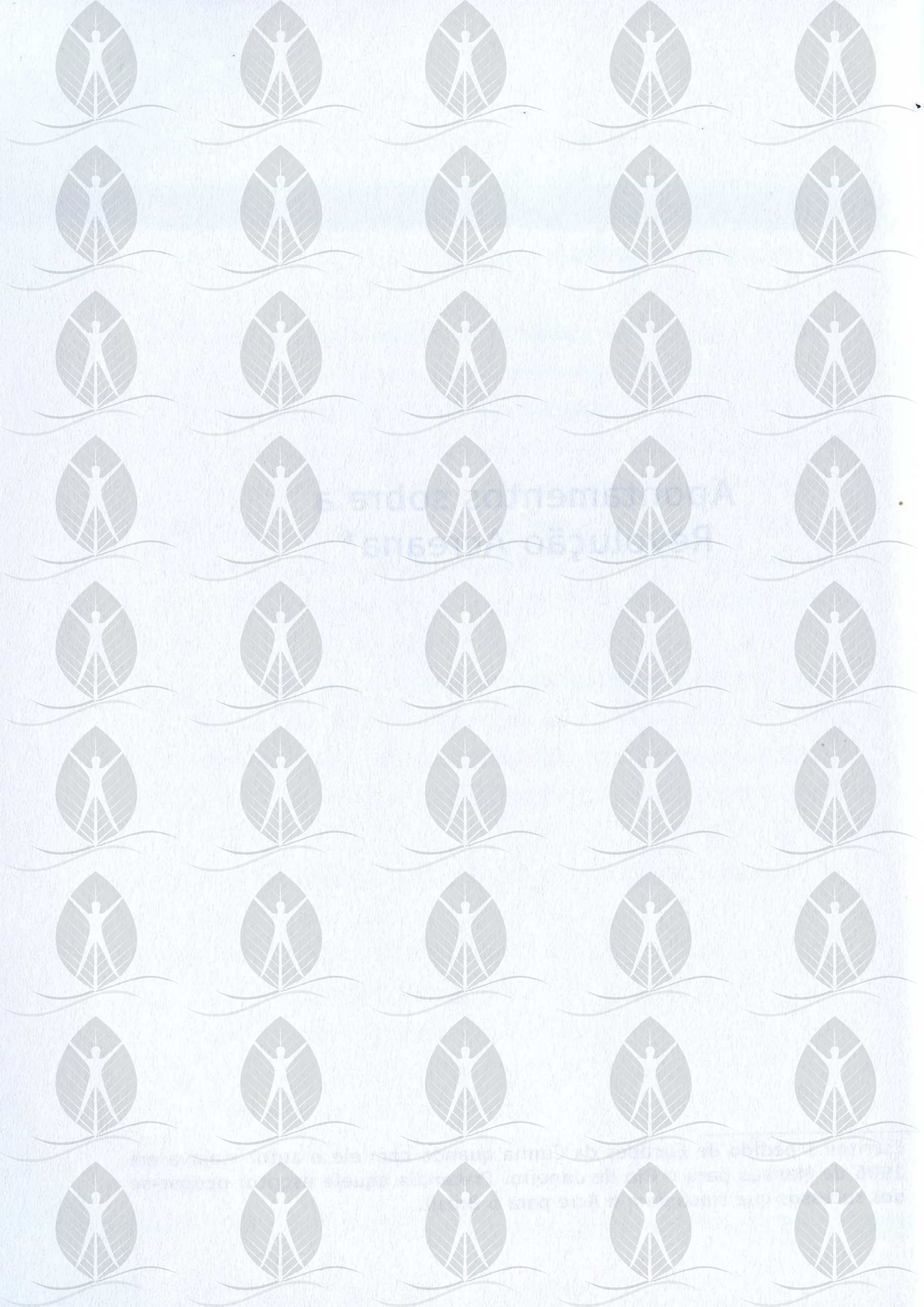


## Apontamentos sobre a Revolução Acreana\*

---

\* Escritos a pedido de Euclides da Cunha quando com ele o autor viajava em 1906 de Manaus para o Rio de Janeiro. Pretendia aquele escritor ocupar-se dos sucessos que trouxeram o Acre para o Brasil.





## Notas inéditas de Plácido de Castro

**N**o exercício da profissão de agrimensor, munido da indispensável provisão, me achava eu no “Território de Colônias”, da Bolívia, em junho de 1902, demarcando o seringal “Victoria”, de propriedade de José Galdino.

Os bolivianos, senhores da região que lhes havia sido entregue pelo governo brasileiro, tinham elevado à categoria de vila o povoado de Xapuri, com o nome de Antônio Antunes de Alencar, que ali gozava de algum prestígio e que envidara esforços para conciliar os brasileiros com os bolivianos, em parte conseguindo, tanto que se fez eleger intendente conjuntamente com o Dr. Magalhães. Continuava, entretanto, o desgosto dos brasileiros, sobretudo devido aos rumores que lá chegaram do arrendamento do Acre a uma companhia estrangeira.

Em 23 de junho chegaram-me às mãos alguns jornais que noticiavam como definitivo o arrendamento do território acreano e estampavam o teor do contrato, então firmado entre a Bolívia e o “Bolivian Syndicate”.

Era uma completa espoliação feita aos acreanos. Veio-me à mente a idéia cruel de que a Pátria Brasileira se ia desmembrar; pois, a meu ver, aquilo não era mais do que o caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-nos desde então a lhes franquear à navegação os nossos rios, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprego da força e a nossa desgraça em breve estaria consumada.

Guardei, apressado, a bússola de Casella, de que me estava servindo, abandonei as balizas e demais utensílios e saí no mesmo dia para a margem do Acre.

Há muito, prevendo esse resultado, havia falado a vários proprietários na possibilidade de uma resistência, consultando-os se com eles poderia contar.

O Sr. José Galdino, incontestavelmente foi de todos quem demonstrou melhores disposições de auxiliar-me. Com ele acordei em que a revolução se faria: eu desceria até “Caquetá”, concitando à luta os proprietários, devendo romper o movimento em “Bom Destino”, seringal de propriedade de Joaquim Victor da Silva, que era um grande entusiasta da revolução e a pessoa de maior prestígio no baixo Acre. Nessa conformidade descí a 25 do mesmo mês em uma canoa de José Galdino, passei a 29 em “Bagaço”, e a 30 cheguei a “Bom Destino”.

Depois de entender-me com o coronel Joaquim Victor, que foi sem dúvida o acreano que maiores sacrifícios pecuniários fez pela revolução, ficou acordado descermos até “Caquetá”, onde se achava o diretor da Mesa de Rendas do Estado do Amazonas, que proclamava lhe haver remetido o governador deste Estado grande cópia de armamentos com destino à revolução.

Se me não falha a memória, no dia 2 de julho, em “Caquetá”, nos reunimos: eu, o coronel Joaquim Victor da Silva, proprietário deste seringal e de “Bom Destino”, e ex-vice-governador do Acre em uma das malogradas revoluções; Domingos Leitão, homem de prestígio, residente no seringal “Esperança”; Domingos Carneiro, residente em “Floresta” e ex-vice-cônsul do Brasil em “Porto Acre”; Rodrigo de Carvalho, diretor da Mesa de Rendas do Estado do Amazonas em “Caquetá”; e o tenente Antônio de Carvalho.

Tratamos tão-somente da revolução e, por proposta minha, assentamos em que se formaria uma junta revolucionária, que se comporia dos coronéis Joaquim Victor da Silva, José Galdino de Assis Marinho e Rodrigo de Carvalho.

Não consegui, porém, que a revolução rompesse, como eu desejava, no baixo Acre, pelo que assentamos que o movimento romperia no Xapuri.

Tendo ficado assentado que seria eu o comandante-chefe, acordou-se também que, em rompendo as hostilidades, ficaria extinta a junta revolucionária, para que só ficasse em ação uma única autoridade – o comandante-chefe – a quem todos se deveriam submeter.

Voltei para Xapuri incerto do êxito da revolução, pois todos declaravam que empenhariam o melhor da vida, mas ninguém queria ser o primeiro.

A 4 de agosto era a primeira segunda-feira deste mês e dia que os acreanos consideram aziago, como aziagos seriam para eles os 365 do ano se a fome os não ameaçasse.

Um dos meus remadores, um velho ébrio, disse-me pela manhã, no momento em que o mandei puxar a sirga: “Patrão, eu hoje não trabalho; é a primeira segunda-feira de agosto e pode haver algum desastre”.

Não havendo meio de convencê-lo do contrário por outra forma, puxei do meu revólver e disse-lhe: “Se trabalhares, pode ser que te aconteça algum desastre, mas se não trabalhares é certo que morrerás já” – e com um tiro indiquei-lhe o caminho a seguir com a sirga.

O homem que parecia se achar firmemente resolvido a não andar, rompeu imediatamente em marcha, com grande espanto meu, que ainda não conhecia bem aquele meio em que ia agir.

Às 10 horas da noite desse dia, em meio de profunda escuridão, passei junto à povoação do Xapuri, sem ser percebido, pois tive o cuidado de advertir aos remadores de que não fizessem barulho com os remos na borda da canoa.

O velho ébrio ainda aí se portou mal, vendo-me obrigado a fazê-lo compreender que, se fôssemos descobertos, ele perderia a vida no mesmo momento.

Ao passar pela povoação mandei por terra um homem a “Victoria” comunicar ao coronel José Galdino que eu ia por água e que ele deveria reunir imediatamente todo o seu pessoal, pois, conforme ficara assentado, a essa hora todo o baixo Acre deveria estar conflagrado.

O *próprio* chegou à noite mesmo, eu, porém, só cheguei às 9 horas da manhã do dia seguinte, aparentando uma alegria, que ainda não tinha e dizendo que a revolução quando muito

duraria 20 dias, pois o entusiasmo no baixo Acre era indescritível (não devia falar de outro modo).

O coronel Galdino mandou efetivamente reunir o seu pessoal que estava muito espalhado, conseguindo o comparecimento de 33 homens, inclusive o seu filho Matoso.

Com estes 33 homens, ao cerrar da noite, seguimos em canoas para Xapuri, onde chegamos às 5 horas da manhã do dia seguinte.

Sem que soubéssemos, era 6 de agosto de festa nacional na Bolívia; era o dia da sua independência, pelo que estava preparada uma grande festa. Na véspera haviam as autoridades dormido muito tarde, depois de abundantes libações e dos cânticos patrióticos do costume, pelo que àquela hora da manhã dormiam ainda a sono solto.

As autoridades bolivianas eram poucas e estavam alojadas em três casas – na de Alfredo Pires, na de Augusto Nunes, português, instrumento delas e também autoridade, e na intendência, onde residia o próprio intendente, d. Juan de Dias Bulientes, *que não gostava de beber...*

Ao saltar em terra, dividi a pequena força em três partes, para atacar simultaneamente as três casas, reservando para mim a do centro que era a Intendência, a do Sr. Alfredo Pires para o Sr. José Galdino e a de Augusto Nunes, na outra margem, para Antônio Moreira de Souza.

Tudo correu como eu havia determinado. Penetrando na Intendência, de lá retiramos umas carabinas e dois cunhetes de balas; em seguida chamei-os em voz alta. O intendente, mal acordado ainda, respondeu: “Es temprano para la fiesta”, ao

que lhe retorqui: “Não é festa, Sr. intendente, é revolução”. Levantaram-se então o intendente e os demais, sobressaltados.

Deixei-os sob guarda e fui à casa do Sr. Nunes, onde Moreira nada havia feito.

Prendi-os todos. O coronel José Galdino já vinha da casa de Alfredo Pires com muitos presos.

Assim começou a revolução.

Neste mesmo dia continuamos a reunir gente: os proprietários tudo prometiam, mas em verdade mostravam-se receosos: José Galdino era quem agia com mais desassombro.

Convoquei uma reunião para as 2 horas do dia seguinte, que se realizou como eu desejava. Nela expus as razões que determinaram a revolução, e, aparecendo o desejado entusiasmo, falaram com brilho maior os Srs. Dr. Albino dos Santos Pereira, Gastão de Oliveira e Manfredo Álvares Affonso.

Em seguida convidei-os a proclamarmos a independência do Acre, com o nome de “Estado Independente do Acre”, e no ato de ser erguida a bandeira ao som da marcha batida, pois havia já um corneteiro entre nós, todos se descobriram respeitosa-mente.

Foi lavrada uma ata, de que mandei extrair umas 20 cópias, que mandei distribuir rio abaixo, imediatamente, enviando uma ao governador boliviano em Porto Acre, a fim de que (pensei eu) com esta medida, se alguém fraquejasse, não pudesse recuar, visto de haver comprometido com a assinatura na ata.

Os prisioneiros foram expulsos do território, via Yaco, e eu descí à frente de 64 homens, ficando o coronel Galdino no

comando da guarnição do Xapuri, que se compunha de 150 homens, mais ou menos, e com ordem de recrutar os que pudesse.

Um Sr. Falk (judeu-francês), que no povoado gozava de alguma influência, começou a fazer reuniões ocultas com o fim de abafar a revolução, pois não acreditava que o movimento triunfasse.

Ao embarcar com a força tive ciência desse fato, pelo que mandei, ato contínuo, prender “esse chefe”, levando-o em minha companhia, na minha própria canoa.

Todo o pessoal era de recrutas roubados ao serviço da *seringa*, um só não entendia de coisas militares, muito menos de guerra.

No terceiro dia de viagem de baixada, encontrei um *próprio* que me enviara o coronel João do Monte, comunicando-me que o batalhão boliviano, esperado em “Capatará”, ali havia chegado com grande efetivo.

Continuei a marcha, havendo mandado um ofício ao comandante da guarnição do Xapuri, comunicando-lhe o fato e dizendo-lhe que, “a despeito da desproporção numérica, eu me sentia feliz por tão cedo haver chegado a ocasião de pôr em prática o que pregara pela palavra”.

Chegado a “Itu”, mandei reconhecimentos a “Capatará”, por água e por terra. Era falsa a notícia – ainda não se sabia nada do batalhão boliviano ali esperado.

Isso se passava mais ou menos a 30 de agosto.

A “Capatará” chegamos pela manhã. À nossa chegada fugiu para o mato um brasileiro de nome José Cavalcante, que estava ao serviço dos bolivianos.



Aí *pousamos*, continuando a viagem às 10 horas da manhã do dia seguinte, sempre rio abaixo. *Pousamos* de novo em Benfica, onde soube que com a minha demora (ocasionada por moléstia grave) muitos dos companheiros, que se achavam comprometidos, dando crédito ao boato da minha morte, haviam desanimado e fugido para o Brasil, e outros se haviam deixado prender em suas casas pelos bolivianos, informados da nossa situação pelo nosso companheiro Joaquim Carneiro, que, desanimado da vitória, tudo lhes contou, o que, como é fácil de imaginar, de grande prejuízo me foi.

Achavam-se presos os Srs. Pergentino Ferreira, proprietário de “Bagé”; coronel Joaquim Victor da Silva, proprietário de “Bom Destino”, e emigrados para o Brasil os Srs. Francisco de Oliveira e Hipólito Moreira com os seus irmãos – todos pessoas de prestígio, e ainda muitos outros.

Foi esta a situação que encontrei no baixo Acre e era preciso que no alto nada se soubesse dessas misérias.

Que situação dolorosa aquela!

Os improvisados soldados começaram a se aprumar, a desobediência começou a lavrar, de modo que a autoridade do chefe teve de ser mantida pela espada e pelo revólver. Poucos compreenderão o quanto tem de horrível uma situação como aquela em que me encontrei, em que cada dia que passa é um ano de existência que se nos rouba.

A 1.º de setembro acampeei, à noite, no barracão “Panorama”, de Antônio Barbosa Leite, belo coração que infelizmente tão cedo se apagou.

Na manhã seguinte acampeei em “Liberdade”, onde me ocupei, até o dia 7 do mesmo mês, em convocar os vizinhos e reunir gente. Muitos foram agarrados, já em fuga, pelo pavor que lhes haviam causado a prisão e a fuga dos seus chefes.

Às 10 horas da noite desse dia deixei o acampamento sob o comando de um oficial (o tenente Antônio Coelho) e descii até “Caquetá”, onde me diziam se achavam os emigrados. Parti àquela mesma hora, em uma canoa tripulada, levando como companheiro o Sr. Augusto de Macedo.

O governador boliviano, não tendo mais notícias da revolução, além das que lhe dera o nosso companheiro Joaquim Carneiro (vejam o que são os carneiros dessa terra), soltou o Sr. Pergentino Ferreira e o coronel Joaquim Victor da Silva.

Andamos toda a noite e às 10 horas do dia seguinte, 8, chegamos a “Bom Destino”, de onde, depois de almoçar, segui por terra para “Caquetá”, que alcancei no mesmo dia, à noite.

Em “Caquetá” já não encontrei os emigrados, que haviam voltado ao Acre por outro caminho.

Achava-se ali o Sr. Gentil Norberto, que havia trazido de Manaus 120 Winchesters, 100 encapados de farinha e 12 cunhetes de balas. Dizia-se encarregado pelo governo do Amazonas de fazer guerra no Acre.

A ignorância deste moço em assuntos de guerra era tão completa que se presumia bem armado. Não tinha noção alguma sobre coisas militares.

O Sr. Rodrigo de Carvalho, o homem mais medroso que tenho conhecido, também ali se achava e se dizia com a mesma incumbência do governo do Amazonas.

Passavam ambos os dias em discussões estéreis e em troca de insultos.

Voltei no dia seguinte a “Bom Destino”, onde encontrei o coronel Joaquim Victor da Silva. Assentamos que ele faria reunir todo o seu pessoal e se entrincheiraria no barracão.

Rumei, em seguida, por terra para o “Bagaço”, onde cheguei na tarde do dia seguinte. Aí acordei com o Sr. Basílio Gomes de Lyra a reunião do pessoal deste pequeno povoado e do seringal.

Daí seguiu imediatamente para “Liberdade” e em caminho encontrei-me com o tenente-coronel Alexandrino José da Silva, indivíduo analfabeto, mas com prestígio entre os seringueiros. Encarreguei-o de proceder ao recrutamento. Chegando a “Liberdade” encontrei más notícias: em minha ausência o pessoal se revoltara sob a direção de um rapaz muito moço. Felizmente pude conciliar as coisas sem o emprego da força. Isto se passava mais ou menos a 15 de setembro.

Achando-me com cento e tantos homens, distribuí-os no serviço do recrutamento e fiquei com 70 no acampamento, além de um piquete que fiz seguir para um lugar denominado “Missão”, por onde deveria passar o inimigo esperado.

Constatando-me que um português de nome Antônio, residente na “Empresa”, iria ao encontro dos bolivianos para lhes servir de guia, mandei prendê-lo.

Infelizmente, dentre muitos pedidos para soltá-lo, recebi o do proprietário do seringal “Primavera”, pessoa conceituada, e acedi.

Na noite de 17 para 18, recebi um aviso do piquete, dizendo-me que o inimigo se achava em “Missão”, em grande

número e guiado por Antônio Português, a quem em má hora eu havia soltado.

Tinha apenas comigo 63 homens, mas com eles marchei à meia-noite na esperança de compensar a diferença de número com uma emboscada que lhes pretendia fazer, a uma hora de viagem da “Empresa”, onde chegamos às 5:30 horas da manhã.

Contra a suposição de todos, inclusive a minha, os bolivianos, apesar de estarem em terreno completamente desconhecido, haviam marchado toda a noite, guiados por Antônio Português, de forma que, ao romper do dia, se emboscaram no campo da “Volta da Empresa”, onde nós, ao entrarmos, recebemos em cheio a primeira descarga em pleno campo.

Apesar de serem todos recrutas, a confusão não se estabeleceu entre nós.

Com dificuldade, mas com alguma presteza, consegui estender linha, que dificilmente consegui manter devido à falta de prática dos meus soldados, que a cada passo se agrupavam.

Cada soldado dos nossos tinha somente 50 tiros, munição bastante para um revolucionário previdente, insignificante, porém, para eles, que atiravam a torto e a direito, parecendo querer matar o inimigo com os estampidos.

Ainda assim o inimigo foi contido durante uma hora e cinco minutos, segundo observação dos vizinhos.

Extinta a munição, a derrota pronunciou-se por nós, a despeito do esforço que fiz para evitar o desastre.

Vinte e dois mortos deixamos no campo, dez feridos recolhemos e uns seis fugiram. Esta foi a estréia.

Seguimos para a Empresa a reunir companheiros dispersos. O inimigo, apesar de se achar a tiro de fuzil, não nos perseguiu, pois também teve as suas arranhaduras – 10 mortos, inclusive um capitão, e 8 feridos.

Depois do meio-dia, deixei o prisioneiro José Maria da Rocha Neves com o farmacêutico e algumas praças para descerem com os feridos e segui com o pessoal restante para “Liberdade”, onde encontrei tudo deserto; o próprio dono da casa, tomado de terror, fugira com a família.

Recolhi a bagagem e víveres e desci com destino a “Bagaço”, onde pretendia reorganizar as minhas forças. Em caminho encontrei, de descida também, um reforço de 30 homens, reunidos às pressas pelo coronel Hipólito Moreira, major José Antônio e tenente Antônio Coelho.

À noite chegamos à “Baixa Verde”, onde pernoitamos, e no dia seguinte a “Bagaço”.

Observei que, das minhas forças, parte estava vestida de azulão e parte de roupa clara e que no combate a mortalidade fora quase que somente entre eles.

O caso era para ser levado em consideração, tanto mais que o fogo fora feito à queima-roupa, a uma distância de 50 a 120 metros, em que se distinguem as próprias fisionomias.

Resolvi, por isso, vestir os soldados com uniforme azul e o consegui em poucos dias, graças à boa vontade de todos. Aboli também o galão dos punhos e do “boné”, consistindo dos distintivos em botões de madrepérola no lugar da carcela.

Estas medidas diminuían o alvo dos nossos soldados e ao inimigo impediam que dele fossem conhecidos os nossos oficiais. Praticamente verifiquei os resultados desejados.

A notícia da nossa derrota correu célere, apavorando os seringueiros e tornando a minha posição por demais difícil, pois por tudo se me responsabilizava. Os mais entendidos, ou que se julgavam tal, diziam que se eu conhecesse do assunto não teria marchado com 63 homens apenas.

Mandei pelas matas dois portadores para o alto Acre, com correspondência para ser entregue à primeira força que encontrassem de descida, o que deveria acontecer, conforme as ordens que havia dado ao comandante da guarnição de Xapuri.

Nessa correspondência procurei iludir a situação, dizendo que o combate não tinha importância.

A 29 ou 30 de setembro, deixei “Bagaço”, marchando para “Panorama” com 180 homens, mais ou menos, que havíamos reunido. Pretendia com esta gente tentar um decidido assalto ao inimigo, que, segundo me constava, se estava entrincheirando.

Ao tempo em que eu marchava para “Panorama”, chegava à “Boca do Riozinho” o coronel Antunes de Alencar (pois já se havia apresentado à revolução, apesar da sua amizade com os bolivianos) com cento e tantos homens.

Aí soube ele, de modo positivo, o desastre de 18 de setembro e desanimou completamente.

Reunindo os oficiais, lhes expôs os fatos com as tintas mais negras, propondo-lhes por fim a dispersão das forças, pois considerava a revolução abortada, acrescentando: “ainda não

fizemos uso das armas e, por conseqüência, não estamos comprometidos”.

O desânimo invadiu o coração de seus comandados e todos teriam fugido naquele momento, se um enérgico protesto do tenente-coronel José Brandão e do capitão Sérvulo não os detivesse.

Logo após estas cenas, chegou ao acampamento do coronel Alencar um *próprio* meu, que lhes contou que eu estava com as forças reorganizadas e em marcha para “Panorama”. Não foram acreditadas as informações do meu emissário, antes foram ouvidas com reserva. Ofereceu-se, então, um moço, por nome Façanha, para ir pessoalmente até onde pudesse colher a verdade inteira, pedindo ao coronel Alencar que não dispersasse a gente antes de sua volta.

Este rapaz foi descendo e, ao chegar a “Bagé”, soube do administrador deste seringal, o Sr. João Donato, que os bolivianos estavam entrincheirados e que eu, tendo reorganizado as forças, devia talvez achar-me em “Panorama”. Para certificar-se disto, mandou Donato um “mateiro”.

Façanha voltou à “Boca do Riozinho” e aí, com a exposição do que soubera, deu um pouco de ânimo aos companheiros.

Pelo “mateiro” de João Donato inteirei-me do que se passava, e, incontinenti, mandei o coronel Alexandrino e o alferes Plínio, com 30 homens, ao encontro da força da “Boca do Riozinho”, com ordem de assumir o comando, se possível fosse, e de vir para “Nova Empresa”. Isto acontecia a 30 de setembro.

Nesse mesmo dia chegou ao “Riozinho” o coronel Alexandrino, deixando o alferes Plínio de observação em “Nova Empresa”, com 10 praças.

No dia seguinte regressou ele para “Panorama”, deixando na “Boca do Riozinho” todos animados e de marcha para “Nova Empresa”, dizendo-me, porém, que lá não ficaria. De matéria de disciplina ninguém entendia.

No dia seguinte, 2 de outubro, deixei-o em “Panorama” e fiz a mesma marcha com 25 homens, contornando “Empresa” e chegando à “Nova Empresa”, onde organizei a força que ali se achava. Fiz seguir comigo para “Panorama” todos aqueles cuja presença na força do coronel Alencar embaraçava a disciplina.

Nessa ocasião, o coronel Alencar e o tenente-coronel Gastão de Oliveira, tomando a palavra, em nome dos seus comandados, me aclamaram general.

Não aceitei tal aclamação, que, além de inútil, criava um mau precedente de promoções por pronunciamentos.

Determinei que o ataque às forças bolivianas na “Volta da Empresa” se faria a 5 de outubro e deixei em mão do coronel Alencar o plano de combate, escrito e desenhado.

Regressei a “Panorama” e no dia 5 atacávamos a “Volta da Empresa”, simultaneamente pelo lado de cima e pela retaguarda.

Estando marcado o combate para às 10 horas da manhã, no momento em que o inimigo deveria estar descansando da formatura, tal não aconteceu, porque o coronel Alencar mandou às 9:30 atirar em uma sentinela inimiga, o que muito alterou o resultado, pois não pôde o inimigo ser colhido de surpresa.



Empenhou-se o combate, sendo em pouco tempo tomadas duas trincheiras inimigas.

À tarde a nossa posição de sitiante já era bem definida, mas o inimigo estava bem defendido, pois, além das valas, ainda tinha por fora uma cerca de arame farpado, que impedia qualquer assalto.

Por nossa parte estava em franca operação o trabalho de sapa, mas só depois de 11 dias de lutas pudemos, por meio de valas abertas em curvas reversas contra os aramados, chegar junto das trincheiras inimigas a obrigar o coronel Rojas a entregar-se com seus comandados, que seriam apenas 150. Os outros, em número de 30, haviam morrido.

Neste combate verifiquei o ótimo resultado do sistema de fardamento que havia adotado.

Em seguida fiz marchar para “Capatará” os coronéis Alexandrino e José Brandão, com as forças; eu descí com 60 homens, conduzindo prisioneiros, que deveriam baixar para Manaus.

Em “Caquetá”, acima da linha “Cunha Gomes”, acampeí com eles e deixei que se correspondessem com os seus patrícios de “Porto Acre”. Depois os acompanhei até o Antimari. De regresso, em “Caquetá” à noite, recebi um ofício do comandante da guarnição de “Bom Destino”, comunicando-me que ali chegara o comandante da guarnição de “Xapuri”, em companhia de vários oficiais.

Pela manhã do dia seguinte marcheí para “Bom Destino”, onde chegueí à tarde.

Soube do coronel José Galdino que ele havia abandonado o seu posto em “Xapuri”, em virtude de uma carta que recebera

do coronel Rodrigo de Carvalho, pedindo-lhe que viesse, porque o comandante-chefe se achava à morte e era preciso substituí-lo.

Na verdade me achava muito doente, mas o caso era outro: entrara nele a perfídia; pensavam que com a vitória da “Volta da Empresa” a guarnição boliviana de “Porto Acre” se entregaria e, nesse caso, eu, excluído por doença ou por morte, daria lugar a que pleiteassem o governo do Acre, que era o sonho do coronel Alencar, estando comprometidos a isso o coronel Rodrigo de Carvalho e o Sr. Gentil Norberto, que a esse tempo ainda andava por fora, em dissidência, José Galdino era apenas o instrumento do plano.

Fiz este subir novamente o Acre comigo, até “Capatará” e aí lhe dei ordem para que fosse ocupar o seu posto em “Xapuri”.

Com a pequena força que trazia, reuni-me às forças que se achavam no “Iquiri”.

Ali cheguei a 4 de novembro, e a 15, para comemorar o aniversário da República Brasileira, enfeitamos o acampamento com as mais variadas palmeiras e parasitas, e marquei uma parada para às 10 horas da manhã, para revista geral das forças.

Terminava a revista, quando me chegou um aviso urgente de que o inimigo vinha a cinco horas de viagem, procedente de “Santa Rosa”, no Abunã.

Destaquei imediatamente 100 homens e com eles marchei, dando ordens para seguir o resto das forças por frações.

Três dias depois atacávamos a coluna boliviana de “Santa Rosa” e com franco sucesso.

Nesse dia fazia dois meses que havíamos sido derrotados no primeiro combate, em “Volta da Empresa”.

Nesse mesmo dia, 18 de novembro, antes de começar o fogo, estando eu em um reconhecimento, acompanhado de quatro oficiais, uma sentinela inimiga emboscada deixou-me passar e a mais três oficiais, fazendo fogo contra o último, que, apesar de minhas ordens, ainda não havia reformado o fardamento e tinha galões nos punhos. A sentinela o tomou pelo chefe.

O combate de “Santa Rosa”, que durou muitas horas (das 4 horas da tarde às 9 horas da noite), terminou por um vasto incêndio, que ateamos às casas e trincheiras inimigas.

A 20, segui com toda a força reunida, 400 homens, com destino à “Palestina”, no rio Orton. Dois dias depois, chegando ao Corichon-Vial, ali acampamos.

Momento depois, uma dolorosa surpresa: chega-se a mim o coronel Alexandrino que, em nome dos oficiais, me pede que não os leve assim para a Bolívia, onde não poderiam saber o fim que os aguardava e dizendo-me que a fome já se fazia sentir.

Cheio de esperança e de fé, eu não podia me conformar com a volta naquele momento, pois na nossa marcha íamos encontrar fatalmente a vitória da revolução.

Mais tarde soube que esse oficial mesmo era quem concitava os outros a voltarem, dizendo-lhes que morreriam todos, como se quem vai à guerra vá procurar abrigar-se da morte.

Entretanto, voltei, depois de destruir a ponte de Corichon-Vial e, rapidamente, marchei para “Iquiri”, fui a “Capatará”, de onde segui na mesma noite para daí fazer seguir a força para Itu, ali chegando pela manhã.

Na tarde desse mesmo dia segui com uma força, por terra, para “Soledade”, e por água mandei outra, sob o comando do coronel Alexandrino.

Com 72 horas da marcha cheguei a este porto. Daí, unindo-me com a força que viera por água, segui para o “Xapuri”, onde fizemos uma grande revista. No dia 4 de dezembro seguimos com 300 homens para “Costa Rica”, no Tauamano.

A 10, demos combate ao inimigo, derrotando-o completamente. Este se compunha de 100 homens e o combate durou apenas 35 minutos, terminando com avultadas perdas nas forças contrárias.

Destruímos trincheiras e casas e regressamos a “Xapuri”. Levamos em redes oito homens feridos, inclusive um capitão.

De “Xapuri” marchamos com 400 homens para o barracão Santa Cruz, no alto Acre, onde diziam achar-se uma numerosa força boliviana.

Encontrando apenas vestígios do inimigo, resolvi a marcha novamente para o Tauamano, a fim de atacar “Porvenir”.

Só existia um prático de tal caminho, um italiano, Ernesto, mas este homem tomou-se de tanto pavor que não conseguiu acertar o caminho.

Segui para o igarapé da Bahia a fim de por ali entrar em “Porvenir”, mas em caminho recebi comunicação de “Bom Destino” dizendo que os navios mercantes já começavam a chegar a “Caquetá”. Urgia, portanto, descer, e assim o fiz.

Nos primeiros dias de janeiro, as nossas forças se achavam em “Bom Destino”, “São Jerônimo”, e “Caquetá”. Neste

porto fiz várias compras aos comandantes dos navios e iniciei o sítio de “Porto Acre”. Mandei abrir um varadouro contornando o terreno onde se deveria ferir o combate.

No dia 13, achando-se tudo pronto, marquei o combate para o dia seguinte, às 10 horas da manhã.

Oficiei ao governador boliviano, em “Porto Acre”, oferecendo-lhe o nosso hospital de sangue para nele serem recolhidos e tratados os feridos.

Respondeu-me em linguagem descortês, recusando o meu oferecimento.\*

Às 7 horas da noite ocorreu um desastre em nossas forças. Ao partir do ponto em que se achava o comando-chefe (ao sul da linha Cunha Gomes), uma lanchinha, rebocando um batelão com 60 homens, este adernou. Teriam todos morrido afogados se não fossem as providências prontas que dei no momento e o auxílio que recebemos das tripulações dos navios ali fundeados. Felizmente a noite era de claro luar. Apenas morreram quatro homens.

Às 11 horas da noite suspendi a ordem do ataque que estava marcado para o dia seguinte.

Às 14, em pessoa, distribuí as forças nas posições que deveriam ocupar, para partirem para o combate.

Acampei acima de “Porto Acre” com o Batalhão “Independência”, sob o comando do bravo e leal coronel José Brandão.

---

\* *Campañas del Acre*. Azcui, p. 205.

El día 14, Plácido tuvo la galantería de anunciar oficialmente al delegado Romero su proximo ataque al puerto y proponerle una sola ambulancia en la colectaría de Caquetá para la asistencia de los heridos de ambas partes. Lo que no aceptó Romero.



J. Plácido de Castro à frente do Exército Acreano em marcha, ao sair em um roçado.

Neste dia se me apresentou o Dr. Gentil Norberto, dizendo querer entrar em combate, disposto a cumprir todas as ordens que eu lhe desse. Coloquei-o como meu ajudante.

Às 9 horas do dia 15 de janeiro rompemos as hostilidades e às 2 horas da tarde já ocupávamos posições em campo aberto a 120 metros das trincheiras inimigas.

As nossas perdas nesse dia subiram a 50, entre mortos e feridos. A sede nos devorava. Na noite de 15 para 16 foi tal o trabalho de sapa e de abastecimento às linhas, que, ao amanhecer, todas as nossas forças estavam entrincheiradas e abastecidas de víveres e água, sendo esta acondicionada em sacos “acauchados”.

Urgia que fizéssemos descer o navio “Independência”, a cujo bordo tínhamos borracha, com a qual devíamos comprar munições.

O coronel Alencar foi encarregado da missão de forçar a passagem de Porto Acre.

Os bolivianos, plagiando Humaitá, tinham colocado uma corrente para vedar a passagem. Uma das extremidades dessa corrente, porém, estava em terreno que já havíamos conquistado. Entretanto, foi difícilimo cortar essa corrente.

Não faltaram “entendidos” que dissessem ser impossível a passagem do navio.

Isto muito impressionou o coronel Alencar, que, devendo achar-se na véspera do dia marcado para a passagem em uma volta acima de Porto Acre, deixou-se ficar em “São Jerônimo”, pedindo-me dali dispensa do comando, por se achar doente do fígado e desconfiado de estar atacado de pneumonia.



Outro aspecto do Exército Acreano em marcha. J. Plácido de Castro está montado.



A este conjunto confuso de enfermidades nas ocasiões de grandes lances, eu costumeo chamar “cagacite aguda”, não sei se com propriedade ou não.

Dispus, então, as forças em terra e fui para bordo do “Independência”, a fim de forçar a passagem na manhã do dia seguinte.

Levei comigo uma força de infantaria de 50 homens e a dispus, 25 homens em um bordo e 25 no outro, comandados por dois subalternos. Estas forças ficaram bem entrincheiradas, assim como eu e o meu ajudante-de-ordens, capitão Antônio de Souza Coelho, que ficamos no meio da praça de armas, no momento da passagem.

Pela madrugada vi, com grande espanto, a bordo, o coronel Rodrigo de Carvalho.

Perguntando-lhe o que fazia, respondeu-se: “Também quero glórias”.

Pensei comigo que alguma coisa de extraordinário se passava naquela criatura efeminada, que não podia ouvir o sibilo das balas e que ali estava para passar por entre um chuveiro delas, pois o convés do navio seria varrido pela fuzilaria inimiga.

Às 6 horas da manhã, colocados todos nos seus postos, verificado o entrincheiramento da casa das máquinas, feito com 30.000 quilos de borracha, mandei suspender ferro. O coronel Rodrigo de Carvalho não foi encontrado a bordo.

A passagem foi feita garbosamente, debaixo de uma estrondosa salva de balas. Belo aspecto apresentavam as linhas sitiadas e sitiadas, formando duas curvas concêntricas de fumo.



O Dr. Baptista de Moraes, Chefe de Saúde do Exército Acreano, entre seus auxiliares, Dr. Epaminondas Jacome, à direita, e Dr. Francisco Mangabeira, à esquerda. Todos já falecidos.

Passado o perigo e quando o “Independência” já navegava no “estirão” abaixo de “Porto Acre”, saiu o coronel Rodrigo de Carvalho da casa das máquinas, onde estivera durante toda a manhã, abrigado abaixo da linha d’água. E de bordo era quem mais entusiasmado agradecia as saudações das nossas forças.

Na manhã do dia 23 de janeiro foi hasteada a bandeira branca nas trincheiras bolivianas. Cessou o fogo, e ao acampamento do comandante-chefe acreano veio conferenciar o Sr. Moysés Santivañez, que, em nome de d. Lino Romero, delegado do governo da Bolívia, propôs a suspensão das hostilidades, a fim de serem enterrados os mortos.

Compreendendo que outra era a sua intenção, pois não se compreendia que estando entrincheirados, não pudessem enterrar os seus mortos, respondi-lhe: “Neste momento estamos discutindo a sorte dos vivos e mais tarde trataremos dos mortos, que não ficarão insepultos”.

O meu quartel-general era em um ponto muito acessível às balas e distante das trincheiras inimigas apenas 300 metros. Acontecia, porém, que esse lugar estava mascarado por muitas bananeiras, e eu podia, sem ser visto, ver comodamente o inimigo de muito perto.

Durante a conferência com o Sr. Santivañez, notei que ele examinava atentamente o local e olhava insistentemente para as suas trincheiras, talvez admirado de me achar ali a cômodo, sem ser hostilizado.

Fracassada a sua missão, regressou ele às suas trincheiras, mas apenas nos deu as costas, fiz retirar dali o meu acampamento para outra posição sem abrigada.

Ao prosseguirem as hostilidades, notei que não fora em vão que o Sr. Santivañez havia estudado a posição em que me achava, pois as bananeiras foram varridas à bala.

O fogo recrudesceu de parte a parte; era tão intenso como no primeiro dia do combate.

Caiu a noite e com ela não se acalmaram os combatentes – as estrelas e a límpida lua, que tanto encanto nos dão, iluminavam as cabeças humanas acima dos bordos das trincheiras, descobrindo magníficos alvos.

Na manhã seguinte, novamente foi hasteada a bandeira branca no acampamento inimigo, pedindo momentâneo descanso.

Aquela bandeira branca àquela hora não podia enganar – era a rendição.

Apresentou-se-me novamente o Sr. Santivañez, porém, desta vez, propondo-me a capitulação sobre as bases que, em nome do delegado do governo boliviano, me apresentava. Era uma série de cláusulas inúteis e uma muito ofensiva aos nossos brios, em que nos comprometeríamos a respeitar as famílias.

Respondi-lhe oferecendo-lhe garantia de vida a todos os bolivianos e passagem até Manaus. Caso não lhes agradasse essa proposta, era inútil proporem outra, e podiam prosseguir as hostilidades, pois não havia tempo a perder.

Veio, então, ao meu acampamento d. Lino Romero, que me declarou aceitar as condições que lhe propusera. Oferecendo-me que escolhesse o local em que deveria ser lavrada a ata de capitulação, escolhi a sua trincheira principal.

Depois de dar as ordens aos meus comandados, para ali segui com d. Lino Romero, levando comigo apenas o meu corneteiro.

Ao penetrarmos as trincheiras bolivianas, fui apresentado por d. Lino Romero aos oficiais superiores e, no momento em que cumprimentei o coronel Ruiz, disse-me este: – “Pero V. es mui joven”; ao que lhe respondi delicadamente: – “É a idade mais adequada às aventuras da guerra”.

Dado começo ao trabalho, lavrei a ata em português e o Dr. Santivañez a traduziu para o espanhol e a deu ao delegado do governo boliviano e aos oficiais superiores.

Perguntando d. Lino Romero ao coronel Ruiz se tinha alguma coisa a acrescentar, disse este: – “Hay que nombrar la bravura de ambas lãs partes”; ao que lhe respondi: – “De nossa parte não houve bravura, mas estou pronto a aceitar a menção da bravura das forças inimigas”.

D. Lino Romero, porém, disse que julgava desnecessário, visto serem bastante eloqüentes os dias da resistência.

Foi a ata por todos assinada.

A força boliviana formou toda e a entrega das armas começaria pelos oficiais superiores. Disse eu a d. Lino Romero que o nosso ideal era a emancipação do Acre e que a cerimônia da entrega da espada do vencido, conquanto fosse um ato muito apetecido pelos grandes exércitos, não nos confortava o coração, porque era um ato que aumentava o infortúnio daqueles já infortunados pela derrota.

Tomou então a palavra d. Lino Romero e agradeceu-me em nome de seus companheiros em belíssima oração.

Ao cair da noite, o “Independência” tinha a bordo todos os prisioneiros.

Os combatentes que sobreviveram ao combate foram, entre militares e civis, bolivianos e estrangeiros, quatrocentos e poucos, e os sitiados 670 quando se iniciou o sítio. Não sei, de memória, quantos teriam sobrevivido.

Havia nessa ocasião pouca água para os navios subirem o Acre.

No dia 25 organizei a Alfândega com pessoal da revolução. Despachamos nesse mesmo dia alguns navios.

A 26, por ocasião de uma revista geral passada às nossas tropas, no planalto de “Porto Acre”, o Dr. Baptista de Moraes tomou a palavra da sacada de uma casa e, em nome de todos os oficiais combatentes da revolução e dos civis presentes, aclamou-me governador do Acre e comandante-chefe das forças.

Nesse mesmo dia ficou o governo organizado com três Ministérios – o da Fazenda, ocupado pelo coronel Rodrigo de Carvalho, que tinha grande prática de assuntos aduaneiros, e os da Guerra e Justiça acumulados pelo próprio governador.

O primeiro decreto, expedido nesse mesmo dia, adotava a língua portuguesa como a oficial do Estado e reconhecia as propriedades e posses de terras ocupadas.

Por decreto foram fixados os limites do novo Estado, foi licenciada por trinta dias mais de metade da força, o que mais tarde verifiquei ter sido um grande erro.

Soubemos então que o Brasil mandara ocupar o Acre, ao norte do paralelo 10°20’.

Fiz seguir o coronel Brandão com 400 homens para “Xapuri” no “Independência”.

Atacado de violenta febre fiquei em “Porto Acre”.

Em março segui para “Xapuri” e me dispunha a ir novamente ao “Tauamano”, quando tive notícia de que por aqueles dias chegariam ao Acre as forças do Exército brasileiro.

Deixando em “Xapuri” o coronel José Brandão, desci para “Porto Acre”, a fim de receber o general brasileiro, que era o Sr. Olympio da Silveira.

Recebi-o da melhor forma. Deu-me a ler alguns jornais do Rio de Janeiro pelos quais soube que vinha ele assumir o governo do Acre por nós conquistado; entretanto, pessoalmente nada me disse. Passando por “Porto Acre” não se quis deter, mas em data de 2 ou 3 de abril publicou uma proclamação, dizendo assumir o governo daquela região.

Fingindo não compreender o quanto aquele ato ofendia a minha autoridade, baixei um decreto entregando-lhe aquela parte do território, transferindo o meu governo para “Xapuri” e a Alfândega para “Capatará”.

Todo o Exército brasileiro ali estava raivoso contra mim; dia e noite murmuravam os oficiais como bem ensaiadas carpi-deiras; uns diziam que por minha culpa estavam ali *sofrendo*, outros se queixavam por haver deixado as suas famílias, outros ainda, como o major Alcino Braga diziam: “Isto é ultraboliviano”. Transformaram-se em professores da *Constituição* e começaram sem o menor escrúpulo, a implantar a indisciplina, que os caracterizava, entre os meus soldados, dizendo-lhes que eu era paisano (cidadão era para eles sinônimo de cachorro) e,

como tal, os não podia comandar e muito menos os obrigar ao serviço militar, e que se fossem queixar ao general Olympio, que daria providências.

Entretanto, esse exército não tinha serviço de observação e reconhecimento. O seu acampamento era o atestado da inépcia dos seus chefes. As bocas de fogo estavam voltadas para o rio, que era navegado por embarcações nacionais, e com as culatras para o *paradouro* que conduzia à Bolívia, distante apenas 50 metros.

Segui, pois, para “Xapuri”, a fim de prosseguir na campanha. Ao chegar à Empresa, fui falar ao general Olympio, visto me haver ele comunicado que o general Pando atravessara o Abunã.

Não tinha fundamento as informações que lhe haviam dado.

Perguntou-me por que eu não esperava qualquer solução por parte do governo brasileiro, ao que lhe respondi que, não tendo certeza dessa solução, eu ia invadir a Bolívia novamente pelo “Tauamano”, para levar ao inimigo a perturbação que ele nos traria se invadissem o Acre Meridional.

Estávamos em abril; nessa mesma noite segui viagem a bordo de um navio de Martins Ribas & C., que trazia carga para a navegação. Em “Benfica” fi-lo descarregar no dia seguinte (Sexta-feira da Paixão), seguindo viagem em lancha da revolução.

Ao chegar a “Iracema”, tive comunicações de “Caramano”, onde tinha força em observação sob o comando do major Salinas. Fiz seguir o piquete que estava em “Iracema”, conjunta-



mente com outro postado ali perto e preparei-me para fazer a invasão por “Porto Rico”, onde eu previa deviam subir as forças do general Pando.

Parti a todo o vapor para o “Xapuri”, fazendo baixar por “Boa-Fé”, próximo de “Iracema”, toda a guarnição de “Xapuri”, bem como o batalhão que se achava próximo ao igarapé da Bahia (Batalhão Acreano, sob o comando do tenente-coronel Xavier).

Com esta força, que foi paga de víveres para cinco dias, acondicionados em *jamaxis*\* e em alguns cargueiros, segui para “Gironda”, tendo feito seguir na frente o major Daniel Ferreira com 50 homens, com ordem de assumir o comando da vanguarda.

Chegando eu a “Gironda”, rompia a vanguarda fogo contra “Porto Rico”, que logo é sitiado com força que enviei.

Fiz seguir também o piquete de descoberta para “Lisboa”.

Dispus tudo e baixei com o resto das forças no dia seguinte, a fim de dar o assalto a “Porto Rico”.

Já estávamos com quatro dias de fogo e o inimigo começava a enfraquecer. Pela manhã, quando fazia o coronel José Brandão seguir para “Porto Rico” com as forças, recebi comunicação do general Olympio da Silveira, em ofício que me entregou o major Gomes de Castro, de que fora assinado o *modus vivendi* entre o Brasil e a Bolívia, de cujo conteúdo fui inteirado.

---

\* Espécie de mochila feita de cipó e de taquara usada naquelas paragens.

Durante todo esse dia a luta fora encarniçada em “Porto Rico”, prolongando-se pela noite adentro.

Em presença do major Gomes de Castro, imediatamente dei contra-ordem às forças do coronel Brandão e mandei este descer a toda a pressa em canoa até “Porto Rico”, com ordem de suspender as hostilidades.

O coronel Brandão chegou à noite a “Porto Rico”, e, quando pela manhã do dia seguinte se dispunha a comunicar ao inimigo o *modus vivendi*, este levantou bandeira branca para o mesmo fim.

O general Pando fazia a mesma comunicação em ofício assim endereçado: – “Al comandante de las tropas que atacan Puerto Rico – Banda del Rio”.

O major Gomes de Castro regressou no dia seguinte, levando a minha resposta ao general Olympio.

Chegou ao meu acampamento também o alferes Azevedo Costa, do 36.º, que trazia um ofício do general Olympio para o general Pando, ofício em que, segundo informou o referido alferes, aquele propunha a este uma conferência.

O dito alferes adiantou-se logo em comunicar aos bolivianos que dentro de três dias o general brasileiro ali estaria.

Regressando do acampamento inimigo, o tal alferes se mostrou muito penhorado com o tratamento que recebera. Dizia que não pensava que o general Pando o tratasse tão bem, pois *até lhe tinha dado barraca*.

Seria possível que este oficial, portador do ofício do general brasileiro, pensasse em ser recebido a cacete? Não duvido.

Os bolivianos diariamente, desde então, me perguntavam pelo general brasileiro, que não vinha. Para furtar-me à vergonha daquelas perguntas, motivadas pelas informações do alferes, resolvi ir ao Acre falar ao general Olympio, o que fiz em menos de três dias.

Em caminho encontrei um oficial boliviano que, passando pelos nossos acampamentos, se dirigia a “Porto Rico”. Perguntei-lhe com que licença ia ele atravessando um caminho estratégico que acabávamos de abrir, ao que um oficial acreano, que o acompanhava, respondeu-me que com ordem do general Olympio (Grande perfídia!).

Ao chegar ao Acre, em “Boa-Fé”, não encontrei o general Olympio, que havia baixado para Empresa.

Estavam sofrendo fome as nossas forças no Tauamano, onde nos alimentávamos de milho seco e aipim, pelo que dei ordem ao ajudante-general do Exército acreano que fizesse reunir todos os muares existentes na vizinhança e os enviasse com víveres para “Gironda”.

Um proprietário recusou-se a cumprir estas ordens, já estimulado pelos oficiais do 2.º Batalhão, que o general Olympio fizera acampar em “Boa-Fé”, minha base de operações. Esses oficiais estimularam os meus soldados à desobediência.

Por minha ordem foi preso o tal proprietário, que era um João Costa, pelo ajudante-general e recolhido à guarda da força.

O general Olympio estava na “Empresa” e eu já no “Tauamano”, de regresso. Os oficiais do 27.º Batalhão do Exército, sob o comando do major Carneiro, foram tirar o preso, que na confusão se evadiu.

Os poucos soldados acreanos, feridos pela indisciplina que lhes sugeriam os oficiais do Exército, dividiram-se.

Uma parte deles continuou a acatar as ordens dos oficiais acreanos e a outra parte passou para o acampamento do 27.º Batalhão.

O comandante do 27.º imediatamente oficiou ao general Olympio, relatando os acontecimentos da forma que lhe convinha.

O general Olympio chega e, sem se entender com o ajudante-general do Exército acreano, manda formar incontinenti o 27.º Batalhão, e, com a brutalidade que lhe é peculiar, cercou a casa em que se achava o meu ajudante-general e o quartel-mestre-general e os prendeu, injuriando-os com o epíteto de assassinos. Em seguida mandou tomar conta da flotilha acreana, cujas bandeiras foram arriadas.

Vários oficiais meus foram presos e metidos em barraquinhas de campanha, sob a guarda de um sargento. O meu ajudante-de-ordens que estava licenciado, foi também conduzido a uma dessas barraquinhas e todos postos de sentinela à vista.

A covardia desses alferes de infantaria espalhou logo o boato disparatado de que eu ia atacar o acampamento do 27.º e, ao que diziam, era preciso tomar os varadouros. Infelizes!

Um dos meus oficiais, Clynio Brandão, que assistiu ao início de todas essas cenas, caminhando noite e dia a pé, chega a “Tauamano” e me avisa de tudo.

Recebi este oficial às 12 horas da noite e à 1 hora em ponto estava em marcha com 300 homens, para o Acre, deixando o coronel Brandão à frente das forças de “Porto Rico”.

No dia 11 de maio cheguei ao “Ina”, onde encontrei um comboio. Vi logo que o comboieiro sabia de muita coisa. Fi-lo prender e o interroguei, confessando-me tudo que lá fora se dizia.

Acampei para a refeição e seguimos à noite. Às 6 horas, mais ou menos, o meu piquete da vanguarda assinalou a presença de força. Feito o reconhecimento, verificou-se ser uma força de infantaria comandada pelo tenente Veríssimo.

Parte dessa força era de linha e parte de acreanos que para ela se haviam passado.

O general Olympio, na suposição de que eu não viesse com força, mandou-o para me prender.

O tenente não soube explicar-se e, em lhe dizendo eu qual a sua verdadeira comissão, negou peremptoriamente, sob a sua *palavra de oficial do Exército*.

À noite continuei a marcha, este oficial regressou também com os seus soldados.

Em chegando pela manhã a um ponto em que o varadouro se bifurca para “Boa-Fé” e “Iracema”, fiz a minha força seguir para este lugar e disse ao tenente que podia seguir para o seu acampamento, levando, porém, uma carta que nesse momento escrevi ao general Olympio, na qual lhe disse que, não compreendendo as razões do seu procedimento, havia resolvido não sair em “Boa-Fé”, minha base de operações, mas em “Iracema”, onde tomaria, com os meus companheiros, o destino que a situação excepcional, que ele havia criado, me aconselhasse, ficando, porém, ele certo de que quem se tinha assim sacrificado pela Pátria, dificilmente se deixaria enxovalhar.

Os soldados acreanos que acompanhavam o tenente quiseram acompanhar-me; eu, porém, os fiz voltar com ele ao 27.º Batalhão, onde deveriam ficar por se haverem tornado indignos de nós.

À tarde chegamos a “Iracema” e momentos depois ali aportava uma lancha trazendo um capitão do Exército com este recado do general Olympio: “O Sr. General manda dizer que está de posse da sua carta e lhe envia esta lancha para que vá ter uma conferência com ele, garantindo-lhe que não será desfeitoado”.

Respondi-lhe: “Diga ao Sr. General que estou de posse do seu recado, que não aceito a conferência e que também não me deixarei desfeitear”.

O capitão regressou.

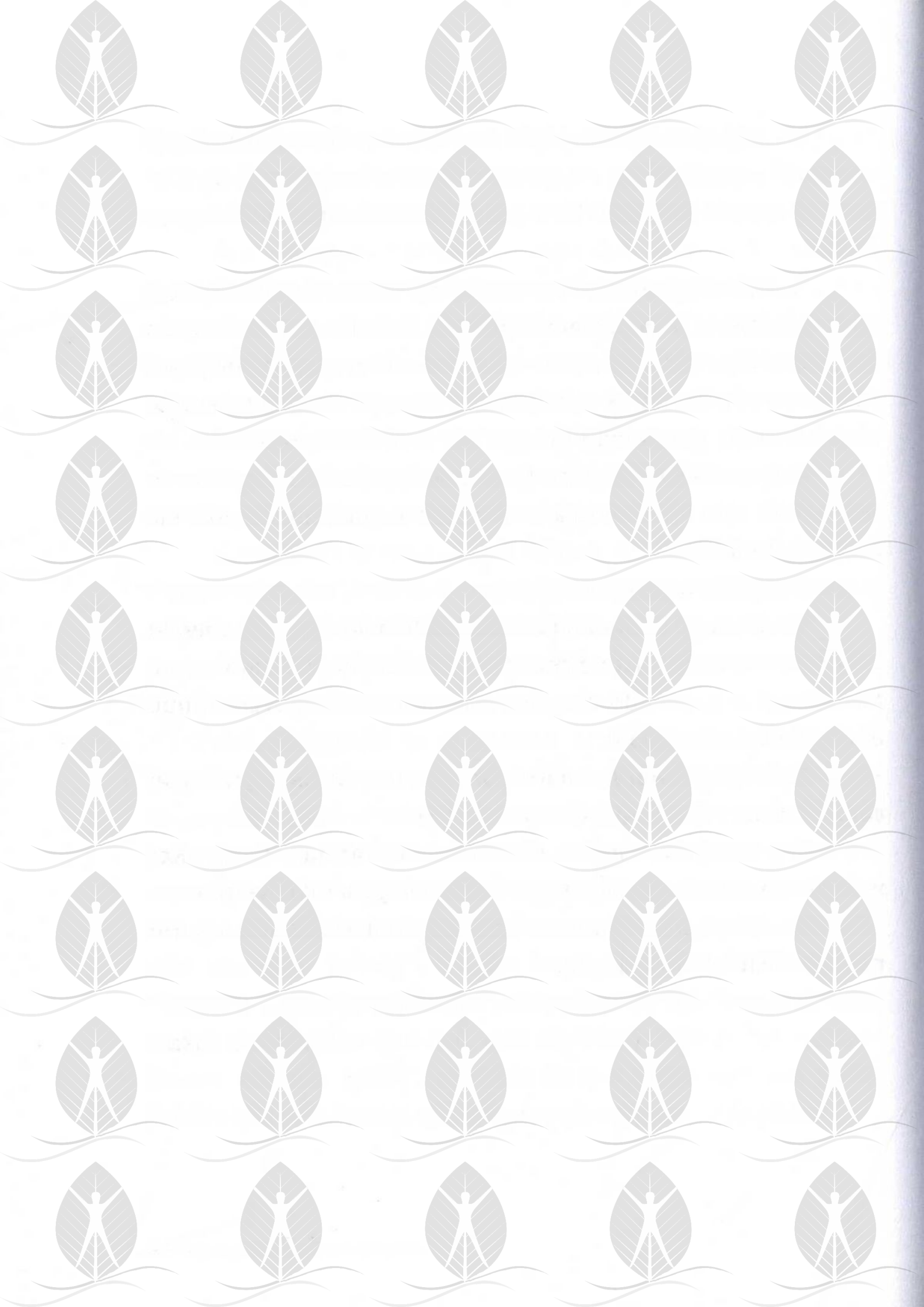
No dia seguinte publiquei uma ordem do dia, dissolvendo o Exército acreano, visto o general brasileiro ter invadido o Acre Meridional e assumido clandestinamente o seu governo, que aliás não estava acéfalo.

Todos seguiram armados para as suas casas, e eu baixei com os meus oficiais que desejaram descer.

Em caminho vimos, desolados, os armazéns da Revolução entregues ao saque, por ordem do general Olympio.

Descemos para Manaus, encerrando desta forma a parte mais profícua da Revolução.

*Plácido de Castro*



## Os principais combates da campanha do Acre

### 1.º Combate da Volta da Empresa, de 18-9-1902

**E**sse memorável combate foi, não resta dúvida, um grande desastre inicial para a “Revolução Acreana”, que esteve a ponto de *naufragar*, atingida em cheio pela repercussão da derrota com as suas desanimadoras conseqüências. Mas foi uma lição proveitosa para o chefe da Revolução, que ficou logo prevenido de que ia lidar em condições de meio diametralmente opostas àquelas com que se familiarizara no Rio Grande do Sul.

Nesse combate, Plácido teve tudo contra si, mas só foi vencido depois de haver pedido, entre mortos e feridos, mais de 50% do seu *exército*: 22 mortos, 10 feridos e alguns prisioneiros, isso em uma força de 63 homens, que se media em campo raso, a peito descoberto e à queima-roupa, contra uma força *invisível*, emboscada, de 150 a 180 homens bem armados, o que é uma prova



soberba de energia e de valor, que não deve ser esquecida, deve ser citada com orgulho, pelo esforço que representa.

Para todas as campanhas do Acre, a Bolívia teve um *historiador* que lhe cantasse as *grandes vitórias*; desse combate, assim o fez o inefável coronel José Aguirre Acha, que para enaltecer a glória do seu país não trepidou em sacrificar a verdade, em contrariar a palavra do coronel R. Rojas, chefe das forças bolivianas, "...inda que fosse verdadeira".

Que fale em primeiro lugar o vencedor do combate de 18 de setembro de 1902:

*Comando en Jefe de las fuerzas expedicionarias del Acre*

*Habitantes del río Acre:*

*Una fraccion de las fuerzas que traigo para la guarnicion de este rio y que, venciendo las fatigas del viaje, venia pacificamente compartiendo de una amistad franca con vostros conciudadanos que se ocupaban en sus labores gomeros, en el trayecto del Abuña a esto ha sido atacada de una manera alevosa y cobarde el 18 del presente mes, al llegar a esta barraca, por la faccion organizada forzosamente de pacificos trabajadores por el celebre cabecilla y caballero de industria Placido de Castro y otros que en la forma mas ridicula y cobarde\**

\* O coronel Azcui diz em seu livro *Campañas del Acre* quem foram esses que juraram não pegar mais em armas contra a Bolívia, destacando o nome do gentil engenheiro que "lloro á lagrima viva".

*juraran ante el señor Delegado Nacional no meclarse en ningun movimiento revolucionario. Esa faccion de mas de 150 hombres ha sido derrotado con muchas bajas y prisioneros, y los cobardes cabecillas que han expuesto las vidas de esos sencillos industriales, fueran los primeros en abandonar el campo vergonzosamente.*

*Con cargo de dar cuenta al señor Delegado Nacional, he puesto en libertad a los prisioneros tomados, despues de cumplir el deber de sepultar a los compañeros muertos en la accion.*

*Pueden portanto gozar libremente de vuestros derechos de ciudadanos por que las fuerzas bolivianas que comando y las que estan en camino respetarán las garantias que la Constituicion Politica del Estado ortoga á todo ciudadano mientras esteis sometidos a las autoridades bolivianas.*

*Volta de Empresa Sbre 21 de 1902.*

*(Firmado – Rosendo R. Rojas – coronel del Ejercito).*

Leia-se agora a maneira por que o *historiador* José Aguirre Acha descreve o mesmo fato.

Depois de fixar o valor numérico da força comandada por Plácido em 250 homens e as do cel. Rojas em 108, moídos pelo cansaço, diz:

*Despues de una noche insone y trasfadigosa marcha por el bosque, el 18 de setiembre en la mañana la columna del coronel Rojas no vaciló en avanzar resueltamente a atacar las trincheras enemigas, saltando las zangas auxiliares de la fortificacion y trepando agilmente a los parapetos, para luchar con la bayoneta calada, cuerpo a cuerpo, entre las habitaciones, depositos e cercas de caserio. La sorpresa y el desconcierto de los insurgentes no tuvieron limites...*

E com o mesmo trágico entusiasmo fantasioso continua a sua *narração*, terminando por dizer que as forças do coronel Rojas tiveram a perda de um capitão, um tenente e sete soldados, ficando dois oficiais gravemente feridos, e que as forças de Plácido tiveram 32 mortos e nove prisioneiro, etc.

Antes de dar a palavra ao vencido, chamo a atenção do leitor para a radical discordância entre os dois *historiadores* que acabam de falar.

\* \* \*

Agora, o que dizem Plácido e os documentos existentes.

O coronel Benjamin Azcui,\* nas páginas 149 e 150 de seu livro *Campañas del Acre*, diz sobre o mesmo combate:

\* O livro do coronel Benjamin Azcui, intitulado *Campañas del Acre*, muitas vezes citado neste trabalho, e o *De Los Andes Al Amazonas*, de José Aguirre Acha, me foram gentilmente cedidos pelo general Alfredo Malan d'Angrogne, o que muito agradeço.

*Mientras tanto Plácido de Castro no había perdido su tiempo con los numerosos reclutas que le proporcionarían los distintos centros gomeros, organizó sus batalliones, formando un cuerpo escogido con cearenses y temibles capangas (bandidos) denominado Franco-Atiradores.*

*El 18 de septiembre a horas 8 a. m. avistaronse ambas fuerzas en Vuelta de Empresa; el choque fué rudo. Los contendientes pugnaban con denodado valor por alcanzar los laureles de la victoria. Después de tres horas de encarnizado combate, las tropas bolivianas queradon dueñas del campo en el que dejó el enemigo treinta y dos muertos y nueve prisioneros, 37 rifles Winchester y 4.000 tiros de dotacion, 22 Mannlicher con 500 tiros, viveres, conservas, licores.*

Diz mais o cel. Azcui, que os bolivianos tiveram dois oficiais mortos e dois feridos e 7 baixas na tropa, e que o cel. Rojas não pôde prosseguir o inimigo. Não fala do número dos combatentes.

\* \* \*

Diz Plácido sobre a força boliviana e sobre o combate, em ofício de 29 de agosto de 1902, dirigido ao cel. José Galdino de Assis Marinho: "...pois sigo para "Capatará" com o fim de embargar o passo ao inimigo. Se por um lado tenho toda a probabilidade de fazer grande sacrifício de vidas, não deixo de me

sentir feliz por aproximar-se o momento em que possa mostrar que sou capaz de fazer o que digo. E neste momento augusto de grandes resoluções, afago a esperança de cumprir o meu dever em quaisquer circunstâncias”.

Ao chegar a “Capatará”, Plácido verificou que nada havia de positivo sobre a aproximação do inimigo, destacou um piquete para “Gavião” em serviço de reconhecimento e observação e desceu até “Bagaço”. Foi a “Iquiri” e a quase todos os seringais que marginam o Acre, em serviço de propaganda e recrutamento, encontrando particular boa vontade no major Basílio Gomes de Lyra, proprietário de “Bagaço”. Durante essa excursão, desenvolveu uma atividade assombrosa, apesar dos fortes acessos de paludismo que o acometiam.

Seu diário, no dia 17, diz: “Às 11 horas da noite recebi comunicação de que a força boliviana procedente de “Abunã” se encontrava a 5 horas de marcha da Empresa”.

No intuito de fazer-lhe uma sortida, mandei tocar, reunir e aprontar, e duas horas depois estava a força, que era de 65 homens, pronta para marchar. Antes das 2 horas da madrugada, segui com a pequena força e passando em batelão para a margem oposta, continuei por terra, indo amanhecer na “Empresa Velha”, onde encontrei o capitão Costa que em companhia do capitão Maia estava encarregado de observar rigorosamente a aproximação do inimigo. Esse oficial me afirmou que os bolivianos ainda estavam muito longe, porque as medidas por ele postas em prática não podiam falhar. Mesmo assim, mandei um homem por dentro da mata, costeando o varadouro, em serviço de reconhecimento – transpus o rio e segui para a

“Volta da Empresa”. Quando passávamos em frente da casa comercial do Leão Hirsch, a praça que eu mandara por dentro do mato vinha correndo ao nosso encontro e dizendo que o inimigo se achava emboscado no *acero* do campo (orla da mata). Fazendo alto, imediatamente procurei dispor a força para o combate, e havia chegado a separar apenas uma seção, quando recebemos a primeira descarga do inimigo emboscado. Procurando abrigar a força o mais possível dos fogos inimigos, fiz deitar corpos, esforçando-me para que se mantivesse em ordem dispersa. Tomando em seguida um piquete de 10 homens avancei pela esquerda por dentro do mato a fim de atacar a direita inimiga.

O fogo tomou a intensidade de combate e cedendo à brutalidade numérica, a minha linha principal começou a recuar sem que eu percebesse, acabando por ceder o campo ao inimigo. Só então percebi que estava com a retirada cortada e que só restavam cinco homens do piquete que me acompanhava.

Retirei com grande dificuldade indo sair no varadouro aonde havia passado pouco antes, encontrando em caminho o meu secretário Vianna, que havia seguido pela esquerda. Aí reuni alguns dispersos e segui para a “Empresa Velha” onde também outros foram ter. Daí segui por água, em canoa tripulada, para “Liberdade” a fim de evitar o alarma, mandando por terra o tenente Júlio Pessoa com uns 15 homens”.

O ofício que em data de 23 de setembro, Plácido dirigiu ao cel. Rojas, respondendo a sua proclamação ao povo acreano, diz: “...Ainda dizeis que vos ataquei à frente de 150 homens; isso também seria uma calúnia se não fosse uma palhaçada,

pois bem deveis saber que vos batestes com um piquete de vanguarda, composto de 63 homens, que foram vistos e contados aí, por quem quis ver e contar. Foi com esses 63 homens, tomados de surpresa pelo inimigo emboscado, que vos dei as baixas que encobris em vossa proclamação...”.

Esse ofício é uma peça extremamente violenta, fazendo apreciações sobre a Guerra do Pacífico, etc.; por isso deixo de transcrevê-lo integralmente, em atenção àquele país generoso em cujo território, mesmo depois da guerra, meu irmão sempre encontrou mais garantias do que dentro da sua madrasta pátria.

Em carta dirigida ao cel. Galdino a 27 do mesmo mês, diz Plácido: “O tiroteio que sustentamos a 18 deixou ao inimigo a impressão de que éramos 150 homens quando éramos apenas 63”.

O ligeiro desacordo numérico que se nota entre o diário de Plácido e esses documentos, é explicável com o extravio de 2 homens durante a marcha noturna ou em alguma diligência; só Plácido poderia esclarecer.

\* \* \*

Esse pequeno, mas sanguinolento combate em que Plácido teve 22 mortos, 10 feridos e deixou alguns prisioneiros em mãos do inimigo, e ainda conseguiu retirar sem ser perseguido, indo reconstituir a sua dizimada força a poucos passos do campo adverso; esse pequeno combate, em que a força acreana se viu atacada em campo raso, de surpresa, por uma força numericamente muito superior, muito mais bem armada (a Mannlicher) e inteiramente emboscada, na orla da mata, alve-

jando-a de uma distância que variava entre 50 e 120 metros; esse combate sem igual nos anais da Revolução Acreana mostrou exuberantemente a fibratura do moço que aos 27 anos, sem auxílio de governos, tomava sobre os ombros a tarefa de atear a fogueira da guerra separatista do Acre, sobre as cinzas de repetidas revoluções fracassadas.

Sobre o ânimo escarmentado da população acreana, a notícia dessa derrota foi de um efeito desolador, muito embora Plácido houvesse sem perda de tempo despachado correios rio acima levando correspondências nas quais procurava esforçadamente iludir a gravidade da situação em que se via.

Acostumados ao fogo de palha das outras revoluções, os que estavam comprometidos nesta logo consideraram tudo perdido, emigrando alguns para o Estado do Amazonas, outros deixando-se prender, como Carneiro, e outros, como cel. Alencar, querendo imediatamente dissolver as forças que comandavam “visto não terem ainda feito uso das armas”, confiados na misericórdia dos bolivianos, como se vê das notas escritas por Plácido.

Nunca o chefe acreano foi tão ativo como durante os primeiros dias que sucederam a esse desastre, porque conhecia a frouxidão da maioria dos proprietários que o apoiavam e a necessidade de ocultar a importância da sua derrota. E quando lhe perguntaram o que ainda pretendia fazer, respondeu: – “Atacar o inimigo na ‘Empresa’ dentro de 15 dias e não repousar enquanto houver a quem combater”. E de fato, a 30 de setembro ele já se encontrava em “Panorama”, à frente de cento e poucos homens aguardando um reforço para atacar o coronel Rojas em suas posições fortificadas, na “Volta da Empresa”.



## Combates de “Telheiro” e “Bom Destino”

Acampamento das Forças Revolucionárias do Estado Independente do Acre, em Bom Destino, 29 de setembro de 1902.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. coronel José Plácido de Castro, M. D. comandante-chefe do Exército Acreano.

Passo às vossas mãos uma cópia da ordem do dia n.º 2, na qual vereis o histórico do combate de 24 do corrente.

Quanto à superioridade numérica do inimigo, que parece exagerada, este comando baseia-se em informações fidedignas do cidadão Joaquim Domingos Carneiro, que assistiu à passagem de oito canoas e um batelão no porto de “Floresta” com soldados bolivianos, e de um dos presos de “Telheiro” que o inimigo trouxe como guia e que conseguiu evadir-se na ocasião do combate. Esse homem chama-se Laurentino e acha-se doente no *centro*, devido às torturas sofridas em Porto Acre, garantiu-me ter assistido à saída de cem soldados, não incluindo oficiais, sob o comando do coronel Manoel Causeco.

Procurei, portanto, ser consciencioso, nada adulterando. Tomo a liberdade de recomendar a vossa justiça os oficiais e inferiores que mais se distinguiram no combate.

Quanto ao que falais em vosso ofício dirigido ao major fiscal sobre o ataque ao inimigo pela retaguarda, esse alvitre foi lembrado na ocasião, mas impossível de pôr em prática, como vereis na parte referente da ordem do dia.

Apesar da retirada precipitada do inimigo, o que não era de esperar pela sua superioridade, os comandantes das trincheiras e quartel deixaram de persegui-lo para não desgarnecerem o acampamento, o que poderia dar mau resultado, caso o inimigo tivesse dado esse passo por estratagem, como tem acontecido em casos idênticos.

Faço votos pela vossa vitória aí e ao mesmo tempo congratulo-me convosco pela obtida aqui pelas forças sob o vosso comando-chefe.

Saúde e fraternidade. – (a) *Ladislau Ferreira da Silva*, major comandante.

*Acampamento das forças revolucionárias do Estado Independente do Acre, 25 de setembro de 1902.*

#### Ordem do dia n.º 2

Camaradas:

Fostes testemunhas oculares do modo selvagem por que os bolivianos atacaram a casa do nosso patrício Pedro Martins Chaves, no dia 21 do corrente, sendo ele obrigado, a fim de salvar a existência, a abandonar até a própria família, fugindo para as matas; vistes mais tarde que de nove homens que se achavam na referida casa e foram presos, eles assassinaram barbaramente, deixando na praia pouco abaixo do porto de “Telheiro” os infelizes Manoel Alves Feitosa, Florêncio Augusto e Alexandre Barroso, com as mãos atadas e expostos às aves de rapina.

Os tiros foram ouvidos neste acampamento e este comando providenciou incontinenti, fazendo partir para o lugar “Telheiro” um piquete sob o comando do tenente Lívio Vieira de Queiroz, cuja missão desempenhou com bravura digna do soldado acreano, não conseguindo, entretanto, descobrir os cadáveres dos três infelizes, porque soube por informação da família de Pedro Martins que todos tinham saído presos e mesmo porque não era de supor que a selvageria daqueles bárbaros chegasse a ponto de assassinar homens inermes, que sem opor a menor resistência se entregaram à sua ferocidade.

Mais tarde, porém, mandei outro piquete, sob o comando do segundo-sargento Eufrasino de Paula Maria para render o primeiro, e este nas pesquisas que procedeu, encontrou os três cadáveres já em estado de decomposição, e que foram trazidos e sepultados com a decência a que faziam jus.

Tal procedimento, tão reprovável quanto bárbaro do inimigo, foi praticado para intimidar-vos, mas, felizmente, produziu efeito contrário, incitando-vos a continuar com redobrado ardor e mais abnegação em prol da causa que defendemos.

Sedento de mais sangue dos nossos patrícios, o inimigo voltou até este acampamento, procurando surpreender-nos, às 10 horas da manhã, por ser esta a hora da refeição, mas não o conseguiu devido a vossa bravura e patriotismo.

Os bolivianos, desleais e bárbaros como soem ser, afeitos a cometer atos de selvageria próprios da sua índole, tomaram chegada do nosso acampamento protegidos pela mata e ainda uma vez tentaram surpreender a sentinela que soube cumprir com o seu dever dando três tiros de alarma, sinal este combi-

nado e posto em prática, em ordem do dia, e em carreira vertiginosa, debaixo de grande tiroteio conseguiu chegar às trincheiras sem a menor lesão.

Incontinenti, o major fiscal, André Pinheiro de Albuquerque Arcoverde, que se achava com o tenente Lívio Vieira de Queiroz na Secretaria, correu acompanhado deste oficial e dos bravos soldados José de Miranda Costa, Floriano Joaquim de Oliveira, Baltazar de Britto Araújo, José Thomaz de Aquino, Raimundo Lourenço Barbosa e tenente Arsênio de Campos, debaixo de vivo fogo da fuzilaria inimiga, e tomou posição nas trincheiras a fim de tolher o inimigo que avançava pela margem direita do rio para tomar posição no flanco esquerdo, enquanto ocultos na mata outros entretinham vivo fogo sobre o quartel e trincheiras.

Cortado esse passo ao inimigo, ele recusou e tentou estender linha pela retaguarda, no que foi impedido pelo bravo capitão Daniel Ferreira Lima que se achava no quartel com os não menos bravos alferes José Ferreira Braga e José Ataíde, e os soldados José Cassiano, João Corrêa, Benício Manoel Guimarães, Clodomiro Pompeu, Pedro Martins Chaves, José Vieira, Francisco Corrêa, Amaro Antônio, Manoel Cândido, Marcos Evangelista, Guilherme Barreira Paz, José Soares de Araújo, tenente Antônio Rodrigues Salles, segundo-sargento José Candeira, José Firmino, soldado João Martins Caxias, alferes João Baptista, soldados Francisco Antônio, Eleutério Martins Jorge, Francisco Rodrigues Guimarães, José Miguel Costa, Antônio Augusto Lima, cabo-de-esquadra Luiz Estevam Pereira, soldado Manoel Corrêa de Mello, Felipe Rodrigues da Silva, Antônio Arruda de Souza, Francisco

das Chagas Araújo. Francisco Miguel da Silva, Laurindo Fernandes Ribeiro, Adelino Alves de Souza, Raimundo Lourenço de Sant'Anna, Pedro Celestino de Amorim, Antônio João, Vicente Soares da Cunha, Joaquim Ricardo de Barros, Domingos Gomes dos Santos e tenente Isidoro da Silva Santos.

Oficiais, inferiores e soldados mostraram bravura e abnegação condigna do soldado brasileiro, que não trepida em sacrificar a própria vida em defesa da pátria ultrajada.

Torna-se preciso nomear o tenente-coronel da Guarda Nacional do Estado Independente do Acre Abílio dos Santos Freire da Rocha, que se achava fora do acampamento e correu a tomar parte do combate não levando em conta as balas inimigas que o perseguiram e uma vez dentro do quartel tomou lugar na primeira linha de atiradores, demonstrando muito valor.

O inimigo tentou avançar por duas vezes, mas os tiros certos das trincheiras e do quartel fizeram-no recuar e tocar retirada em debandada, deixando três mortos em campo de combate, inclusive um oficial, em cujo cadáver foi reconhecido o tenente Raña, do 3.º Batalhão boliviano.

Apenas tivemos a lastimar um ferimento leve que sofreu o distinto soldado Marcos Evangelista, que se acha em tratamento.

O inimigo, como presenciastes, correu vergonhosamente, abandonando no campo três cadáveres que foram sepultados neste acampamento.

Abandonou mais cerca de 1.500 balas de Mauser, quepes, capas de borracha, calçados, talins, cobertores e armas (4 das quais em perfeito estado), 2 revólveres, baionetas, etc.

Camaradas, é esta vitória a mais honrosa que se tem ganho no Acre!

Nunca os bolivianos abandonaram seus patrícios mortos ou feridos em combate, nem tampouco as suas armas e munições.

Foi muito justa a punição devido às barbaridades cometidas por aqueles selvagens nos brasileiros surpreendidos e assassinados em “Telheiro”.

Camaradas, a vossa vitória foi dupla em virtude da superioridade numérica do inimigo.

Como sabeis, fomos atacados por cerca de 120 soldados bolivianos, sob o comando do coronel Manoel Causeco, e somente a derrota deste oficial constitui uma vitória dupla por isso que é considerado o Napoleão boliviano.

Dos 96 soldados sob o meu comando, somente 50 compareceram ao combate e apenas 22 puderam operar de acordo com as posições em que foram colocados, sendo 14 no quartel que previamente fora entrincheirado, 8 nas trincheiras, inclusive os respectivos comandantes e 7 que se achavam comigo, e capitão Martinho Francisco de Souza em serviço fora do acampamento, com os quais na ocasião do ataque protegi a retaguarda do flanco esquerdo, em cujo serviço muito se distinguiu este oficial, por quem mandei reconhecer o campo abandonado pelo inimigo meia hora depois de ter cessado o fogo.

Durante o combate 38 soldados, inclusive oficiais, abandonaram suas posições não levando em conta a vida de seus irmãos que tão heroicamente se batiam pela causa santa da Pátria.

Apesar de ser esta falta digna de punição severa, resolvo em atenção a terem voltado no mesmo dia ao acampamento e aos protestos de arrependimento que fizeram, dispensá-los da falta cometida e consentir que continuem gozando das mesmas prerrogativas, excetuando o ex-alferes Antônio Camillo da Silva, que por ordem superior foi destituído do posto.

Ficam desta data em diante promovidos ao posto de primeiro-sargento, por atos de bravura verificados no combate de 24 do corrente o soldado José Miranda da Costa e ao de segundo-sargento por merecimento os soldados José Lindolfo da Silva e Manoel Corrêa de Mello, em cuja efetividade entrarão desta data em diante.

Camaradas, a Pátria agradecida continua a confiar nos vossos esforços e abnegação e eu, na qualidade de comandante, orgulhoso pela vitória obtida ao vosso lado, abraço-vos em nome dela, certo de que os vossos nomes passarão à posteridade.

Viva o Estado Independente do Acre e o Exército Acreano!  
Viva o Brasil!

(a) – *Ladislau Ferreira da Silva*, major comandante.

## 2.º Combate da Volta da Empresa

Volta da Empresa, 9 de outubro de 1902.

Ao cidadão, cel. Rosendo R. Rojas.

Sua Trincheira

Acabo de receber vossa carta em resposta ao meu ofício. Com franqueza, não conheço casos de rendição em que os sitiados consentam aos sitiados se corresponderem com os seus governos ou capitais.

Se não tendes confiança em nós, apesar dos exemplos que julgo haver dado com prisioneiros, como incutir-vos essa confiança, se ela não se impõe, inspira-se?

Já vos disse o estado de Porto Acre: – ainda existe, mas em sítio; tanto assim que a vossa correspondência tem sido apreendida.

Dizeis que, embora confiando na minha pessoa, não confiais nos meus. Afirmo-vos que tenho absoluto mando sobre todos os que estão sob as minhas ordens, e entre eles posso citar alguns que são vossos conhecidos e que não podeis duvidar das suas pessoas, como sejam o coronel Antônio Antunes de Alencar, tenente-coronel José Brandão, coronel Carvalho e outros.

O coronel Alexandrino que muitos pensam não ser humanitário, foi o primeiro a concordar com a rendição sob as garantias que ofereci.

Se não aceitardes a proposta que vos faço, apelo ao menos para os vossos sentimentos de humanidade para deixar saírem as mulheres que aí se encontram. Quando os vossos prisioneiros por mim tomados, de bom grado os mandaria para o vosso reduto, se quisessem ir, pois me seria muito conveniente que para aí fossem, dizer-vos de viva voz quem sou e como têm sido tratados; mas recusam-se a ir.



Talvez possais julgar que os prisioneiros estão sendo constrangidos, mas haveis de ter ocasião de verificar.

Se quiserdes consentir na saída das mulheres, mandar-me-eis dizer por um oficial, e se com este nada acordarmos, mandareis dar um tiro para cima, indicando estar encerrado o armistício.

Desculpar-me-eis ter escrito a lápis, pois escrevi da trincheira.

Saúde e fraternidade.

Acampamento em combate na Volta da Empresa, 9-10-1902.

*José Plácido de Castro.* – cel. comandante-chefe do Estado Acreano.

Sobre esse combate, que foi uma das mais belas provas da resistência e do valor das forças bolivianas que guarneciam o Acre, nada encontrei além da correspondência que transcrevo. O coronel Rosendo Rojas tinha razão para temer os companheiros de Plácido. Ele ainda não conhecia as qualidades de disciplinador do chefe acreano, e conhecia bem as qualidades negativas de alguns dos chefetes brasileiros que o secundavam.

Obrigar Alexandrino José da Silva, Gentil Norberto e outros a procederem como gente, era uma tarefa bem mais penosa do que a de vencer os denodados filhos da Bolívia dentro dos seus redutos fortificados.

Comando-chefe do Exército do Estado Independente do Acre.

Ao cel. Rosendo Rojas, M. D. comandante das Forças Bolivianas em “Volta da Empresa”.

Cidadão.

Vós, melhor do que ninguém, sabeis o estado penoso em que se encontram os vossos bravos companheiros de tão heróica defesa.

Considerando a impossibilidade absoluta em que vos achais de sustentar por mais tempo a defesa das vossas trincheiras, que distam das minhas apenas seis metros; considerando o inútil sacrifício que será feito ao escalar essas trincheiras, por mais fácil que possa ser essa tarefa, pela aproximação em que nos encontramos, e como corolário a perda de muitos dos meus e a carnificina desumana e inevitável dos vossos; considerando que somos nós os responsáveis pelo que venha a suceder, convido-vos a fazermos uma suspensão de armas para tratar deste assunto sobre as bases que estabeleço ou sobre as que acordardes comigo, se com estas não vos conformardes:

1.º – Suspensão de hostilidades por 3 horas.

2.º – Durante a suspensão de hostilidades ambos os contendores não poderão fazer obra alguma de defesa nem movimento de tropa no sentido de abandonar ou trocar posições de defesa.

3.º – Não se poderão abastecer de víveres de fora da linha das trincheiras, os sitiados, e de fora do acampamento os sitiantes.

4.º – Os sitiados não poderão descer ao rio para tirar água ou para outros fins.

5.º – O coronel Rojas determinará o lugar onde os parlamentares hão de conferenciar, sendo que tanto nas trincheiras

dos sitiados como nas dos sitiados os parlamentares penetrarão sem vendar os olhos.

6.º – Meia hora antes de esgotado o tempo de suspensão de armas se resolverá se esse tempo é ou não suficiente.

Tende a bondade de responder esse ofício dizendo se estais ou não de acordo com as condições que proponho, ou propondo outras que julgardes necessárias e que, porventura, tenham sido omitidas neste.

(a) *Plácido de Castro.*

\* \* \*

Cidadão coronel Rosendo Rojas

Sua Trincheira.

Com esta vos apresentará o vosso patrício e meu prisioneiro Luiz Pinedo, que vai entender-se convosco.

Logo que o recebais, tende a bondade de romper as hostilidades, pois não é necessária a suspensão de hostilidades durante o tempo que ele permanecer aí.

Quando o Sr. Pinedo tiver de regressar, mandareis fazer sinal para que nós o recebamos.

Vosso cr.º

*J. Plácido de Castro*, cel. comandante-chefe do Estado Acreano.

*Comandancia de las fuerzas del Acre. Antimary, octubre  
29 de 1902.*

*Al Señor coronel J. Plácido de Castro.*

*Comandante em jefe de las fuerzas revolucionarias del Acre.*

*Señor:*

*Tengo la satisfaccion de dar respuesta a su atenta  
de fecha 26 del que fecene y al hacerlo me cabe la satis-  
faccion de declarar lo siguiente: Las operaciones mi-  
litares ejecutadas por las fuerzas de su mando han  
estado sujetas a la pratica de la guerra civilizada inhe-  
rente en ciertos casos, à evitar un estéril derramamiento  
de sangre en una lucha por demás desigual que sustu-  
viemos, desde el dia 5 al 14 de este mez de octubre.*

*Se servió Ud. dirigirme varias comunicaciones  
afim de celebrar una capitulación honrosa para las  
fuerzas que comando; la qual se llevó a cabo el dia 15 en  
toda a forma (ójala que esi continue la contienda para la  
garantia reciproca).*

*Los prisioneros despues de firmada la capitula-  
cion y entregado el puesto de defensa, han sido tratados  
con las mayores consideraciones y atendidos en todas  
sus necesidades: sucediendo lo proprio con los heridos  
que han quedado en Empresa, mientras su sanidad.*

*Interprete de los sentimientos de mis camaradas de infortunio, doy a Ud. y a los que le acompañan en esta campaña mi agradecimiento, haciendole presente que à mi llegada à Bolivia haré presente al Gobierno que la rije, igual testimonio, ase como a mis conciudadanos.*

*Dios guarde a U. (a.) Rosendo R. Rojas.*

Comando-chefe do Exército do Estado Independente do Acre.

Usando das atribuições de que me acho investido como comandante-chefe do Exército Acreano, resolvi promover a capitão por atos de bravura revelada no sítio e combate da Volta da Empresa, o Sr. tenente João Vieira da Costa, pelo que passo a presente patente que assino.

Volta da Empresa, 16 de outubro de 1902.

(a) *J. Plácido de Castro*, cel. comandante-chefe do Exército Acreano.

*Al señor coronel Plácido de Castro  
Puerto Acre.*

A bordo del vapor Rio Purus, febrero 8 de 1903

*Señor:*

*Como honrado que fui por el Delegado Sr. Lino Romero, para representarlo y dirigir el grupo de expedicionarios que aun quedan en este Territorio para ser trasladados à Manaus, me es mui grato dejar constancia de la lealdad y caballerosidad com que ha dado Ud. cumplimiento a lo estipulado en la capitulacion de 24 del mês ultimo concluida en Puerto Acre.*

*Me repito de Ud. obsecuente*

*Servidor*

*(a) – Salvador Campero.*

Acampamento em Panorama, 30 de setembro de 1902.

Cidadão coronel Alencar

Em mão

Pela vossa carta oficial de 28 do corrente fiquei ciente do número da vossa tropa, bem como da permanência em Xapuri do coronel José Galdino, bem contra a minha expectativa.

Pela minha última correspondência com o coronel João do Monte, soube que vos acháveis com o capitão Macário Miquelino em *Amelia*, entretanto, em vossa carta, não me falais nesse distinto oficial. Não dizeis a razão que vos determinou a descer por terra quando, penso eu, o poderíeis ter feito por água.

E as minhas últimas ordens determinavam que do Itu fossem feitos reconhecimentos completos em Capatará, Gavião, etc.

Nada me dizeis, também, sobre as observações que deveis ter feito do inimigo no *alto*. Peço, pois, que me forneçais essas informações que me são de suma importância neste momento.

Tive notícias da vossa presença aí de maneira incompleta, pois disseram ser o coronel Galdino quem aí estava, motivo por que escrevi como se a ele fosse.

Quanto ao que me dizeis sobre a falta de mercadorias no Riozinho, já sei que foram copiosamente retiradas daí, onde as havia em abundância quando passei. Em *Nova Empresa*, porém, onde deveis acampar, não faltam gêneros, segundo estou informado, sendo o proprietário um *calabar* ao serviço dos bolivianos, – podeis por minha ordem requisitar as mercadorias para o consumo da tropa.

Sendo que, como bem ponderais, não tendes conhecimento do terreno, envio o coronel Alexandrino para vos tirar dessa dificuldade, pois, dadas as explicações necessárias, vos fornecerá os práticos de que necessitardes. Mando, também, uma companhia do Batalhão Acreano, sob o comando desse oficial, para que mais vos facilite a execução do plano, pois quase todas as praças que a constituem são conhecedoras do terreno. Essa Companhia que vai sob o comando do tenente Júlio Cotta Pessoa, aí passará a ser comandada pelo distinto capitão Sérvulo que é efetivo do Batalhão Acreano. Em troca das praças que vos mando, deveis mandar-me igual número. Do pessoal excedente, deveis formar, de acordo com o coronel Alexandrino, um só batalhão, de quatro companhias comandadas por subal-

ternos, um ajudante e um fiscal, sob o vosso comando. Quanto aos oficiais superiores que, por ventura, fiquem, com esta organização, em disponibilidade, poderão prestar todo o concurso de que são capazes nos dias de combate, cada um à testa de uma companhia. O tenente-coronel Sotero também vai para aí e vos poderá prestar grande auxílio porque é perfeito conhecedor do terreno e um revolucionário dedicado. Se o efetivo da vossa força com a do coronel Gastão atingir a 250 homens, deveis mandar para a curva oposta da casa do Leão 50 homens e não 30 como determinei. É necessário que tudo isso seja feito no mínimo prazo possível, pois é indispensável que não se deixem correr os dias para dar combate. Sei o motivo por que assim falo.

Soube que apareceu aí em vossa força o capitão Jataí que é desertor desde o dia 18 do corrente, data em que fugiu do combate. Se aí ainda estiver, remetê-lo-eis preso à presença deste comando.

Acabo de receber notícias mais detalhadas sobre Bom Destino. Os bolivianos tiveram ali oficiais mortos que não levaram do campo. Deixaram, também, armas, munições, etc., e até cordas que certamente levaram para amarrar os nossos patrícios.

O coronel Alexandrino poderá completar estas informações, caso não sejam bastantes.

Preciso que venham para cá o coronel Gastão e o Sr. Victor Porto.

Saúde e Fraternidade.

*José Plácido de Castro*, comandante.

\* \* \*



Comando-chefe do Exército do Estado Independente do Acre.

Cidadão coronel Antônio Antunes de Alencar, M. D. comandante das Guarnições de Capatará e Gavião.

Com prazer vos comunico que o inimigo que combatíamos acaba de render-se às nossas armas. Neste momento, seis horas da tarde, acaba de assinar comigo, em meu acampamento, a ata de rendição, o coronel Rojas que para isso aqui veio com o seu ajudante, o capitão Ruiz.

Por estes poucos dias para aí seguem as forças aqui estacionadas que aí ficarão sob o vosso comando até que eu chegue também aí. É-me necessário chegar até Bom Destino em busca de recursos de Guerra.

Ao receberdes esta, deveis comunicar incontinenti a mesma ocorrência às guarnições de Xapuri e Soledade.

Saúde e fraternidade.

Acampamento na Volta da Empresa, 15 de outubro de 1902.

(a) *J. Plácido de Castro*,  
cel. comandante-chefe do Estado Acreano.

\* \* \*

## Combates de “Santa Rosa” e “Costa Rica”

A 15 de novembro do corrente ano marchei do Iquiri com 160 homens da guarnição ali estacionada, em perseguição a uma força inimiga que chegara até “Gavião”.

Marchando forçadamente na retaguarda do inimigo, esse entrou na “Guarnição de Santa Rosa” a 17, a qual ataquei a 18 às 5 horas da tarde, pela margem direita do rio Abunã, somente com 70 homens, visto ter sido o resto da força impossibilitado de passar o rio acima de Santa Rosa, como estava assentado.

Depois de 4 horas de luta, foi a guarnição boliviana completamente derrotada pelo incêndio e destruição de suas posições principais, distinguindo-se no correr da ação o tenente-coronel José Brandão, os capitães José Rufino e Miguel Moraes, os tenentes Faustino e Salinas, e, sobretudo, o capitão Libério (Liberalino Alves de Souza).

A 20 marchamos com destino à “Palestina”, sendo, porém, forçados a retirar do “Curichon-Vial”, por falta absoluta de víveres. De regresso foram inutilizadas, como medida estratégica, todas as pontes existentes entre “Corichon” e Santa Rosa.

Chegando ao Iquiri, marchamos no dia seguinte para “Xapuri”, onde chegamos, depois de marchas forçadas, a 1.º do corrente.

A 4 empreendemos marcha sobre “Costa Rica”, que ataquei a 7, às 10 horas da manhã.

Apesar do combate haver durado 30 minutos, apenas, o inimigo deixou no campo atestado de perdas notáveis, sendo a posição tomada por carga de infantaria.

Este combate decidido em tão curto tempo veio fortalecer-me a convicção de que me acho à frente de homens que não só abraçaram a revolução com ardor como a defendem com abnegação pouco vulgar.

A primeira descarga do inimigo emboscado foi feita quase à queima-roupa, mas foi respondida com tanta presteza que as detonações pareceram de uma só descarga.

A 8, contramarchamos conduzindo armas, munições, arquivos, etc., da guarnição tomada e a 10 chegamos novamente em Xapuri de onde prosseguimos para o alto Acre, fazendo um *raid* de 16 dias de marcha forçada, através de matas e sob a ação de uma chuva quase contínua, sem que tivéssemos a sorte compensadora de encontrar o inimigo.

O caminho agora é Porto Acre. Para lá seguiremos impávidos, serenos e arrogantes.

Xapuri, 28 de dezembro de 1902.

(a). *J. Plácido de Castro.*

### Combate de "Porto Acre"\*

Comando-chefe do Exército do Estado Independente do Acre.

## Ordem do dia n.º 1

Ao romper d'alva do dia 15 do corrente o Exército Revolucionário marchava de acordo com o plano de ataque previamente assentado, quando, às 8 e meia horas da manhã, uma descarga uniforme de fuzilaria, pelo lado de baixo, inaugurou o ataque de Porto Acre, sendo incontinenti secundada pela linha de atiradores da margem direita do rio, comandada dignamente pelo coronel Hipólito Moreira.

O inimigo previamente preparado coroou de fuzis a eminência que dominava, dirigindo seus fogos para a linha de baixo e para a da margem direita, quando subitamente recebe uma saudação do batalhão revolucionário comandado pelo tenente-coronel Brandão, que acabava de estender linha de atiradores pela parte de cima.

Nesse momento mandei executar o toque de carga para a brigada e confesso que senti passar por toda a linha revolucionária uma corrente elétrica, derramando em cada cidadão um entusiasmo que só se aninha nos corações daqueles que, cegos ao próprio instinto de conservação, envolvem-se no manto das mais nobres e generosas utopias, dele fazendo, muitas vezes, a sua gloriosa mortalha.

A passo acelerado, o círculo de fogo dos nossos atiradores diminuía rapidamente de diâmetro, chegando com 20 minutos a avançar à mínima distância a que podia chegar em campo limpo diante das trincheiras inimigas, sem um grande sacrifício de vidas improfícuo. Nesse ponto a linha inteira deitou corpos,

esperando a noite para matar a sede ardente e a fome, que já nos oprimiam, e, sobretudo, pensar os feridos e sepultar os que haviam sacrificado a vida no sagrado altar da liberdade; figurando entre estes três oficiais da fina flor do exército, os tenentes José Faustino, João Ferreira e Leopoldo, todos feridos em cheio, na frente, como se a própria morte os quisesse ferir no lugar onde os heróis recebem a coroa.

A noite inteira foi consumida num trabalho insano, porém, na manhã seguinte, todos se achavam entrincheirados. Até o dia 18 às seis e meia da manhã, sitiados e sitiante disputavam a palma da vitória. Nessa manhã, um tanto brumosa, forcei a passagem do porto, a bordo do vapor “Independência”, armado em guerra, cuja direção náutica confiei ao senhor piloto João Correia, assumindo eu em pessoa a direção das baterias.

À manobra da *volta* de “Porto Acre”, sucedeu a primeira descarga da fuzilaria de bordo que foi também sinal aos sitiante, já prevenidos, que romperam, a um só tempo, mortífero fogo sobre o inimigo.

Os vivas entusiastas irromperam por todas as nossas linhas com o luminoso rufar da fuzilaria. Os atiradores de bordo tanto atiravam como soltavam gritos de cego entusiasmo; o corneteiro tocava marchas de guerra; enfim, o navio apitando sem interrupção, – formavam o conjunto de uma verdadeira orquestra guerreira.

A perspectiva que apresentava Porto Acre, circunscrito por uma grinalda de fumo, ornada aqui e ali pelas nossas bandeiras

parecia dar a nota mais bela desse quadro sublime que poucas vezes nos é dado apreciar e que, apesar de se nos apresentar empolgante, seria talvez apreciado com horror por um observador calmo e alheio às paixões que nos levaram a levantar a bandeira separatistas.

O vapor passou. Pela tarde de 23 de janeiro foram erguidas pelos sitiados, bandeiras brancas em torno de suas trincheiras, sendo incontinenti suspensas as hostilidades por ambas as partes.

Como emissário do delegado boliviano, apresentou-se-me o Dr. Santivañez pedindo, em nome daquele, uma suspensão de hostilidades para sepultar os mortos, ao que me neguei porque compreendi que outra era a intenção do inimigo.

O emissário voltou, rompendo em seguida, novamente, as hostilidades.

Sem diminuir o valor e a dedicação de muitos, devo agradecer a abnegação de alguns oficiais que, como o tenente-coronel Brandão e majores Daniel e Adrelino, entraram para suas trincheiras e, suportando a ação de um sol abrasador e noites chuvosas, só as abandonaram quando puderam erguer a nossa bandeira, já vitoriosa. Decidido amor à revolução mostraram também outros, como o tenente-coronel José Antônio e o major Basílio de Lyra. Enfim, revelaram também notável bravura o capitão Salinas e os três inditosos tenentes finados no primeiro dia de ataque, mas, sobre todos, o sargento José Barros que encarnou em sua nobre alma toda a dedicação revolucionária, indo como que alucinado por sua

fé, morrer sobre o parapeito das trincheiras inimigas, ficando o seu nome para nós como um sinônimo de abnegação e bravura.

Longe iria a lista desses abnegados, se os tivesse de nomear um por um, mas, passemos adiante.

O sol de 24 de janeiro apareceu através de espessa cerção, mostrando-nos inúmeras bandeiras brancas circundando as trincheiras inimigas.

Momentos após, 7 horas da manhã, o mesmo emissário do inimigo vinha propor a rendição da praça, sob condições que este comando retificou, reduzindo os oito artigos de que constava a dois somente, que são os que constituem a ata de capitulação firmada algumas horas depois.

No momento em que o delegado boliviano me comunicava que estava a força às minhas ordens para a cerimônia da entrega das armas, fiz-lhe ver e aos oficiais superiores, que sendo o nosso intuito conseguir a independência do Acre, como uma condição da nossa liberdade, outra coisa não aspirávamos senão a sua realização e que, quanto às aparatosas cerimônias em tais momentos usadas pelos principais países do mundo, não satisfaziam o nosso espírito, visto que no meu pensar serviam mais para aumentar o infortúnio dos já infortunados pela derrota, com os quais o vencedor nobre devia ser generoso. Assim procedendo, pensei interpretar os sentimentos dos meus concidadãos e, sobretudo, dos meus comandados, que mais de uma vez têm demonstrado para com o vencido a grande delicadeza de seus nobres sentimentos.

Porto Acre está tomado, e o mesmo sol que iluminou esta vitória há de iluminar a vitória final, que será o reconhecimento da nossa soberania como Estado Independente do Acre.

Viva a Revolução!

Viva a almejada independência!

Porto Acre, 30 de janeiro de 1903.

(a) J. Plácido de Castro.

\* Na página 207, do *Campañas del Acre*, diz o Sr. Azcui, tratando deste combate: *El valor y serenidad de los contendores, caracteriza el siguiente pasaje. El 17 por la noche a horas 9 p. m., en un momento de tregua que sobrevino después de un continuo y incesante cámbio de fuegos entre las filas combatientes, uno de los nuestros, al saber que en grupo contrario estaba el artista Avilio, empleado de Joaquim Victor, le grita en portuguez: 'Avilio, \*\* face el favor de tocar su flauta'.*

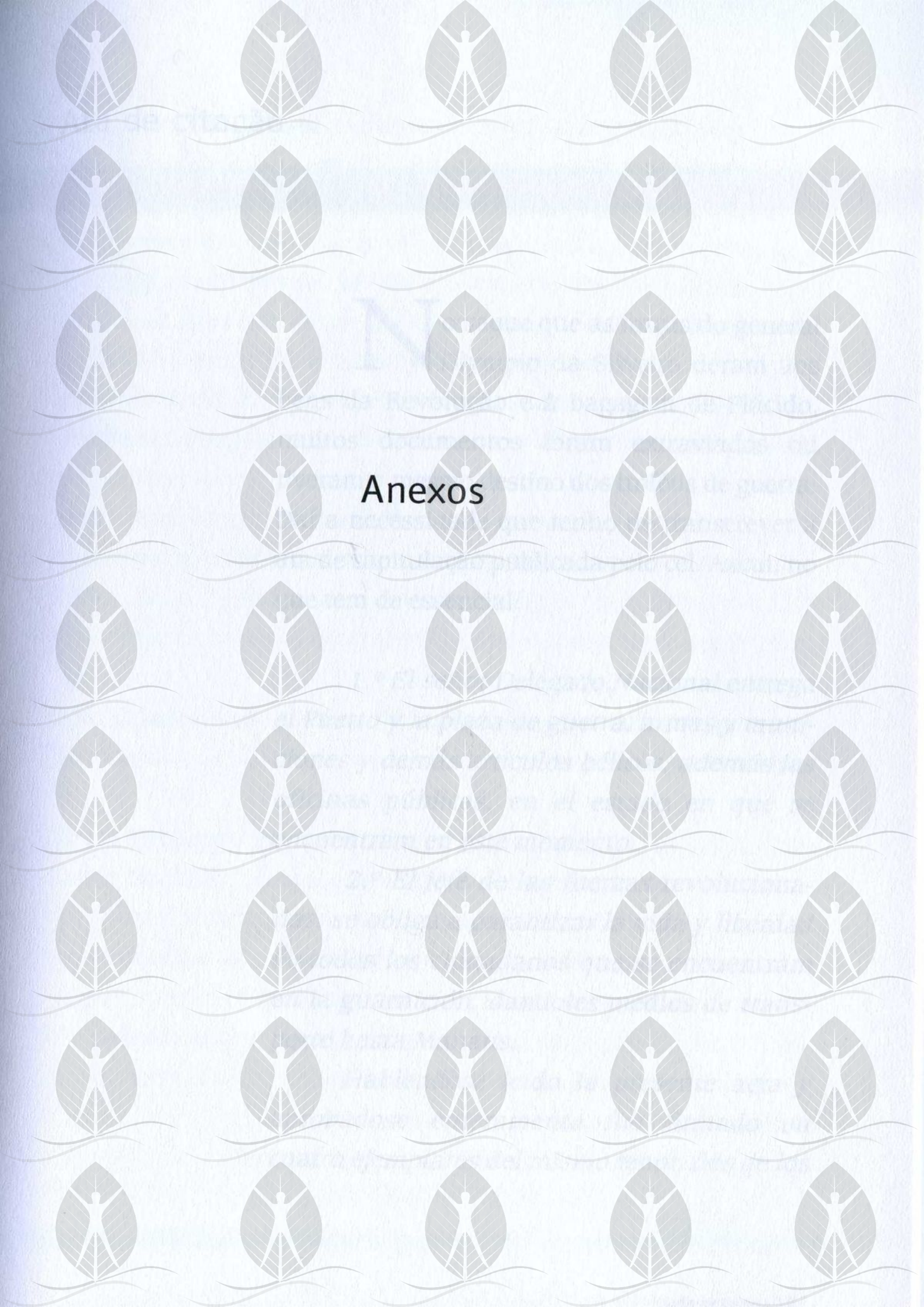
– *Bon, contesta el aludido, y les obsequia con la 'Siciliana' ejecutada con maestria y sentimiento musical y escuchada por ambos contendores con silencioso recogimiento. Al finalizar, la bestia humana recobra sus bríos y se reanuda el combate con mayor ímpetu.*

---

\*\* Abílio.







Anexos



## Ata de citação

**N**o saque que as forças do general Olympio da Silveira deram aos bens da Revolução e à bagagem de Plácido, muitos documentos foram extraviados ou tiveram o mesmo destino dos troféus de guerra. Daí a necessidade que tenho de transcrever a ata de capitulação publicada pelo cel. Azcui, no que tem de essencial:

*1.º El señor Delegado Nacional entrega el Puerto y la plaza de guerra, armas y municiones y demás artículos bélicos; además las oficinas públicas, en el estado en que se encuentran en este momento.*

*2.º El jefe de las fuerzas revolucionarias, se obliga a garantizar la vida y libertad de todos los ciudadanos que se encuentran en la guarnición, dandoles medios de transporte hasta Manaus.*

*Habiendose leído la presente acta y aprobádose enteramente fué firmado en cuatro ejemplares del mismo tenor, dos de los*

*cuales redactados en español y dos en portugués, para cada jefe respectivamente.*

*Puerto Acre, 24 de enero de 1903.*

*Firmado: José Plácido de Castro, Comandante en jefe del Ejercito revolucionario. – Romero, Delegado Nacional.*

*Atestiguamos: teniente-coronel José Brandon, teniente-coronel José Antônio Duarte. El teniente-coronel comandante en jefe José A. Ruiz, Manoel Causeco.*

O coronel Azcui adianta mais que as forças bolivianas eram de 241 homens, que não chegaram a queimar 120.000 cartuchos e que as revolucionárias eram vinte vezes mais numerosas e queimaram 600.000 cartuchos durante o combate.\*

Tratando da repartição dos vencidos de Porto Acre, diz o mesmo autor:

*El dia 27 el delegado señor Romero con algunos expedicionarios embarcose en el vapor 'Jaguaribe' con rumbo a Manaus, dejando a sus compañeros de infortunio sin recursos y a merced del enemigo, que por humanidad tenia que alimentarlos. Los soldados no contaban ni con un centavo con que satisfacer sus más premiosas necesidades, por que durante la Delegacion Romero, se les habia pagado sus haberes con vales y certificados de deposito.*

---

\* Plácido, em seus apontamentos, diz que os sitiados eram em número de 670, no começo do combate.

*La marcha de dom Lino Romero, fué acremente censurada por los que quedaban sufriendo los vejámenes de la marina mercante y en esta aflictiva situación solo tuvieron como protector al jefe enemigo, Plácido de Castro, quien acompañado de su ayudante general, Gaston Oliveira, iba consolarlos y atender sus reclamaciones con el carino de um camarada. Este jefe en sus intimas confidencias, manifestó, segun refiére Aponte: 'Que entonces tenia 28 años cumplidos y contaba 42 combates en su vida de aventuras...' É diz mais: La gentileza con que trataba sus adversarios le captó el cariño de todos; a su presencia la tropa se quadraba respetuosamente para salutar al enemigo de la véspera y su bienechor en la adversidad, etc.*

\* \* \*

### Correspondência entre Plácido de Castro e dom Lino Romero

Parece-me ser aqui o lugar apropriado à publicação das cartas trocadas entre Plácido e dom Lino Romero:

Dom Lino Romero, delegado de Bolívia em Porto Acre.

Deveis ter assistido, sem perda de um incidente, à luta que os meus concidadãos desta região travaram em prol de seus direitos, convencidos de que a guerra é o tribunal supremo para o qual devem apelar os povos oprimidos.

Como comandante-chefe do Exército Revolucionário, desde o primeiro dia de luta, pensei com os meus compatriotas

que a guerra devia ser feita pelo contendores de acordo com o grau de civilização de cada um, e por isso a temos feito humana, sem ódios nem arrebatamentos: jamais fuzilamos nas praias indivíduos inermes tomados como prisioneiros; enfim, ainda não desfeiteamos um prisioneiro.

Hoje a “Columna Defensora del Acre”, vencida heroicamente no sangrento combate da “Volta da Empresa”, depois de 11 dias de sítio, se achá prisioneira, desde o seu ilustre comandante até o mais humilde soldado.

Comprometi-me pela capitulação a lhes fornecer os meios de locomoção até Manaus, porém como a falta d’água não permite a subida de embarcação até este ponto, terão que ir à “Boca do Acre”, fazendo a mais penosa viagem por terra.

Tenho acima de Porto Acre batelões capazes de conduzir essa gente, tornando-lhes assim menos penosa a viagem, mas a passagem por esse porto depende exclusivamente da vossa vontade.

Sem pedir favor àqueles contra os quais peguei em armas, tomo, contudo, a liberdade de lembrar-vos o nenhum prejuízo que vos causará a passagem de dois batelões para a condução dos vossos patrícios. Assim, pois, se permitirdes a passagem de tais embarcações, vazias, deveis responder-me hoje mesmo.

Junto vos envio um cópia de rendição assinada na “Volta da Empresa”, por mim e pelo cel. Rojas.

Ontem eram as autoridades de Xapuri, que caíram em nossas mãos, tratados com toda a consideração e remetidas para o consulado de Manaus.

Saúde e fraternidade. – (a) *J. Plácido de Castro.*

\* \* \*

*Puerto Acre, octubre 24-1902*

*Señor J. Plácido de Castro*

*Caquetá*

*Doy respuesta a su oficio de fecha de hoy.*

*Quedo enterado de la capitulación a que se sometió la 'Columna Defensora del Acre', y agradezco à U. la hidalguia que manifiesta en la manera de tratar à sus prisioneros.*

*Para que el coronel Rojas y sus compañeros prosigan su marcha hasta la boca del Acre, creo mejor que esperar las embarcaciones de 'Buen-Destino', remitir de este puerto un batelon y dos botes; se asi lo cree U. conveniente, dichas embarcaciones las enviaré mañana temprano con alguna mujeres que no pueden continuar acá.*

*Saluda à U. atentamente – (a) Romero.*

*\* \* \**

*Ao Sr. Dr. Romero, delegado de Bolívia em Porto Acre.*

*Tenho em mãos o vosso ofício de hoje agradecendo o tratamento que tenho dispensado aos vossos compatriotas prisioneiros e oferecendo-me um batelão e dois botes para a condução dos vossos patrícios prisioneiros. Aceitando a vossa oferta, faço-vos ver que o batelão deve ser bem grande, pois a bagagem, apesar de relativamente pequena, ocupa muito lugar.*



Conforme fiz ver ao Dr. Santivañez, todo estrangeiro que quiser retirar-se de Porto Acre, pode passar pelas minhas linhas, bem como todo vosso patrício que o mesmo queira fazer por motivo de doença, ficando, porém, impedido de voltar a esse porto.

Saúde e fraternidade – (a) J. Plácido de Castro.

\* \* \*

Puerto Acre, octubre, 25 de 1902.

Sr. Plácido de Castro.

Caquetá

*En estas lineas me dirijo al amigo, no al enemigo revolucionario; respecto sus opiniones y la convicción que tiene en la justicia de su causa; me complazco a agradecerle por la hidalguia y nobleza con que ha tratado a mis compatriotas.*

*Ha sabido U. conducir-se como un jefe civilizado y como un militar valiente: me es satisfactorio felicitarlo por su elevada conducta, asi como a sus compañeros de campaña. No se traduzca estas mis frases como una manifestación de timidez, pués, pronto espero probar lo contrario.*

*Siento que estamos en encarnizada lucha entre seres de un mismo continente y de un mismo modo de pesar; questiones de forma nos han colocado en opuestos caminos y en los que el choques es imprescindible! Sigamos adelante!*

*Portador de esta carta és el señor Moisés Santivañez, à quien me permito recomendarlo insinuando-me con U. para que lo detenga y envíe con el coronel Rojas. El no queire de nengum modo abandonarnos; pero como és el unico apoyo de una familia pobre e numerosa, no me parece justo aceptar su sacrificio. En cambio me permito insinuarme tambien con U. para que nos lo mande a Dr. Camacho, quien como elemento neutral actuará como miembro de la Cruz-Rojas, en un lugar proximo a este puerto. Si el Dr. Camacho dejar venir le agradeceré mucho por su deferencia.*

*Le incluío dos cartas abiertas que deseo las lleve el coronel Rojas: una és para el general Pando y outra para mi esposa. Le suplico me las deje pasar.*

*Saluda a U. atentamente su amigo y servidor. –*

*(a) Romero.*

*\* \* \**

*Fronteira de Caquetá, 25 de outubro de 1902.*

*Sr. Lino Romero*

*Porto Acre*

*Acuso o recebimento da vossa carta particular de hoje e no mesmo caráter também escrevo esta.*

*Agradeço comovido as frases que me dirigistes aplaudindo a minha conduta, embora eu tivesse apenas cumprido com o dever imposto a todos nós em tais circunstâncias.*

Dizeis-me que não traduza as vossas palavras como indício de timidez. Não sou capaz de tal nem tenho motivo para avançar a essa suposição.

Apesar de sermos filhos do mesmo continente, como bem fazeis lembrar, estamos em luta aberta, e apesar ainda de pensarmos até certo ponto da mesma forma, consistindo a nossa divergência em pensar eu em uma política sul-americana.

Não li a carta que remetestes à vossa esposa, pois deve ser uma correspondência íntima; li, entretanto, a que dirigistes ao general Pando e confesso que os conceitos sobre política que emitistes estão em completa harmonia com o meu modo de pensar. Se os destinos do vosso país estivessem neste momento em vossas mãos, o sangue dos vossos patrícios não estaria correndo inutilmente, e a tranqüilidade dos meus seria, talvez, uma verdade.

O Dr. Camacho está enfermo, paludado, parecendo-me inútil a sua permanência aqui, e inútil o seu sacrifício.

Tenho vários médicos em meu Exército, porei um deles, o mais prático, dirigindo o hospital e de acordo convosco formarei um hospital de sangue fora do círculo de ferro em que vos achais. Fornecereis uma parte do pessoal para enfermeiros e eu a outra, todos desarmados. Se com isso concordardes, em tempo proporei um regulamento hospitalar.

Quanto ao que me pedis sobre o Dr. Santivañez, estou pronto a satisfazer hoje mesmo, mas com a condição de não descer para Manaus: pois embora por informações, coloco o seu talento na merecida altura, julgando que ele possa ser mais nocivo à revolução em Manaus ou Pará do que em Porto Acre.

Não me iludo, sei que estais por demais avisado para que possais ser tomado de surpresa; por isso, antes de atacar as

vossas posições, oficiarei prevenindo a fim de que façais sair os que não devem partilhar da luta. Isso ainda demorará alguns dias, pois não quero atacar Porto Acre para manter sítio como fiz na Empresa, isto é fatigante para ambos. Nessa ocasião, sob qualquer pretexto, poderei fazer sair o Dr. Santivañez, que então poderá tomar o destino que lhe convier.

*Campañas del Acre, p. 205: El día 14, Castro tuvo la galanteria de anunciar oficialmente al delegado Romero su proximo ataque ao puerto y proponerle establecer una sola ambulancia en la colecturia de Caquetá para la asistencia de los heridos de ambas partes. Lo que no aceptó Romero.*

\* \* \*

*Puerto Acre, octubre, 26 de 1902.*

*Sr. D. Plácido de Castro*

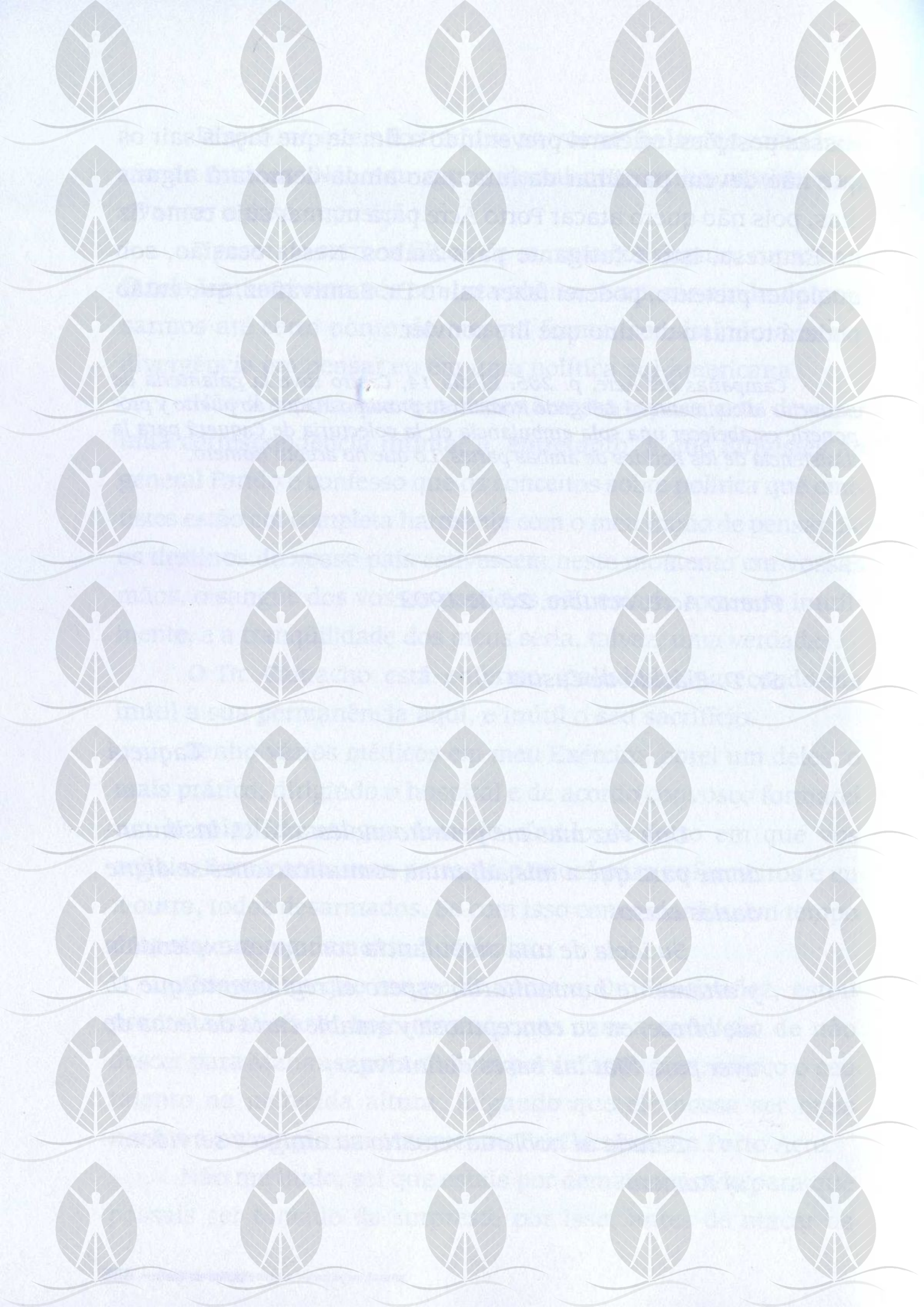
*Caquetá*

*Una vez mas me permito molestar à U. insinuandome para que a mis adjuntas comunicaciones se digne darles curso.*

*Su ideia de una ambulancia comum es esplendida y altamente humanitaria; espero el reglamento que U. me ofrece, en su conceptuosa y amable carta de fecha de ayer para fijar las bases definitivas.*

*Saluda al noble adversario su amigo y servidor. –*

*(a) Romero.*



# Decretos de Plácido de Castro

## Estado Independente do Acre

### DECRETO N.º 1

Cidade do Acre (Porto Alonso), 26 de janeiro de 1903.

José Plácido de Castro, governador aclamado e comandante-chefe do Exército do Estado Independente do Acre, decreta:

Art. 1.º – A justiça civil, a criminal e a comercial do Estado Independente do Acre ficarão sujeitas às disposições dos códigos, leis, decretos, etc. dos E. U. do Brasil até que seja promulgada a sua constituição.

Art. 2.º – Serão válidos os títulos de propriedades definitivos ou provisórios até o presente expedidos pela Bolívia ou pelo Estado do Amazonas, antes da ocupação do Acre por esta República.

Art. 3.º – Fica sendo a língua oficial do Estado a portuguesa.

Art. 4.º – Fica considerado como tipo monetário oficial do Estado Independente

do Acre o mesmo dos E. U. do Brasil, sendo o papel moeda desse país válido aqui.

Art. 5.º – Revogam-se as disposições em contrário.

*J. Plácido de Castro.*

### DECRETO N.º 2

José Plácido de Castro, governador e comandante-chefe do Exército do Estado Independente do Acre, decreta:

Art. 1.º – Ficam criadas as Diretorias de Fazenda, Justiça e Guerra.

Art. 2.º – A Diretoria de Fazenda abrangerá a direção de agricultura e vias terrestres e fluviais.

Art. 3.º – Revogam-se as disposições em contrário.

Casa do Governo em Porto Acre, 27 de janeiro de 1903. –

*J. Plácido de Castro.*

### DECRETO N.º 3

Cidade do Acre (Porto Alonso), 28 de janeiro de 1903.

José Plácido de Castro, governador do Estado Independente do Acre e comandante-chefe do Exército Acreano, decreta:

Parágrafo Único – A área do Estado Independente do Acre fica encerrada nos seguintes limites:

Ao norte, a República Brasileira, pela linha traçada da nascente do Javari à foz do Beni; ao sudeste, o rio Beni acima da foz até à foz do Orton; deste ponto acima pelo leito do Orton até a confluência do Manuripe com o Tauamano e daí pelo leito do Manuripe até sua nascente principal; pelo sul por uma paralela ao Equador, traçada da nascente do Manuripe à fronteira do Peru; ao oeste, finalmente, com a República do Peru; revogadas as disposições em contrário.

Casa do Governo em Porto Acre, 28 de janeiro de 1903. –

*J. Plácido de Castro.*

#### DECRETO N.º 4

José Plácido de Castro, governador e comandante-chefe do Exército Acreano, decreta:

Artigo Único – Fica nomeado diretor da Fazenda e inspetor da Alfândega, efetivo, o cidadão Rodrigo de Carvalho, que exercia interinamente esse cargo.

Casa do Governo em Porto Acre, 28 de janeiro de 1903. –

*J. Plácido de Castro.*



## DECRETO N.º 5

José Plácido de Castro, governador e comandante-chefe do Exército do Estado Independente do Acre, decreta:

Art. 1.º – Ficam criados três juizados de casamentos, nascimentos e óbitos, sendo um em Porto Acre, outro em Capatará e outro em Xapuri.

Art. 2.º – Sejam nomeados para exercer interinamente os cargos de juízes de casamento, nascimento e óbitos, em Porto Acre, o cidadão tenente-coronel Gastão de Oliveira; em Capatará, João de Araújo Coelho e em Xapuri, o Sr. Francisco Simplício Costa.

Art. 3.º – Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Acre, 5 de março de 1903. – *J. Plácido de Castro.*

## DECRETO N.º 6

José Plácido de Castro, governador e comandante-chefe do Exército do Estado Independente do Acre, decreta:

Art. 1.º – Ficam criados dois tabelionatos no Acre, sendo um em Porto Acre e outro em Xapuri.

Art. 2.º – Ficam nomeados tabeliães interinos, em Porto Acre, Jesuíno Nunes Versosa e em Xapuri, o Sr. Augusto S. Pereira, revogadas as disposições em contrário.

Porto Acre, 5 de março de 1903. – *J. Plácido de Castro.*

## DECRETO N.º 7

O coronel José Plácido de Castro, governador do Estado Independente do Acre e comandante-chefe do Exército Acreano:

Considerando:

Que o Governo brasileiro mandou ocupar militarmente a zona compreendida entre a linha “Cunha Gomes” e o paralelo de 10º20’;

Considerando:

Que é dever de patriotismo não embaraçar as negociações do Ministério do Exterior em virtude das quais se fez a referida ocupação;

E tendo em vista

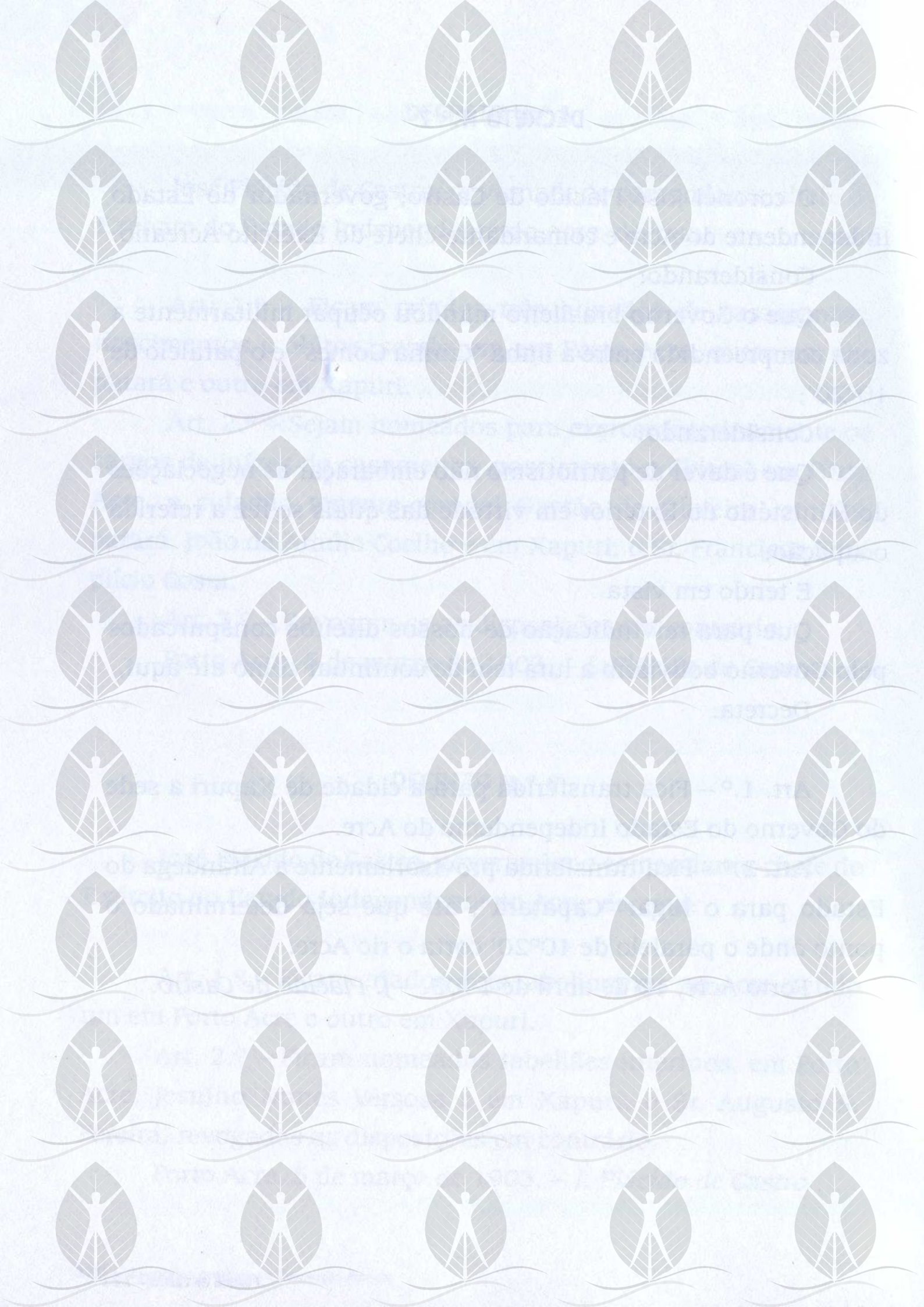
Que para reivindicação de nossos direitos conspurcados pelo Governo boliviano a luta tem de continuar como até aqui,

Decreta:

Art. 1.º – Fica transferida para a cidade de Xapuri a sede do Governo do Estado Independente do Acre.

Art. 2.º – Fica transferida provisoriamente a Alfândega do Estado para o lugar “Capatará”, até que seja determinado o ponto onde o paralelo de 10º20’ corta o rio Acre.

Porto Acre, 10 de abril de 1903. – *J. Plácido de Castro.*



## O assassinato de J. Plácido de Castro

**A** 8 de agosto de 1908, estava eu na Vila Rio Branco, hoje cidade, antiga “Volta da Empresa”, onde fora a negócios.

Antes de meio-dia, chegou Plácido, que eu havia deixado em “Capatará”, dirigindo-se para a casa do Dr. João Rodrigues do Lago, e, depois de algum repouso, para o “Hotel 24 de Janeiro”.

Por um dos proprietários desse estabelecimento, Antônio da Silva Rebello, hoje tabelião, e por outras pessoas, ele soube que o subdelegado de Polícia, Alexandrino José da Silva, lá estivera, muito embriagado, como de costume, acompanhado do tenente Luiz Sombra e de alguns *capangas*, e que, ao sair, dissera, na presença de várias pessoas, que o coronel Gabino Besouro lhe havia dado carta branca para matar o coronel Plácido, contanto que fosse fora da vila.

À tardinha, retomamos o caminho de “Capatará”, acompanhados dos Drs. Barros Campello e José Alves Maia e de um pajem, Francisco de Mello.

Pouco antes de alcançarmos a boca do varadouro, Plácido foi detido por uma mulher, minha desconhecida, que lhe preveniu que o “coronel” Alexandrino havia deixado a vila muito embriagado, acompanhado de seus *cabras* e dizendo que ia matar o *pai do Acre*.

Prosseguindo, Plácido nada nos disse sobre os avisos que recebera e, quando chegamos à boca do Riozinho, pernoitamos em uma *barraca* abandonada, porque já era noite e os nossos companheiros não estavam afeitos às perigosas travessias noturnas.

No dia seguinte, muito cedo, Plácido fez seguir a pé o nosso pajem, cuja cavalgadura havia sido emprestada ao Dr. José Alves Maia, e nós continuamos, depois de evaporado o orvalho.

Logo que o nosso pajem transpôs a ponte do igarapé “Distração”, foi detido por dois dos facínoras que acompanhavam o subdelegado, o célebre negro Eugênio e o conhecido “Mateiro”, que, armados de rifles e sob ameaça de morte, indagavam a hora em que Plácido deveria passar naquele local.

Livre dos seus detentores, que o intimaram a prosseguir, Francisco Mello passou pelo local da emboscada, poucos metros adiante, sem perceber, e correu até “Benfica”, a fim de pedir ao coronel Rola que, como amigo de Alexandrino, fosse impedir o assassinato.

Rola ficou aturdido, amedrontado e nada deliberou, e isso fez com que Francisco perdesse um tempo precioso, porque, quando se convenceu da apatia do nosso amigo Rola e se decidiu a voltar ao nosso encontro, fazendo um desvio pelo

mato, já era tarde demais, e quando nos encontrou já estava consumando o crime que procurara evitar...

A atmosfera de traição que reinava na sede da Prefeitura gerara em mim o pressentimento de que algum perigo nos ameaçava, e como era eu o único que estava realmente armado, tomei, desde a Empresa, a dianteira do grupo que, devido à natureza do caminho, desfilava unidade por unidade.

Plácido secundava-me, seguido pelo Dr. Barros Campello e este pelo Dr. José Maria.

Assim que transpôs a ponte do igarapé “Distração”, Plácido, que conhecia a palmo o terreno onde estávamos, fronteiro à residência do subdelegado do coronel Besouro, e que estava duplamente avisado do risco que corria, embora nada nos houvesse dito, deteve o cavalo e, voltando-se para os Drs. Campello e José Maia, disse:

“– Este é o lugar das emboscadas...”

Eu, nessa ocasião, oculto pelas voltas do caminho, havia transposto o local da emboscada, poucos passos adiante, e encontrava-me adiantado de uns 80 ou 100 metros de meu irmão.

Do lado direito da picada, em lugar bastante estreito, havia uma grande árvore que dominava inteiramente as que as rodeavam. Seu tronco era envolvido por uma densa trepadeira, cujos tentáculos se estendiam sobre as vegetações circunvizinhas, entrelaçados em todas as direções, formando um pesado véu que, do lado do caminho, caía em forma de cortina, até repousar sobre o espesso tapete de arbustos que cobria o solo. Essa cortina verdejante foi aparada até à altura da cinta de um

homem a cavalo e, respeitadas apenas os arbustos que margi-  
navam o caminho, uma verdadeira gruta ou caverna foi aberta  
naquele maciço de verduras.

O roçado que fizeram ao redor daquele grosso madeiro e o  
teto formado pela trepadeira apropriadamente aparada davam a  
idéia de um grande chapéu-de-sol aberto, quase impenetrável à  
luz.

Nessa gruta, estavam postados o subdelegado Alexan-  
drino José da Silva, o “negro Eugênio”, o “Mateiro” e um caboclo  
que Plácido confundiu com João da Mata, morador naquelas  
imediações. Os restantes, que completavam 14 bandidos,  
estavam distribuídos do mesmo lado do caminho, ao longo da  
orla de uma pequena clareira, que se abria na mata, denun-  
ciando algum roçado antigo, invadido pela vegetação florestal.

Passei quase ao alcance da mão dos do grupo Alexan-  
drino, sem nada perceber, porque de nada havia vestígio; trans-  
pus inteiramente a zona perigosa e ganhei a curva que o  
caminho apresentava para o lado esquerdo de quem seguia para  
“Capatará”.

Nesse momento, Plácido defrontava-se com a caverna dos  
bandidos e recebia o primeiro tiro, disparado pelo *braço direito*  
do *coronel Besouro* (pelo subdelegado Alexandrino José da  
Silva), que lhe atingiu o braço esquerdo, pouco acima do  
cotovelo; um segundo tiro, quase ao mesmo tempo, o alcançou  
do lado esquerdo da coluna vertebral, penetrando de baixo para  
cima e da direita para a esquerda na raiz da segunda falsa  
costela e saindo na altura da primeira que, como a outra, ficou  
reduzida a fragmentos.

Ambos os tiros foram disparados à queima-roupa: vestes e carnes ficaram chamuscadas. O primeiro ferimento não teve importância: produzido por arma de guerra, atravessou o tecido muscular sem prejuízo funcional, salvo no primeiro momento. O segundo foi grave pelo aspecto, pelo tamanho, pelo traumatismo, muito embora não tivesse alcançado a pleura: produzido por bala de chumbo, de Winchester 440, tinha um grande orifício de entrada e um enorme de saída, que parecia um rosa de carnes, no centro de um amplo painel violáceo. Parte da blusa de azulão foi arrastada pelo projétil, e eram visíveis os pedaços de pasmo misturados com os fragmentos ósseos cravados na carne. Ao receber o primeiro tiro, Plácido quis fazer uso da pistola que trazia, ao mesmo tempo em que se abaixou sobre o cavalo para ver os seus agressores, mas por um momento sentiu escaparem-se-lhe as rédeas da mão e foi obrigado a segurá-las com a mão direita. Nesse momento, quando recebia o segundo ferimento, viu e reconheceu o subdelegado Alexandrino, o negro Eugênio, o “Matreiro” e outro que ele pensou ser João da Mata. Impossibilitado de reagir, chegou a espora ao brioso cavalo que montava, atravessou a zona perigosa sob um chuva de balas e alcançou a curva do caminho, onde nos encontramos, sem que outros projéteis o atingissem.

Como tive ocasião de dizer, atravessei o terreno ocupado pelos prepostos do prefeito Besouro, sem nada perceber e, na ocasião do crime, levava uma dianteira de 80 a 100 metros sobre Plácido.

Quando ouvi o primeiro tiro, detive instantaneamente o cavalo, porque reconheci ser produzido por arma de guerra



(Mannlicher), que nenhum dos meus companheiros possuía, e, tomado de surpresa e dúvida, prestei ouvidos ao que se passava.

Um outro tiro de Winchester 440, bem conhecido, a exclamação: – “bandidos!” – que Plácido deixara escapar e a cerrada fuzilaria que se fez ouvir, tiraram-me inteiramente da dúvida.

Lancei-me instantaneamente à terra e, com a arma pronta para atirar, corri ao local onde se desenrolava a tragédia, mas antes de entrar na zona perigosa, encontrei-me com Plácido que, detendo o cavalo, me fez regressar para o lugar onde eu deixara a minha cavalgadura. Nesse ponto, a 80 ou 100 metros dos prepostos do coronel Gabino, examinei os ferimentos de meu irmão e opinei pela não gravidade, visto não haverem penetrado a cavidade torácica nem interessado vaso algum de importância. Esperamos ainda pela chegada dos nossos companheiros, um dos quais, o Dr. Barros Campello, pouco se fez esperar. Quando já nos impacientávamos com a demora, chegou a besta do Dr. José Alves Maia, sem a sua inteligente carga. Foi então que Plácido me disse: “Mataram o Zé Maia. Não temos mais o que fazer aqui. Monta a cavalo que estou sentido-me mal e desejo alcançar ‘Benfica’”. Montei e seguimos, acompanhados pelo Dr. Campello, mantendo os animais em galope curto.

Haveríamos percorrido quilômetro e meio, se tanto, quando meu irmão foi tomado de uma vertigem, que mal me deu tempo para ampará-lo na queda que ia dando. Sustada a marcha, amparei-o como pude, recostando-o sobre o grosso tronco de uma árvore abatida.

Nessa ocasião, chegou o nosso pajem Francisco que, desanimado de qualquer providência por parte de Rola, voltava

ao nosso encontro com o fim de evitar o crime. Fi-lo regressar imediatamente a “Benfica”, a fim de pedir uma rede e gente para conduzir Plácido, e com instruções para ir até “Capatará” comunicar o acontecido e pedir alguns homens armados, que julguei necessários à nossa garantia pessoal.

Plácido não perdeu os sentidos e assim que se recostou ao tronco de que falei, me disse: “Preciso que te salves. Esses bandidos temem que eu fique vivo e virão completar a obra. Deixa-me a Winchester e escapa-te...” Deu-me ainda nessa ocasião algumas instruções sobre os seus negócios e disse-me o que pensava sobre os mandantes e mandatários do seu assassinato. Fiz-lhe ver o impossível que ele me pedia, e chamando o Dr. Campello, pedi que ficasse com o ferido, enquanto eu cortava uma vara para suportar a rede, para evitar qualquer demora quando chegassem os homens que eu mandara pedir em “Benfica”.

Com uns 30 minutos de espera, vimos chegar o nosso amigo João Rola, acompanhado de uma vintena de homens que se encontravam em seu barracão. Sem perda de um minuto, a rede que trouxeram foi suspensa à vara por mim cortada e o ferido retomou o caminho, seguido de um séqüito que, pela disposição e pelo estado de alma dos que o compunham, dava a idéia de uma procissão ou de um enterro: na frente, dois homens conduziam a rede, um em cada extremo da vara que a sustinha. Quatro ou seis pessoas ladeavam o ferido e as demais desfilavam em ordem binária, todos silenciosos, tristes, apreen-sivos; alguns chorando.

Quando chegamos a “Benfica” já encontramos preparado o leito para o enfermo, e dona Jocunda, esposa do nosso amigo Rola, tudo fez para cercá-lo do máximo conforto que, naquela época, no Acre, se podia razoavelmente desejar. Plácido, assim que se viu em repouso, ficou livre das dores que os movimentos lhe causavam, por causa dos fragmentos de costelas que lhe penetravam as carnes, encravados no músculo lombar, e retomou o seu habitual bom humor.

O número dos que o rodeavam cresceu logo e, nos primeiros momentos, as lágrimas de alguns se casavam às lamentações de muitos. Empregando o máximo esforço para estancar as lágrimas dos seus amigos e fazer calar os lamentos dos mais expansivos, Plácido dizia: “Meus amigos, a morte é um fenômeno tão natural como a vida, e quem tem sabido viver, melhor saberá morrer. Eu só lamento é que, havendo tanta ocasião gloriosa para morrer, esses heróis me matem pelas costas. Mas, em Canudos, fizeram pior...”, etc.

Duas horas depois da nossa chegada a “Benfica”, a calma já se havia restabelecido, porque a vítima do prefeito Besouro não parecia mais um doente, a não ser pela imobilidade forçada a que estava reduzida, para evitar as dores determinadas pelos fragmentos ósseos penetrando as carnes.

\* \* \*

Ao redor da casa, desenvolvia-se um formidável incêndio, cobrindo uma área de mais de um quilômetro quadrado.

Como disse noutra ponto, a besta do Dr. José Alves Maia foi ao nosso encontro somente com a sela e freio, com o rabicho arreventado pelo susto; de modo que já considerávamos perdida a sua inteligente carga, quando fomos alegrados com a presença do nosso valoroso amigo, cujo cadáver, pouco antes, eu havia mandado procurar no lugar do crime para dar à sepultura com as honras a que fizera jus. Então, soubemos que o abalizado causídico havia *chicanado* o grupo do coronel Besouro, abandonando o animal que o conduzia e, como *rumbeador del monte*, atravessado pela mata a distância que nos separava de Benfica.

O que venho de relatar e o próprio depoimento do nosso ilustre companheiro de viagem, publicado noutra ponto, mostram o alto critério que revelou na entrevista que deu a um jornal de Manaus, que publicou o seu retrato, descrevendo o que se passara conosco durante o tempo em que ele lutava com as *japecangas* que procuravam retardar a sua marcha através do cipoal e das *tabocas* que inçavam o caminho que escolheu para chegar a “Benfica”.

Depois de um criterioso banho, o Dr. Zé Maia mudou as vestes danificadas pelos espinhos e acompanhou o juiz de Paz Albuquerque Soldan ao local do crime, juntamente com outras pessoas, a fim de averiguar as posições ocupadas pela gente do coronel Besouro. A argúcia do projecto advogado muito concorreu para o bom êxito da diligência. No lugar onde o subdelegado do coronel Besouro foi visto, foram encontrados dois cartuchos detonados do seu mosquetão “Mannlicher” e uma ou duas garrafas vazias de um vinho de jenipapo, que um comerciante da Empresa Ihe havia vendido. E desse ponto havia um *pique*

(ligeiro caminho na mata), que ia terminar na praia fronteira a ponto de “Flor do Ouro” (onde residia Alexandrino José da Silva), em cujas areias estavam as pegadas do grupo assassino, impressas quando se recolheu à casa donde saíra para a perpetração do monstruoso crime.

O juiz de Paz levou ao conhecimento do coronel Gabino Besouro o resultado dessa diligência e pediu força para prender os assassinos que se haviam refugiado no seringal “Flor de Ouro”, de Alexandrino José da Silva, mas o prefeito negou a força pedida.

À tardinha mandei quatro homens armados prenderem João da Mata, que Plácido julgou ter reconhecido entre os que rodeavam o subdelegado do coronel Besouro, e que residia não mais de um quilômetro e meio de distância do local do crime. Às 7 horas da noite este personagem era conduzido à minha presença, devidamente amarrado. Interroguei-o sobre o crime e as suas respostas categóricas, negando qualquer participação no delito, me convenceram de que Plácido se havia enganado. Deixei-o ainda *sob cordas* e fui à presença de meu irmão, perguntando-lhe se estava certo de haver reconhecido João da Mata entre os que cercavam Alexandrino. Plácido respondeu afirmativamente. Dei-lhe então conhecimento da sua prisão e da convicção em que eu estava da sua inocência, e perguntei-lhe o que devia fazer do prisioneiro. “Solta-o – disse Plácido –, posso estar enganado. O lugar era muito sombrio e o tempo foi escasso”. João da Mata era *caboclo* e usava a barba toda raspada, mas estava crescida como se há duas semanas não a fizesse, tal como Plácido o havia descrito; mas o bandido era outro, inteiramente semelhante, como tive ocasião de certificar-me.

Nesse entrementes, chegaram oito homens armados, que mandei buscar em “Capatará”, conduzidos pelo intemerato Armando Jobim, então nosso empregado.

\* \* \*

Como já tive ocasião de dizer, ao redor de nós, bem perto, lavrava um formidável, que nesse dia, ao cair da noite, já cobria uma área de mais de um milhão de metros quadrados e que depois se dilatou de modo assustador, invadindo a floresta dominadora.

Aquela orgia de calor, de luz e de fumo, que ainda serviu de câmara ardente ao libertador do Acre, resultou de uma hecatombe florestal, cometida com o fim de ampliar o campo de “Benfica”: era a combustão rápida de milhares de árvores de todos os portes, vítimas de impiedosos machados, e de milhões de arbustos, cipós e trepadeiras que haviam servido de pasto a reluzentes foices, manejadas por adestrados braços.

Apenas os troncos mais vigorosos foram respeitados pelo machado nivelador, de modo que, aqui e ali, como gigantes imóveis, atarraxados ao solo, destacavam-se enormes representantes da nossa opulenta flora equatorial, que no seu isolamento ainda mais avultavam, e que, como viúvas católicas, ostentavam um pesado véu, tecido de cipós e de trepadeiras, que tombando de sua frente virente, desciam até a altura atingida pelo braço do *brocador*. Quando as labaredas circunvizinhas alcançavam esses monstros já a folhagem alheia que os guarnecia crepitava de seca e as chamas subiam com a vertigem de

uma explosão, até à coroa verde que fitava o céu, trinta ou quarenta metros acima do solo... Logo depois desse *fogo de palhas*, ficavam ainda, aqueles opulentos madeiros, aqueles arcabouços titânicos revestidos de fogo da própria casca que ardia e dos compridos cipós que, mais resistentes que a folhagem, pareciam cordas luminosas da rede que envolvia o gigante. E, assim, sobre aquele vasto lençol de fogo, agitado, ondulante, erguiam-se algumas dezenas de torres luminosas, cujas baforadas candentes ofuscavam as estrelas.

Já entrei no porto de Nova Iorque em uma noite sem bruma. Experimentei a profunda emoção de ver aquela densa nebulosa de lâmpadas elétricas atravessada pelo fuzilar de potentes faróis. Mas, em Nova Iorque como em Chicago, no Rio de Janeiro como em Paris, nada mais havia do que uma ostentação de progresso, subordinada ao sentimento estético da época... A apoteose à vida de Plácido, em Benfica, era uma perfeita bacanal de fogos palpitantes, que desidratavam, carbonizavam, calcinavam tudo; que se moviam em todas as direções, numa vertigem mortífera e destruidora; era uma hecatombe de centenas de milhões de seres vivos – árvores, arbustos, insetos, roedores e répteis – que desapareciam para sempre em regressão forçada ao reino mineral, reduzidos a cinzas e a gazes...

Esse monumental incêndio foi a barragem que Deus colocou entre nós e os janizaros capitaneados pelo subprefeito Simplício Costa, como vão ver os leitores.

\* \* \*

Às 11 horas do dia, isto é, 3 horas depois do atentado, já o coronel Gabino Besouro punha as suas forças de prontidão e recrutava gente para reforçá-la, porque Alexandrino lhe mandara comunicar que Plácido havia escapado com vida, embora ferido. E, à tardinha, partiu da Empresa. Acre acima, uma lancha atulhada de homens armados, sob as ordens do subprefeito Simplício Costa, um dos organizadores da emboscada. Essa lancha passou silenciosamente, já à noite, em Benfica, e foi encostar em “Niterói”, onde o subprefeito desembarcou com o seu facinoroso bando.

Essa gente, ao que parecia, era para novas emboscadas nos caminhos que ligavam “Benfica” a “Capatará”, prevendo o caso do ferido ser transportado para a sua residência...

Informado, seguramente, de que Plácido não poderia sair de “Benfica”, e de que grande número de pessoas cercavam o ferido, o substituto do coronel Besouro, e digníssimo cúmplice, resolveu inquietar-nos, alarmando, aterrorizando os nossos amigos e curiosos que se acotovelavam no *barracão* – mantendo uma espécie de guerrilha, a distância, contra nós, que só não teve lamentáveis conseqüências graças à barragem do incêndio que cada vez mais o distanciava da casa que nos abrigava.

Simplício Costa distribuiu sua gente pelo *aceiro* do roçado, em diversos grupos encarregados de atirarem sobre o *barracão* onde estávamos e, às 8 horas e tanto da noite, começou o tiroteio. O incêndio, porém, lavrava com a sua máxima intensidade, e o clarão ofuscava inteiramente o bando criminoso, impossibilitando-o de fixar o alvo que desejavam: apenas



alguns projéteis sibilaram muitos metros acima e nas proximidades da casa; mas o pânico foi geral e indescritível.

Os homens armados, que tinham vindo de “Capatará” estavam prevenidos de que alguma coisa ainda podíamos esperar de parte dos sequazes do coronel Gabino Besouro, encarregados da sinistra incumbência, e assim que os primeiros disparos se fizeram ouvir, todos estavam a postos, obedientes às instruções de mim recebidas, e nesse momento tomavam as posições que eu lhes estava indicando, de acordo com aquela situação excepcional de um pânico generalizado entre as pessoas que atulhavam o barracão e dependências. E de todas as pessoas estranhas a “Capatará”, só encontrei dois homens que não se deixaram dominar pelo terror, e que muito me auxiliaram nos momentos de incerteza e de angústia que me oprimiram durante as cinqüenta e poucas horas que Plácido viveu, depois de ferido. Foram eles, Manoel Helleno e Octavio de Gusmão Fontoura.

Eu ainda não tinha conseguido restabelecer a calma entre os que estavam do lado de fora do barracão, quando recebi um chamado de Plácido. Subi. Que coisa horrível se passava naquele ambiente! Impressionado pelo que podia ver do leito, Plácido pensava que o pânico tivesse dominado tudo e que a casa já estivesse sendo atacada: alguns choravam, lastimavam-se; outros, em maior número, estavam petrificados, estarrecidos, mumificados: estancadas as glândulas salivares por efeito do medo, os lábios estavam colados aos dentes e as fisionomias decompostas e atordoadas... Não me pude conter diante daquele quadro e, em voz alta, disse: – “É preciso que os senhores se

decidam a reagir, porque se este barracão for assaltado, hão de morrer nas mesmas condições que eu e os que me acompanham. Nós resistiremos até o último momento e se formos dominados pelo número, os senhores também serão envolvidos na chacina!”

Fui até à presença de Plácido, que me esperava com ansiedade, e que me recebeu com estas palavras: – “Já te disse que preciso que te salves! Eu já me considero morto. Deixa-me o revólver que defenderei do leito este resto de vida. O último tiro será para mim, pois não lhes darei o prazer de completar a obra. Escapa-te. É preciso que te salves...”

As vibrações dessas palavras ainda me atravessam a alma como lâminas candentes vomitadas pela cratera de um vulcão humano, num desses momentos raros em que nos decidimos a entregar a Deus aquilo que de Deus nos veio... Fiz-lhe ver que se tratava de um *acesso* de medo daquela multidão; que nada havia que justificasse o que ele estava presenciando, e que a disposição da nossa gente (os que vieram da Capatará) era bem outra; disse-lhe as providências que havia tomado para a defesa do *barracão*, etc., e regressei ao exterior, ao campo.

O tiroteio, reconhecido ineficaz pelos próprios bandidos, tornou-se de mais a mais espaçado, cessando por completo ao amanhecer.

Na madrugada do dia seguinte chegaram-nos mais vinte e poucos homens armados, procedentes de Capatará, que, ao passarem em Niterói, descobriram a lancha que conduzira Simplício Costa e o seu bando, encostada à barranca do rio, e verificaram que o substituto do coronel Besouro estava ocupando

uma barraca abandonada, um pouco afastada do caminho, em companhia de dois homens armados. O encarregado dessa gente pôs o auxiliar do coronel Besouro em discreto cerco e me mandou pedir instruções.

A situação era crítica e a prudência era a diretriz por mim adotada: mandei ordem para ficar um homem vigiando os movimentos do subprefeito e da sua gente, enquanto os restantes prosseguiriam para Benfica.

Na noite seguinte, o tiroteio repetiu-se em menor escala e sem resultado algum, mesmo porque o incêndio havia alcançado a floresta e mais nos afastava dos agressores. Essa gente só regressou à Prefeitura depois da morte de Plácido.

Às 4 horas da tarde do dia 11, Plácido deixou de existir. Cerca de meia hora antes do seu passamento, a dispnéia que o afligia começou a desaparecer e a sua morte foi tão calma que o Dr. Caribé da Rocha chegou a pensar que ele estivesse melhorando e me disse: “Agora ele está melhorando”, ao que lhe repliquei: “Agora ele está morto, doutor...”

Eu estava exausto de fadiga e de insônia. Assim que Plácido fechou os olhos, dispus o seu cadáver de modo conveniente no leito em que descansava e estirei o meu corpo ao seu lado, dormindo, creio que 10 ou 12 horas consecutivas. Quando despertei, já o nosso amigo Rola havia providenciado sobre a confecção de um esquife, de modo que muito cedo fizemos o enterro, no dia seguinte.

Plácido me havia pedido para tirar-lhe o coração, assim que falecesse, e partir ao meio, levando metade para sua noiva e metade para nossa mãe, como últimas lembranças. E eu não

esqueci o seu pedido, procurando executar a incumbência minutos após o seu passamento, mas tal oposição encontrou de quantos o rodeavam; tais considerações me fizeram, que faltei com o cumprimento do meu dever...

## Memória

O túmulo de J. Plácido de Castro é um monumento simbólico.

Como se vê da fotografia, consta de um pedestal de forma paralelepípedica reta, de base retangular, encimado pela figura de um leão e pela de mulher que se eleva sobre uma coluna composta de quatro colunatas. As estátuas são de tamanho natural e executadas em mármore de Carrara, e o corpo do monumento e a coluna são de granito róseo.

O leão, ferido pelas costas, com uma seta cravada no flanco direito, representa o Fundador do Estado Independente do Acre, e lembra como foi ele assassinado pelos homens do prefeito Gabino Besouro.

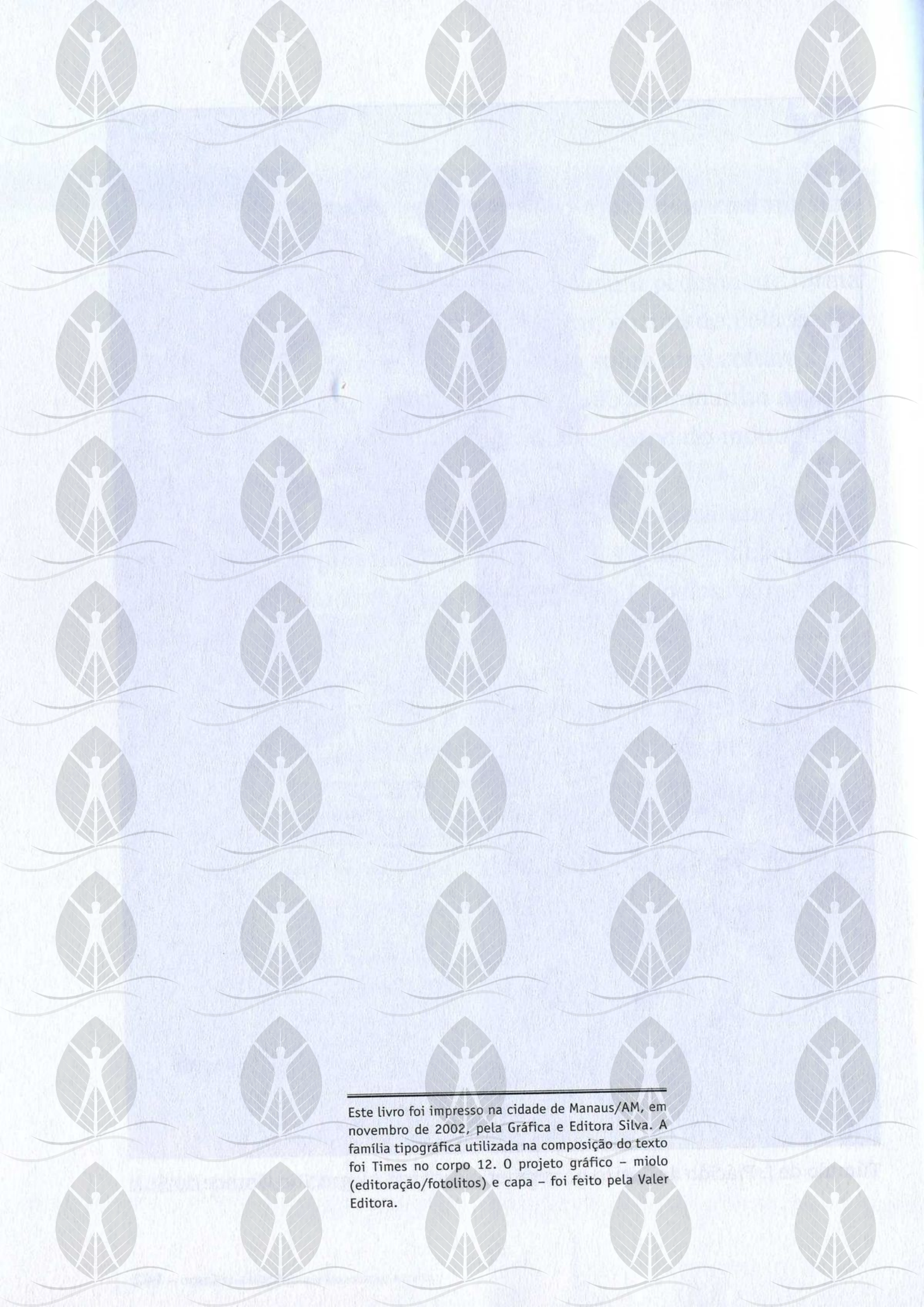
A mulher sustenta uma balança na mão esquerda e um punhal na direita. Em um dos pratos da balança, há um livro representando as leis brasileiras e no outro, um saco *cheio de ouro*, sobre o qual ela firma o olhar concupiscente e a ponta do punhal sanguinário, fazendo inclinar o prato para o lado da conveniência, do *ouro*. Assim quis eu representar a Justiça que por muitos anos dominou o Acre, protegendo os ladrões e os assassinos e perseguindo os justos.

Na face da frente, há uma longa inscrição onde os nomes dos principais mandantes do crime se confundem com o do executor.

Do lado oposto, há um mapa do “Estado Independente do Acre” gravado em mármore negro, onde graficamente se destaca a área perdida com o Tratado de Petrópolis.



Túmulo de J. Plácido de Castro no cemitério de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.



---

Este livro foi impresso na cidade de Manaus/AM, em novembro de 2002, pela Gráfica e Editora Silva. A família tipográfica utilizada na composição do texto foi Times no corpo 12. O projeto gráfico – miolo (editoração/fotolitos) e capa – foi feito pela Valer Editora.









No mês de fevereiro de 1902, o agente fiscal de Caquetá resolveu ir a Manaus entender-se com o Governador Silvério Nery. Desejava esclarecê-lo, viva voz, sobre a disposição dos principais proprietários do rio em tentar outro movimento libertador. Essa viagem de Rodrigo de Carvalho, que também tinha em mira pedir apoio material ao Governo do Amazonas, estava fadada a ser a do encontro do Acre com o homem do destino, um personagem até então quase desconhecido... Chamava-se José Plácido de Castro, nascido em São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul. Bisneto, neto e filho de militares, o bisavô participara da conquista das Missões, o avô, assassinado ainda moço, pertencia às fileiras do Exército, e o pai tomara parte na batalha de Tuiuti, comandando um pelotão. Órfão muito cedo, ele teve de procurar o sustento para si, a mãe e cinco irmãos menores. Mas, o sangue de uma estirpe militar fervia-lhe nas veias. A sedução da carreira das armas era muito grande.

*Leandro Tocantins*

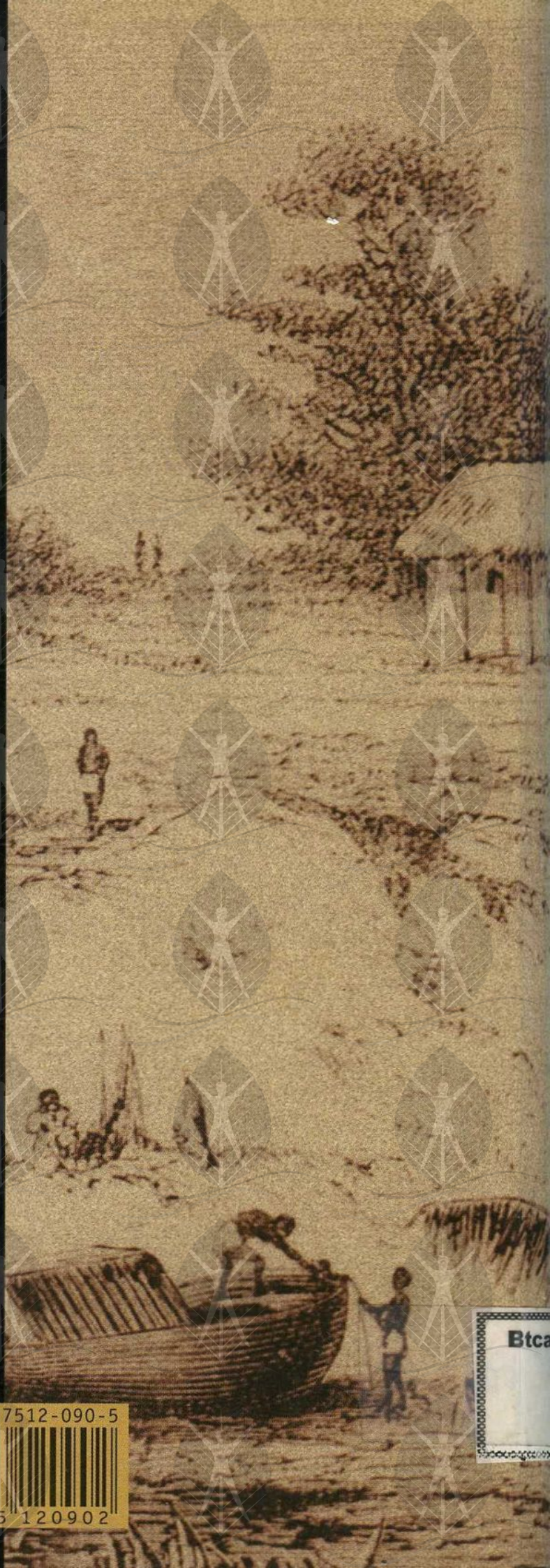
**valer**  
EDITORA

CULTURA  
  
Edições  
Governo do Estado

ISBN 85-7512-090-5



9 798575 120902



Btca



## AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: [ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM](mailto:ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM)



Secretaria de  
**Estado de Cultura**



CENTRO CULTURAL DOS  
POVOS DA AMAZÔNIA